

BOLETIM CIENTIFICO

CEEC - CENTRO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E CULTURA DA GUINÉ-BISSAU



EM PARCERIA:



COM O APOIO DE:



FICHA TÉCNICA

Título: Boletim Científico | CEEC - Centro de Estudos em Educação e Cultura da Guiné-Bissau

Coordenação: FEC | Fundação Fé e Cooperação - Everton Dalmann

Redação: Bequemor Tamba, Demena Sanhá, Edna Biquer, Ericson Lé, Everton Dalmann, Filipe Có, Sadibo Samacane, Sanfon Nauana

Colaboração: Cindy Mutschen, Fernando Cumba, Joana Rodrigues, José Costa, Zaida Maria Correa Lopes Pereira

Revisão: Everton Dalmann, Maria Martins

Fotografia: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Design gráfico e paginação: Diogo Lencastre

Editor: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: Novembro de 2020

Tiragem: XXXX exemplares

Impressão: ???

Depósito Legal: ???

Copyright © *Fundação Fé e Cooperação*

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia, da Misereor e do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e não reflete necessariamente a posição da União Europeia, da Misereor nem do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Esta publicação é de distribuição gratuita. A sua venda é proibida.

O projeto “Cultura i nô Balur - Uma Estratégia de Educação para a Cultura na Guiné-Bissau” visa contribuir para a promoção do património cultural guineense de um modo inclusivo e sustentável, favorecendo o acesso da população guineense a bens e serviços culturais.

O Boletim Científico – CEEC é uma iniciativa do Centro de Estudos em Educação e Cultura, inaugurado em 2019 no âmbito do projeto “Cultura i nô Balur”, e constitui uma ferramenta para a promoção da produção científica na Guiné-Bissau.

Este Boletim Científico traduz os esforços da FEC e da Universidade Católica da Guiné-Bissau em promover e divulgar a produção de conhecimento académico e científico acerca do contexto guineense em relação à cultura e à educação. Responde também à crescente demanda de artigos, bem fundamentados e credíveis, sobre esta realidade raramente abordada em artigos e revistas científicas internacionais. Por fim, reforça a capacidade e competência, bem como a criatividade dos autores guineenses dos artigos aqui apresentados, onde revelam a importância da educação e da cultura na Guiné-Bissau em diferentes abordagens.

ÍNDICE

EDITORIAL.....	5
-----------------------	----------

Biquer, Edna Paula Marques Vieira

A CRIANÇA NO MUNDO DA POESIA: CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LITERÁRIAS E POÉTICAS NO JARDIM DE INFÂNCIA	11
---	-----------

Có, Filipe

RELAÇÃO FAMÍLIA/JARDIM DE INFÂNCIA NO CONTEXTO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM	31
---	-----------

Ié, Ericson Ocante

O SISTEMA EDUCATIVO GUINEENSE: SEUS INCUMPRIMENTOS E DEFICIÊNCIAS	51
--	-----------

Nauana, Sanfon Ferdando

A IMPORTÂNCIA DA AUTOESTIMA NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL	67
--	-----------

Samacane, Sadibo

DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA FACE A EXTINÇÃO DE DETERMINADAS TRADIÇÕES E GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ-BISSAU	85
---	-----------

Sanhá, Demena

OS CONTRIBUTOS DA TOCA-TECA PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA GUINEENSE ENTRE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO NA GUINÉ-BISSAU	101
---	------------

Tamba, Bequemor Morreira

A INFLUÊNCIA DA ACULTURAÇÃO NOS VALORES DA SOCIEDADE GUINEENSE	131
---	------------

EDITORIAL

O Centro de Estudos de Educação e Cultura (CEEC) foi criado em 2018 e formalmente inaugurado no dia 26 de Abril de 2019. Tem a sua origem no projeto “Cultura i nô Balur- Uma Estratégia de Educação para a Cultura na Guiné-Bissau”, desenvolvido pela Fundação Fé e Cooperação (FEC), em parceria com a ENGIM, a Universidade Católica da Guiné-Bissau, o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, a Associação de Escritores da Guiné-Bissau e a Afectos com Letras, com financiamento da União Europeia, da Misereor e do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P..

O CEEC assume como orientação estratégica a luta pela coesão e justiça social, nas dimensões próprias de uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento (I&D), que tem as Ciências da Educação como sua área principal. O CEEC defende e procura realizar uma praxis pública que articule a investigação com a intervenção na realidade social, económica, educativa e cultural da Guiné-Bissau.

O CEEC é uma Unidade de I&D que, no âmbito da Faculdade de Ciências da Educação (FCE) da Universidade Católica da Guiné Bissau (UCGB), visa a promoção, coordenação e disseminação de estudos de natureza multidisciplinar e transdisciplinar, numa perspetiva de intervenção na realidade educativa, social e cultural da Guiné-Bissau. Contando, para o efeito, na sua estrutura física, sediada nas instalações da UCGB em Bôr, com 26 computadores com acesso à internet, impressora, projetor, acervo bibliográfico (com mais de 130 livros catalogados), mobiliário, ventilação e iluminação adequados para o desenvolvimento ergonómico de investigação científica e académica.

Neste sentido, cumprindo com a missão de promover estudos acerca da educação e cultura no contexto guineense, surge o presente Boletim Científico. No dia 16 de Dezembro de 2019 foi lançado o primeiro *call for papers* e as normas para a redação e sistematização dos artigos, com prazo para submissão até ao dia 31 de Janeiro de 2020. Este prazo foi prorrogado até 28 de Fevereiro de 2020 em função do pequeno número de artigos submetidos. Entretanto, findo este segundo prazo, o CEEC recebeu sete artigos que, após breve análise, foram aceites, justamente

por serem em pequeno número, mas suficientes para cumprir com a referida missão do CEEC.

Os autores dos artigos aqui publicados assinaram dois termos de responsabilidade. O primeiro, no ato de submissão, garantindo que os textos são de autoria própria e nunca antes publicados. O segundo, após revisão dos artigos, responsabilizando o autor pela eventual ocorrência de plágio, pois a UCGB não conta com qualquer *software* para este efeito. Estes documentos, que se encontram devidamente arquivados no CEEC e disponíveis para consulta pública, garantem o compromisso desta unidade de I&D em divulgar de modo responsável a produção científica e acadêmica elaborada por profissionais e estudantes guineenses no âmbito da educação e cultura.

Dito isto, passo a apresentar os artigos aqui publicados, cuja ordem sequencial de aparecimento neste Boletim respeita a ordem alfabética do sobrenome de cada um dos autores.

O primeiro artigo, cujo título é *"A criança no mundo da poesia: contribuições das atividades literárias e poéticas no jardim de infância"*, aborda a experiência prática de uma ex-aluna da UCGB, licenciada em Educação de Infância, num jardim de infância da Guiné-Bissau e revela as atividades que foram desenvolvidas através da poesia com crianças. Apresenta, após a introdução, um breve enquadramento teórico acerca



do surgimento da poesia e da sua importância nos contextos educativos. Depois revela o desenvolvimento de habilidades nas crianças através da poesia (linguagem, coordenação motora, desenho, pintura, recorte e colagem), descrevendo atividades práticas, realizadas com crianças dos três aos cinco anos. Por fim, revela nas conclusões que, através do “contacto com os poemas, as crianças adquiriram novo vocabulário, desenvolveram a linguagem articulando cada vez melhor as palavras, exercitaram a memória e o ritmo, contactaram com novas realidades através das emoções e sentimentos presentes nos versos dos poemas e deram asas à sua imaginação na realização de atividades de recorte, pintura, desenho e colagem”, segundo as palavras da autora.

O segundo artigo, intitulado “*Relação família/jardim de infância no contexto da gestão da aprendizagem*”, da autoria de outro ex-aluno da UCGB - atualmente formador na Fundação Fé e Cooperação (FEC), coordenador pedagógico de um jardim de infância e também docente na mesma Universidade onde se licenciou em Educação de Infância - traz-nos as motivações para a escolha do tema na sua introdução. A seguir apresenta os fatores relevantes na gestão de um jardim de infância, para o desenvolvimento integral das crianças entre os três e cinco anos de idade, dando ênfase à gestão do tempo. Apresenta ainda exemplos práticos, através de situações que ocorreram ao longo da sua experiência num jardim de infância na Guiné-Bissau e fala da importância da boa relação entre o jardim de infância e a família das crianças. Por fim, entre outras conclusões, reforça que esta boa relação deve ser promovida para se conseguir o desenvolvimento integral das crianças.

Após dois artigos sobre a educação de infância, o presente Boletim traz-nos, no seu terceiro artigo, uma análise muito interessante sobre a legislação guineense para a educação, elaborada por um estudante da Faculdade de Direito da Guiné-Bissau, a única instituição pública no país a oferecer este curso. Sob o título “*O sistema educativo guineense: seus incumprimentos e deficiências*”, o autor começa por apresentar o enquadramento legal para a abordagem que utiliza no artigo, com ênfase em duas leis: Lei de Base do Sistema Educativo e a Lei do Ensino Superior e Investigação Científica. A seguir traz-nos o enquadramento constitucional e os instrumentos jurídicos internacionais que fundamentam a importância da educação desde o nível pré-escolar até ao ensino superior, abordando ainda o ensino básico, secundário e técnico. Em relação ao ensino superior faz uma análise comparativa interessante entre a Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Angola, destacando as estratégias baseadas na lei portuguesa que cada país adotou para adequar as suas legislações às realidades locais. Entre as fragilidades que o autor identificou no sistema educativo guineense destacam-se o comércio e a banalização da moral e da ética nos diferentes níveis de ensino. Por fim, entre outras conclusões, chama a atenção ao Estado da Guiné-Bissau para, nas

suas palavras, “assumir o seu papel e investir com seriedade no sistema educativo guineense”.

“A importância da autoestima no processo da aprendizagem no ensino fundamental” é o título do quarto artigo aqui apresentado, ainda numa perspectiva educacional. Este é da autoria de um estudante finalista na licenciatura de Professores do I e II ciclos da UCGB que, através da sua experiência pessoal, percebeu o quanto a sua autoestima influenciou no seu próprio desenvolvimento enquanto estudante. Após uma breve introdução onde expõe os objetivos e metodologia utilizados na elaboração do artigo, o autor descreve como se dá o processo de aprendizagem no ser humano, apresentando a seguir sete diferentes tipos de aprendizagem: i) behaviorista/comportamentalista; ii) construtivista/interacionista; iii) por habituação; iv) associativa; v) por observação e imitação; vi) por manipulação de símbolos ou de representações; e, por fim, vii) pela ação. Conclui o artigo dizendo, entre outras conclusões, que “se verifica o insucesso escolar no aluno quando há ausência de motivação dos pais e dos professores no ambiente escolar, pois, em todas atividades realizadas nestes contextos, a autoestima é a possibilidade de levar os alunos ao espírito de amar fazer e sentirem-se impulsionados a realizar mais”.

Já no quinto artigo, denominado *“Desafio das políticas públicas de cultura face à extinção de determinadas tradições e grupos étnicos na Guiné-Bissau”* aborda-se o tema da cultura. O autor, estudante do curso de Administração e Políticas Públicas da UCGB, traz-nos aspetos relevantes acerca das políticas públicas de cultura das etnias e acerca da valorização da cultura. Numa perspectiva de análise do ciclo das políticas públicas, são apresentados o problema, o agendamento, a formulação, a concretização e a avaliação da política pública para a cultura guineense. Nas conclusões o autor revela, reproduzindo as suas palavras: “a necessidade imperiosa para o Estado adaptar uma postura exemplar sobre o aspeto da dinamização do ensino-aprendizagem das línguas nacionais junto do seu povo e demais parceiros ligados ao sector sociolinguístico e cultural, interagindo para a valorização dos dialetos nacionais”.

O sexto artigo aborda os dois temas principais deste Boletim: cultura e educação. Com o título *“Os contributos da Toca-Teca para a promoção da cultura guineense entre alunos do ensino básico na Guiné-Bissau”* o autor, bacharel em Língua Portuguesa, finalista na licenciatura de Professores do I e II ciclos da UCGB e animador da biblioteca móvel Toca-Teca, traz-nos a sua experiência no processo de promoção da cultura tradicional guineense junto aos estudantes do ensino básico da Guiné-Bissau, principalmente através dos contos tradicionais. Numa breve introdução enquadra a Toca-Teca enquanto um produto do Projeto “Cultura i nô Balur”, desenvolvido pela FEC na Guiné-Bissau. No decorrer do seu artigo

aborda diferentes aspetos da cultura guineense: folclore, arte, música, gãs, tchur, rumores e irã. De seguida discorre sobre a guineendade e diferentes formas de educação: multicultural, intercultural, formal e informal. Demonstra a seguir a importância dos contos no processo de ensino-aprendizagem. A seguir descreve a FEC, o Projeto “Cultura i nô Balur” e a Toca-Teca, propriamente dita. Termina o desenvolvimento do seu artigo abordando os contos e ateliers que são dinamizados junto aos estudantes do ensino básico em várias regiões da Guiné-Bissau. Por fim o autor apresenta uma conclusão extremamente pertinente para o contexto guineense – nas suas próprias palavras: “existe pois um longo caminho que será preciso percorrer, no sentido de iniciar uma alteração do sistema educativo e cultural dos guineenses, com vista à sua verdadeira participação no processo de emancipação social. Garantindo assim a cada cidadão o seu direito inalienável à leitura – como meio de transmissão de conhecimento, de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto, de cidadania”.

O último artigo, mas não menos importante, também aborda o tema da cultura. Sob o título “*A influência da aculturação nos valores da sociedade guineense*” o autor, também um aluno do curso de Administração e Políticas Públicas da UCGB, discorre acerca do conceito de aculturação e sobre a influência da cultura na formação do cidadão. Revela também a opinião de atores-chave no processo de implementação de políticas públicas sobre cultura na Guiné-Bissau, que recolheu através de entrevistas presenciais com os mesmos. Também apresenta a temática da cultura dentro da constituição da Guiné-Bissau e, por fim, faz uma análise do ciclo da política pública e cultura guineense, tendo como ponto de partida a opinião dos seus entrevistados. Nas conclusões, entre outras aferições, revela que “mesmo os inúmeros centros culturais em toda parte não bastam (para evitar a aculturação), porque precisamos nascer culturalmente e espiritualmente”.

De modo muito sucinto foram apresentados todos os artigos que compõe este Boletim Científico. Espero que através destes artigos o CEEC possa de facto contribuir para a promoção da investigação em educação e cultura acerca do contexto guineense.

Votos de uma excelente leitura.

EVERTON DALMANN
PSICÓLOGO, PHD EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ASSESSOR PEDAGÓGICO DO PROJETO “CULTURA I NÔ BALUR”

BIQUER, EDNA PAULA MARQUES VIEIRA

A CRIANÇA NO MUNDO DA POESIA: CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES LITERÁRIAS E POÉTICAS NO JARDIM DE INFÂNCIA

Este trabalho aborda a importância da poesia no jardim de infância. Trata-se de um tema muito importante, pois, em geral, as educadoras não têm muitos conhecimentos sobre poesia e é preciso que esta seja trabalhada no jardim de infância, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças. Este trabalho permite adquirir vários conhecimentos acerca da poesia, apresenta estudos sobre a sua importância para o desenvolvimento infantil e oferece propostas de atividades bonitas e sensíveis que mostram como é tão importante para o crescimento saudável das crianças contactarem com a beleza dos poemas.



O RITMO LEVA-NOS AO MUNDO DA IMAGINAÇÃO, DOS PENSAMENTOS CRIATIVOS E AO RELAXAMENTO. OS RITMOS SÃO REPRESENTADOS PELOS VERSOS, CRIADOS PELAS RIMAS, PARA DAR BELEZA E SOM A UM POEMA. AS RIMAS DÃO O SOM E O RITMO A UM POEMA. OS SONS REPETITIVOS EM VERSOS ENCANTAM E ESTIMULAM A ATENÇÃO DAS CRIANÇAS. ELAS GOSTAM DO RITMO, SENTEM-SE ATRAÍDAS, VÃO ATRÁS.

INTRODUÇÃO

O presente estudo surge no âmbito da licenciatura em educação de infância e tem como tema *A Criança no Mundo da poesia – Contribuições das atividades literárias e poéticas no jardim de infância*.

O objetivo do presente trabalho é sensibilizar para a importância da poesia no desenvolvimento de crianças dos quatro aos cinco anos de idade e promover a sua integração na rotina de atividades no jardim de infância.

Uma vez que a poesia é uma matéria rara - pois nem todas as pessoas têm acesso a ela - é natural que pais, educadores e professores não deem muita atenção a esse gênero literário.

Foi por isso muito importante descobrir porque motivo a poesia é menos usada nos jardins de infância e compreender o modo como os docentes olham para esta. Para o efeito percorremos vários caminhos: foram feitas pesquisas em livros e textos de literatura infantil e foram feitas observações atentas nos jardins de infância, junto das crianças e dos educadores.

No nosso país a poesia é um gênero literário usado em certos momentos para homenagear pessoas e celebrar datas comemorativas. Este trabalho pretende estender o recurso à poesia, integrando o gênero literário na rotina diária do jardim de infância.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. DEFINIÇÃO DE POESIA

Poesia é a arte que comove o espírito das pessoas, permitindo exprimir as suas ideias, partindo das experiências encontradas através da natureza e da vida. Há pessoas profundamente atraídas por este gênero literário, de tal modo que falam dos poemas como se fossem os alimentos para a sua alma.

A palavra poesia tem origem grega, “poiein”, que significa: “fazer”. A poesia é a arte que desperta a atenção das pessoas, por isso, a leitura de um poema não deve ser uma leitura passiva e comum a outros tipos de leituras, ela precisa ser realizada da forma mais ativa e criativa possível.

O poeta é um ser muito criativo. É esta sua criatividade que faz com que os seus textos sejam representados poeticamente com grande simpatia, mexendo com o coração, as emoções e a sensibilidade das pessoas, levando-as mais além.

A poesia é a expressão de um sentimento, como por exemplo, o Amor. Vários poemas falam de Amor. Os poemas expressam sentimentos em palavras belas. Mas poesia é diferente de poema. A poesia é o que dá a emoção ao texto e o poema é a forma em que o texto está escrito. Por exemplo, o poema épico é, geralmente, narrativo, de longa extensão, eloquente, abordando temas como a guerra ou outras situações extremas. O poema lírico, outro exemplo, pode ser muito curto, podendo querer apenas retratar um momento, um *flash* da vida, um instante emocional.

2. ORIGEM DA POESIA

Antes da escrita, a linguagem poética era uma memória. A poesia surgiu na tentativa de preservar a cultura como forma de passar as mensagens às pessoas. Antigamente, como não existia a escrita, os homens preparavam discursos com narrativas curtas para poderem transmitir valores culturais. Os discursos curtos facilitavam a memorização a quem os escutava, porque é mais fácil decorar uma frase curta do que uma longa. Por serem textos breves, muito mais curtos do que uma prosa com parágrafos longos, era fácil fixar poemas. Esta era realmente uma forma mais fácil de preservar valores na memória das pessoas. Assim, as mensagens importantes eram passadas oralmente em discursos curtos para que as mensagens pudessem durar muito tempo na mente das pessoas.

Tendo em conta estes aspetos, naturalmente, com o aparecimento da escrita essas narrativas orais (discursos falados) passam a ser escritas em forma de verso. Assim surgiram os poemas.

A poesia dominava por isso quase toda a utilização da linguagem e não se resumia a uma simples transmissão ou comunicação de mensagens. No mundo grego, sobretudo, muitos sobreviveram graças ao emprego da linguagem poética antes mesmo do aparecimento da escrita.

ATRAVÉS DOS VERSOS DE UM POEMA, AS CRIANÇAS
PODEM VIAJAR POR DENTRO DE SI MESMAS E EXPLORAR
O MUNDO DOS SEUS SENTIMENTOS E EMOÇÕES. MAS
PARA QUE ESTA RELAÇÃO COM A POESIA SEJA REAL NA
VIDA DAS CRIANÇAS, É PRECISO QUE PAIS, EDUCADORES
E COMUNIDADE TORNEM POSSÍVEL ESTE CONTACTO
NATURAL, DESDE CEDO.

3. A POESIA COMO SEMENTE DE TODA LITERATURA: AS PALAVRAS QUE LIBERTAM

Segundo José Paulo Paes (1995, p.1):

O texto poético é o espaço mais rico e amplo, capaz de permitir a liberação do imaginário e do sonho das pessoas. É preciso que o facto poético esteja muito presente e seja bem trabalhado pela escola para que o universo escolar possa romper o tédio e a indiferença com que muitas vezes se vê recoberto. Um mundo sem poesia é o mais triste dos mundos.

Baseando-nos neste excerto, podemos ver a importância que a poesia tem nas nossas vidas, pois através dela libertamos a nossa imaginação, as nossas emoções e abrimos uma janela para a nossa voz interior aparecer. Muitas vezes, na nossa vida, em momentos bons e menos bons, há sentimentos que gostaríamos de expressar, mas não sabemos como o fazer. A poesia tem esse condão, através dos versos de um poema, acontece naturalmente, muitas vezes, vermos e sentirmos que as palavras dizem exatamente o que gostaríamos de manifestar sem saber como. A poesia oferece a oportunidade de contactar com algo igual ao que sentimos e, nessa identificação, sentirmos uma liberdade que nos dá a coragem de assumir e expôr o que sentimos também. Ao lermos num poema as emoções de alguém expressas num texto, isso permite-nos expressar as nossas emoções também. O próprio poema lido expressa as emoções que sentimos.

Muitas vezes, contemplamos uma obra de arte, como uma poesia, não pela sua materialidade, mas pela sua essência, pela qualidade interior que significa, pelo que essa obra ou poesia representa para nós, pois através dela acedemos ao que está escondido no nosso coração, na nossa alma.

4. A IMPORTÂNCIA DE APROXIMAR AS CRIANÇAS DA POESIA

A poesia começa a ter impacto na vida das pessoas logo desde tenra idade. É por isso muito importante apresentar a beleza da poesia desde cedo às crianças, para que possam crescer na companhia dos poemas, da sensibilidade e profundidade que transportam. Através dos versos de um poema, as crianças podem viajar por dentro de si mesmas e explorar o mundo dos seus sentimentos e emoções. Mas para que esta relação com a poesia seja real na vida das crianças, é preciso que pais, educadores e comunidade tornem possível este contacto natural, desde cedo. Quando esta relação, entre a criança e o texto literário, não é estimulada, o tempo vai tornando cada vez mais improvável o encontro,

pois a criança não se sente atraída nem reconhece algo que lhe interesse nos poemas.

Muitas crianças, atualmente, encaram a própria escrita como um desafio, muitas vezes mesmo uma coisa detestável, da qual sentem medo. Dadas as suas dificuldades, as crianças podem sentir medo quando confrontadas com a leitura e a escrita. Trata-se de um problema muito sério, pois não estando habituadas a ler, a ouvir ler, a ver textos ou a escutar poemas, as crianças sentem-se estranhas à leitura e à escrita. Esta estranheza priva-as da beleza, da sensibilidade, da profundidade, da verdade e simplicidade da vida que os poemas transmitem.

Muitas vezes, as crianças e os jovens dizem que preferem falar do que escrever. Preferem dizer o que sentem do que transpor para o papel uma emoção, uma opinião, um pensamento ou um sentimento. No entanto, esta preferência vem da falta de contacto e de à-vontade da criança com o texto escrito, com a obra literária de um autor e com os seus poemas.

Há duas características muito importantes na poesia que ajudam as crianças a gostar de poemas: a imitação e o ritmo.

A imitação é algo da natureza humana. O homem começa o ato de imitar desde a infância, nos jogos "faz de conta". Trata-se de um ato espontâneo em todos os seres humanos e as crianças começam, naturalmente, a imitar o que vivem e observam e, através desta imitação, adquirem os seus primeiros conhecimentos. A infância é a fase de experimentação e imitação, em que a criança inventa brincadeiras, faz de conta e escolhe personagens para imitar, criando fantasias, imaginando coisas.

Como tão bem expressou Jean Georges (1989, p.16): "Baseado na explanação de Aristóteles, a imitação é a operação que consiste em refazer com as palavras algo que se assemelha o mais possível à realidade. Não se trata de copiar a natureza, mas de refazer e, num certo sentido, de reinventar."

Por aqui podemos concluir como a poesia pode ajudar muito no desenvolvimento infantil. Através do contacto com os poemas, as crianças aprendem a refazer e reinventar as suas emoções e observações acerca da realidade, aprendem a deixar-se embalar pelas emoções e olhares de outros, aprendem a crescer sentindo. Através dos poemas podem aprender a apreciar. Podem também aprender a construir, a criar.

O ritmo leva-nos ao mundo da imaginação, dos pensamentos criativos e ao relaxamento. Os ritmos são representados pelos versos, criados pelas rimas, para dar beleza e som a um poema. As rimas dão o som e o ritmo a um poema. Os sons repetitivos em versos encantam e estimulam a atenção das crianças. Elas gostam do ritmo, sentem-se atraídas, vão atrás.

Noutros tipos de género literário, como nos romances e nos textos de ficção, o ritmo não constitui um critério fundamental, mas na poesia o que a criança procura e encontra é ritmo.

Voltando a citar George Jean (1996, p.218): “Sob formas diretas, alegóricas ou metafóricas, a criança pode dizer tudo. Nesse caso, fá-lo, muitas vezes, através de um intermediário ou, mais exatamente, pelo canal de um poema.”

Dantes, quando começava a escola, geralmente o que era dado à criança, como poesia, era a prosa versificada, muitas vezes, moralizante. A criança aprendia a recitar por obrigação e perdia-se o tesouro que a criança e a poesia comportam na sua essência. Isto é o que é preciso recuperar, promover, incentivar.

A beleza da poesia não pode chegar por uma ordem, apenas a liberdade levará a poesia às crianças.

5. A POESIA PARA OS EDUCADORES E PROFESSORES

Muitas pessoas têm a ideia de que a poesia é um género literário difícil de descodificar e, por isso, apenas acessível aos leitores cultos e inteligentes. Esta ideia é errada e influencia muito os educadores e professores. É comum pensarem que as crianças não são capazes de descodificar a mensagem que a poesia contém e, assim, não consideram necessário nem produtivo introduzi-la nas atividades dos jardins de infância e escolas básicas. Não podia haver ideia mais errada e perigosa, por que leva a um círculo vicioso, deixando todos de fora do maravilhoso mundo da poesia.

De facto, nem todos os educadores e professores são amantes de poesia. Muitas vezes, por falta de iniciação, de contacto, de proximidade ou de conhecimento a poesia é menosprezada. Um caminho que não foi começado não pode ser concluído sem que, em algum momento, se tome um novo atalho. Os professores e educadores, na sua grande maioria, não receberam a poesia nas suas vidas - também, não houve um professor ou educador que a trouxesse às suas vidas.

Uma das razões que leva os educadores a não trabalharem a poesia nas salas de aulas é o facto de não estarem sensibilizados para este género literário. É difícil gostar de algo que não se conhece. Para passarmos uma mensagem é preciso que esta esteja ao nosso alcance, para que possamos senti-la por dentro e depois transmiti-la a todos com muita emoção. Os educadores e professores, para trabalharem a poesia nas suas salas, precisam de já ter tido contactos com a poesia.

A oportunidade de voltar a esse caminho é introduzir agora pequenas poesias na vida diária do jardim de infância e deixar que também eles,

professores e educadores, se deixem embalar por este gênero literário. Pois só poderão levar às crianças algo que também têm dentro de si.

Neste sentido, seria muito importante que houvesse um membro da equipa pedagógica, responsável pela animação poética das diferentes salas de jardim de infância e classes de cada escola. Para difundir a importância que este gênero literário representa na vida das pessoas é preciso permitir que todos possam descobrir o gosto e interesse pelo poema. Quanto mais entram em contacto, maior será o prazer de desfrutar da poesia.

Como afirma George Jean (1996, p.160): “Como as equipas pedagógicas são escassas, tanto nos 1º e 2º ciclo do ensino básico como no 3º ciclo, seria necessário criar lugares de conselheiro de poesia como há na música, nas artes plásticas e na educação física, junto das inspeções escolares de um certo número de departamentos.”

A poesia não se lê da mesma forma do que qualquer outro texto. Há um encantamento da linguagem, o brincar com as palavras, o saborear as palavras para cativar a atenção e dar prazer aos leitores. A poesia como a arte de escrever em versos, tem a característica de despertar os sentimentos e a inspiração, por isso merece um tratamento especial, que marca a sua diferença em relação a outros textos.

A pessoa responsável pelos incentivos poéticos e pela integração da poesia nas instituições de educação, deve promover leituras interiorizadas, criar espaços de silêncio com acesso a cadernos de poemas ou livros ilustrados com poemas, jogos com poesias, etc. É desejável que os alunos possam ler silenciosamente e também aprendam a partilhar com todos em voz alta, quer dizer, é muito importante a leitura partilhada para a melhor compreensão dos poemas.

É COMUM PENSAREM QUE AS CRIANÇAS NÃO SÃO CAPAZES DE DECODIFICAR A MENSAGEM QUE A POESIA CONTÉM E, ASSIM, NÃO CONSIDERAM NECESSÁRIO NEM PRODUTIVO INTRODUI-LA NAS ATIVIDADES DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS. NÃO PODIA HAVER IDEIA MAIS ERRADA E PERIGOSA, POR QUE LEVA A UM CÍRCULO VICIOSO, DEIXANDO TODOS DE FORA DO MARAVILHOSO MUNDO DA POESIA.

Os educadores e professores são mesmo os principais responsáveis por estabelecer a convivência diária da criança com o texto poético, em vez de esperar só pelo momento das datas comemorativas. Os poemas são muito importantes para o exercício da memória e para o desenvolvimento da linguagem das crianças. Permitem, também, libertar a voz interior e desenvolver a autoconfiança da criança. Portanto, é importante que a poesia faça parte da vida da criança, porque dá uma nova visão do mundo à criança, permitindo-lhe tocar a beleza e deixar voar a sensibilidade. O texto poético permite à criança expandir a sua visão sobre o mundo, ver para além das suas expectativas, intensificando as suas vivências e enriquecendo os seus valores.

Viver num mundo de poesia é viver num mundo diferente, feito da sensibilidade dos poetas, da sua imaginação, das suas emoções e os sentimentos. E descobrir que a sua história é também um pouco a nossa história. A poesia ajuda a adquirir novas experiências intelectuais, ao mesmo tempo que permite exprimir sentimentos. Poesia é um exercício espiritual, uma técnica de libertação interior.

COMPONENTE PRÁTICA

De modo a enriquecer a reflexão teórica, apresentada na primeira parte deste trabalho, foram realizadas quatro atividades nas diversas salas (dois, três, quatro e cinco anos) do jardim de infância Y, sob o mote da seguinte interrogação:

Como fazer para que a poesia tenha um espaço privilegiado nos jardins de infância da Guiné-Bissau?

Estas atividades contaram com a colaboração ativa das educadoras de cada uma das diferentes salas e graças a este complemento de intervenção alcançámos um excelente objetivo: as educadoras envolveram-se nas atividades e também ficaram sensibilizadas para a importância de integrar a poesia nas atividades de rotina do jardim de infância, podendo ser trabalhada nas diferentes salas.



OS POEMAS SÃO MUITO IMPORTANTES PARA O EXERCÍCIO DA MEMÓRIA E PARA O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM DAS CRIANÇAS. PERMITEM, TAMBÉM, LIBERTAR A VOZ INTERIOR E DESENVOLVER A AUTOCONFIANÇA DA CRIANÇA. PORTANTO, É IMPORTANTE QUE A POESIA FAÇA PARTE DA VIDA DA CRIANÇA, PORQUE DÁ UMA NOVA VISÃO DO MUNDO À CRIANÇA, PERMITINDO-LHE TOCAR A BELEZA E DEIXAR VOAR A SENSIBILIDADE. O TEXTO POÉTICO PERMITE À CRIANÇA EXPANDIR A SUA VISÃO SOBRE O MUNDO, VER PARA ALÉM DAS SUAS EXPECTATIVAS, INTENSIFICANDO AS SUAS VIVÊNCIAS E ENRIQUECENDO OS SEUS VALORES.

PLANIFICAÇÃO 1

CANTIGA DE RODA PARA EXPLORAR A LINGUAGEM E A COORDENAÇÃO MOTORA

Idade: 2 anos

Competências: a criança deverá ser capaz de se expressar e de se movimentar sem ajuda do adulto, revelando-se autónoma e autoconfiante.

Área de conteúdo: expressão e comunicação, domínio da expressão oral e motora.

Estratégia: organizar as crianças na roda para cantarmos a música acompanhada com gestos e movimentos corporais.

REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE 1

Esta atividade foi realizada com as crianças de dois anos e consiste numa canção de roda acompanhada com gestos, com o objetivo de trabalhar a linguagem e os movimentos corporais.

Inicialmente, não foi fácil motivar as crianças. Como a música era nova, elas estavam muito passivas e não reagiam ao ritmo - pareciam envergonhadas ou simplesmente desinteressadas. Era claro que, deste modo, não seria possível realizar a atividade, pois as crianças precisam estar motivadas e alegres. Percebi então que era necessário preparar as crianças para a atividade e pedi para estar com elas em todos os intervalos durante cinco minutos. Também pedi às educadoras para introduzirem a música no momento do acolhimento da sala, para que elas pudessem conhecer melhor a canção e familiarizar-se com a letra e a música.

Estas estratégias resultaram, com a ajuda das educadoras as crianças começaram a conhecer a música e já estavam mais animadas. Assim, passámos ao momento de ensaiar os gestos referentes ao conteúdo da canção. Para tal, escolhi quatro crianças, duas com menos e duas com mais dificuldades, entre as restantes. Pude observar que as crianças mostraram muito progresso ao nível do desenvolvimento da linguagem, na tentativa de cantarem a música durante os ensaios e na hora de acolhimento.

Algumas crianças apresentaram dificuldades no que respeita à articulação das palavras, mas conseguiram fazer muito bem os gestos ritmados com a música. Aos dois anos de idade existem muitas dificuldades linguísticas porque as crianças estão na fase do desenvolvimento linguístico e sabemos que isso não acontece da mesma forma com todas as crianças: algumas têm um desenvolvimento acelerado, noutras ocorre de forma normal e noutras ainda de forma muito lenta.

No dia da realização da atividade, mesmo já habituadas e conhecendo a canção e os gestos, as crianças não mostraram ainda ânimo e interesse, como era esperado. Nem todas as crianças realizaram a atividade, mesmo tendo repetido a música várias vezes. Mais uma vez, foi necessário insistir numa nova estratégia, de modo a conseguir que estas crianças tão pequeninas se interessassem pelas palavras e pelo ritmo da música acompanhado com gestos.

Pedi, então, para estar mais tempo com elas, aos primeiros tempos da manhã, entre as 8h e as 10h. Em coordenação com as atividades da ginástica, fizemos uma animação conjuntamente com as educadoras. Percebi que com canções mais animadas, aquelas que as crianças gostam mesmo de cantar, é mais fácil elas corresponderem com os exercícios físicos e os gestos.

Aproveitei essas músicas e introduzi as atividades pretendidas, os gestos que queria trabalhar com as crianças e tudo resultou mais fácil e natural. Nesse novo ambiente, e com as músicas que elas gostavam, as crianças participaram com entusiasmo e boa coordenação motora.

Apenas duas crianças foram exceção, devido às suas dificuldades: uma criança hiperativa, que não consegue manter-se concentrada e outra criança que está sempre isolada e não interage com as outras crianças. Estas duas crianças apresentam problemas opostos (hiperatividade e isolamento), mas ambas têm as mesmas dificuldades na sala, pois não conseguem participar nas atividades nem progredir ao nível do desenvolvimento infantil.

Tendo em conta as investigações realizadas, comprovei que é preciso muita paciência e dedicação para ajudar as crianças pequenas a alcançarem alguns progressos no seu desenvolvimento motor e linguístico. É preciso repetir muitas vezes as atividades, tentar com novas estratégias, pedir ajuda e cooperação às colegas educadoras e nunca desistir ou deixar que as crianças façam mal o que podem fazer bem.

É realmente preciso muita dedicação, atenção e paciência para podermos ajudar crianças a trabalhar os movimentos corporais, bem como a trabalhar a linguagem. As crianças precisam de sentir confiança até conseguirem adaptar-se ao ambiente e começarem a expressar-se espontaneamente. Com o decorrer do tempo, elas vão conseguir articular melhor as palavras conhecidas e adquirir novo vocabulário. A relação das crianças com as palavras é também um ato de amor, pois as crianças vão criando relações devagarinho. Com o tempo, muitas crianças com dificuldades linguísticas conseguem superá-las, como nesta atividade: a repetição das canções de roda, das histórias que as crianças gostam e as diferentes estratégias aplicadas ajudaram a que elas conseguissem cantar quase toda a música, articulando bem as palavras que compõem a letra da canção e acompanhando com gestos.

PLANIFICAÇÃO 2

RECITAL DE POESIA E COORDENAÇÃO MOTORA

Idade: 3 anos

Competências: As crianças devem ser capazes de se expressar e combater a timidez e o medo de falar em público, de combater o medo e desenvolver a autoconfiança.

Área de conteúdo: expressão e comunicação, domínio da expressão oral e motora, formação pessoal e social.

Estratégia: fazer diversos ensaios antes da apresentação, depois organizar as crianças, de seguida escolher uma por uma para recitar o poema e fazer gestos de acordo com o conteúdo do poema.

REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE 2

Esta atividade foi realizada com as crianças de três anos e consistia em recitar poesia acompanhando com gestos.

Nesse dia, as crianças estavam sentadas à espera para ver um filme, pelo que aproveitei esse momento para introduzir a atividade seguinte e iniciar um pequeno ensaio com canções e gestos. Para tal, escolhi uma criança e pedi-lhe para cantar uma canção que normalmente as crianças adoram e para fazer os gestos que tínhamos aprendido anteriormente. As crianças colaboraram com muito entusiasmo e ficaram muito atentas. Esta estratégia permitiu captar a atenção de todos e preparar a atividade de recitar poesia, que iria acontecer depois. As crianças ficaram entusiasmadas com a futura atividade.

Assim, todas as crianças participaram no recital de poesia. Inicialmente, as crianças repetiam os versos seguindo a educadora. Repetiram até as crianças estarem familiarizadas com as novas palavras e o ritmo dos versos. Seguidamente, juntámos gestos aos poemas e as crianças foram acompanhando, conseguindo fazer corretamente à terceira vez. Alguns procuravam imitar os outros, sentindo-se mais confiantes em fazer olhando para os colegas, outros aprenderam rápido e faziam por si mesmos. Estavam muito animados, juntando os versos aos gestos.

No decorrer desta atividade, observei que uma pequena distração da educadora pode fazer com que as crianças se distraiam ainda mais, perdendo-se o controlo da turma. Sabemos que é muito difícil trabalhar com a turma desorganizada, porque mesmo que o assunto seja importante, dada a desorganização, as crianças desinteressam-se, ficando a mexer-se de um lado para o outro.

A poesia dá espaço para as pessoas se emocionarem, por isso, ao recitar um poema, a criança sente algo que mexe com ela, permitindo adquirir vocabulário novo e aceder a diferentes emoções. A criança ganha novos conhecimentos, viaja por outros mundos, desenvolve a sua mente, imaginação e criatividade. Voa por novos espaços.

Por todas estas razões, é muito importante trabalhar a poesia todos os dias no jardim de infância. Pode ser apenas por cinco minutos, mas com o tempo veremos que esse pouco tempo diariamente fez a diferença no desenvolvimento emocional e integral das crianças.

No caso particular desta turma de três anos, muitas crianças mal sabiam articular as palavras e com o decorrer das atividades - canção, recital e gestos - as crianças começaram a revelar grandes progressos dia após dia. Muitas crianças começaram a ensaiar os poemas do dia do pai, da Páscoa, dia da Mãe e outras datas, conseguindo dizê-los de cor e com gestos.

No início, quando chamava uma criança para recitar um poema, ela ficava com vergonha e colocava a mão na boca ou falava baixinho. Com o decorrer dos ensaios, as crianças começaram a perder essa timidez, ganhando cada vez mais confiança na articulação das palavras e na coordenação com os gestos. No final desta atividade, todas as crianças, com exceção de duas (que têm mesmo dificuldades linguísticas), conseguiram recitar bem os poemas e coordenar com os gestos.

A POESIA DÁ ESPAÇO PARA AS PESSOAS SE
EMOCIONAREM, POR ISSO, AO RECITAR UM POEMA, A
CRIANÇA SENTE ALGO QUE MEXE COM ELA, PERMITINDO
ADQUIRIR VOCABULÁRIO NOVO E ACEDER A DIFERENTES
EMOÇÕES. A CRIANÇA GANHA NOVOS CONHECIMENTOS,
VIAJA POR OUTROS MUNDOS, DESENVOLVE A SUA MENTE,
IMAGINAÇÃO E CRIATIVIDADE. VOA POR NOVOS ESPAÇOS.

PLANIFICAÇÃO 3

RECITAL DE POESIA COM ATIVIDADE DE DESENHO E PINTURA

Idade: 4 anos

Competências: as crianças devem ser capazes de se expressar e de explorar um poema, fazendo diversas atividades.

Área de conteúdo: expressão e comunicação, domínio da expressão oral e iniciação à escrita e expressão plástica.

Estratégia: ensaio do poema, depois recitação, quando a criança conhece o conteúdo do poema vai começar a explorar o conteúdo do poema com desenho e pintura.

Recursos: papel A4, lápis de carvão, lápis de cor.

REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE 3

Esta atividade com crianças de quatro anos consistia em recitar poesia, fazer desenhos e pintar as personagens que eram mencionadas nos poemas que as crianças recitavam.

Tratou-se de um trabalho que, na verdade se estendeu ao longo de quatro meses, pois foi necessário coordenar o recital com outras atividades já planeadas no jardim.

As crianças começaram por contactar com os poemas, descobriram palavras novas e tomaram atenção ao ritmo. Fomos ensaiando e, por fim, as crianças conseguiram alcançar os objetivos propostos. Ao final desse tempo, após quatro meses, as crianças apresentaram o recital e surpreendentemente, até para as educadoras, elas ainda se lembravam dos versos que tinham memorizado.

Tal como ficou descrito na pesquisa teórica, realmente as atividades que integram a poesia ajudam mesmo muito a desenvolver a memória e, nesta sala, isso ficou bem demonstrado. As crianças apresentaram o recital muito bem, fazendo um excelente trabalho de memorização. Este impulso de desenvolvimento que o trabalho com os poemas proporcionou irá ter repercussões muito positivas a vários níveis no desenvolvimento destas crianças. Elas trabalharam excelentemente a memória e, ao conseguirem recitar tão bem os poemas, as crianças adquiriram também confiança nelas mesmas, o que as ajudará a olhar com confiança também para a vida.

Muitas vezes, as pessoas na sociedade, mesmo alguns pais, pensam que o jardim de infância é apenas um espaço de lazer e entretenimento para as crianças, sem ver ou reconhecer como o jardim de infância é um lugar para preparar e proporcionar crescimento, desenvolvimento a

todos os níveis e dar às crianças algo útil para a vida, para a sociedade e para o futuro do país.

Para a realização do recital, as crianças foram organizadas em quatro filas para poder facilitar a observação: os mais altos ficaram atrás e os mais baixos à frente. As educadoras deram sinal para concentrarem-se e comecem todos juntos - o que quer dizer que o fizeram de uma forma muito bem organizada. As crianças recitaram a poesia corretamente, mas precisaram de repetir três vezes até que os gestos ficassem também bem coordenados. Muitas crianças conseguiram realizar os gestos vendo como os colegas iam fazendo.

A recapitulação é uma estratégia muito importante para estas crianças, pois a repetição ajuda à interiorização. Principalmente na fase da infância, em que tudo está num estado de desenvolvimento, as estratégias que facilitam a interiorização são muito importantes para ensinar rituais, comportamentos, conhecimentos e valores às crianças.

As atividades à volta da poesia guardam muitas potencialidades no seu interior. Dentro de uma poesia podemos explorar muitas coisas, dependendo do que os poemas expressam, se é um sentimento, uma ação ou um fenómeno.

Neste trabalho, nós explorámos os elementos da poesia, desenhámos o "Menino Jesus" e a "Igreja". Depois tirámos cópias com as imagens e reproduzimos com pontinhos, para as crianças unirem e depois pintarem. Assim foi, as crianças uniram os pontinhos, com muita atenção, e de seguida pintaram os desenhos. Foi sensacional, pois pintaram com cores alegres. Foi um trabalho incrível e os objetivos previstos foram alcançados.

De facto, as crianças com quatro anos encontram-se já numa fase avançada da infância em relação às salas anteriores, dos dois e três anos. Estas crianças mais velhinhas trabalham com menos dificuldade, com muito mais atenção e dedicação. Em comparação com as atividades anteriores, o trabalho nesta sala, dos quatro anos, foi surpreendente e muito, muito interessante.

PLANIFICAÇÃO 4

RECITAL DE POESIA COM PINTURA, RECORTE E COLAGEM

Idade: 5 anos

Competências: As crianças devem ser capazes de recitar um poema, pintar as personagens, recortar e colar numa folha A4.

Área de conteúdo: expressão e comunicação, domínio de expressão oral, iniciação a escrita e expressão plástica.

Estratégia: organizar as crianças, apresentar o poema e ensaiar. De seguida pintar, recortar e colar num outro papel A4.

Recursos: papel A4, lápis de cor, tesoura e cola branca ou de papel.

REFLEXÃO SOBRE A ATIVIDADE 4

Esta atividade foi realizada com as crianças da sala dos cinco anos. A atividade consistia em recitar poesia, explorar os elementos para recortar e colar. Esta planificação foi coordenada com o plano de atividades do jardim de infância, mas não foi possível ensinar poemas novos, pelo que foram trabalhados os poemas do Natal.

Havia muitas crianças na sala, o que dificultou o início da atividade. Fiquei a pensar nas causas para tão turbulento início. Talvez faltassem regras na sala para controlar tantas crianças. Após alguma insistência, as crianças conseguiram organizar-se e ao segundo ensaio já conseguiam recitar bem os poemas que já conheciam.

No momento da atividade, as crianças estiveram mais concentradas fizeram tudo certo com toda atenção, sem falhas, com gestos e tudo muito à vontade. A mente da criança precisa realmente de ser trabalhada, porque as crianças estão numa fase de desenvolvimento propícia à memorização, à interiorização, à sensibilização.

Tendo em conta o conjunto das atividades, os objetivos foram alcançados, as crianças conseguiram utilizar bem os materiais, como a tesoura e a cola, cortaram as imagens corretamente e o trabalho foi feito num grande grupo sem problemas. Depois de cortarem as imagens, também, colaram com facilidade. Tal como já tinha sido observado na sala dos quatro anos, estas crianças, em termo da experiência, estão bem mais desenvolvidas em relação às mais pequeninas, tendo em conta a sua nova fase de desenvolvimento.



HÁ DUAS CARACTERÍSTICAS MUITO IMPORTANTES NA POESIA QUE AJUDAM AS CRIANÇAS A GOSTAR DE POEMAS: A IMITAÇÃO E O RITMO.

CONCLUSÃO

Educar é ajudar a crescer, a dar um sentido a vida. Este trabalho permitiu descobrir o maravilhoso mundo da poesia e a sua importância para o desenvolvimento infantil.

O estudo teórico mostrou que a poesia permite exprimir ideias e experiências encontradas através da natureza e da vida. A poesia surge como a arte que desperta a atenção, as emoções, os sentimentos, as coisas da alma. A poesia influencia a invenção, a criatividade, as sensações, a paixão, dando um novo sentido às experiências intelectuais, revelando o mundo interior e aspetos desconhecidos da própria vida. A poesia é como uma prática espiritual, uma técnica de libertação interior.

Através das atividades práticas, foi possível enriquecer a compreensão e a reflexão feita através da pesquisa. Percorremos todas as salas, dos dois aos cinco anos, e observámos que a poesia é uma mais-valia para o desenvolvimento infantil. Em cada sala, foi possível observar como, através do contacto com os poemas, as crianças adquiriram novo vocabulário, desenvolveram a linguagem articulando cada vez melhor as palavras e exercitaram a memória e o ritmo. As crianças contactaram com novas realidades através das emoções e sentimentos presentes nos versos dos poemas, o que deu asas à sua imaginação na realização das atividades de recorte, pintura, desenho e colagem.

Concluindo, esta caminhada foi para mim uma oportunidade preciosa de descobrir a maravilhosa beleza da poesia e levá-la a todas as crianças do jardim de infância.

Que este trabalho sensibilize e motive muitas outras educadoras a também seguirem a voz dos poemas na rotina diária dos seus jardins de infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, M. R. (1994). *As fadas verdes*. Porto: Editora Civilização.
- Basto, G. (1999). *Literatura Infantil e Juvenil*. Lisboa: U.A.L.I.J.
- Breyner, S. de M. (2008). *O primeiro livro de poesia, poemas em língua portuguesa para a infância e a adolescência*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cortesão, J. (1985). *Literatura para criança, poesia, história, viagem*. Lisboa: FCG.
- Cordeiro, M. (2009). *O livro da criança, do 1 aos 5 anos*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Hohmann, M. & Weikart, D. (2009). *Educar a Criança*. Lisboa: FCG.
- Jean, G. (1996). *Na escola da poesia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, C. & Mendes, D. (1982). *Ku mininos di nô terra* (Ideias para a Educação Pré-Escolar na República da Guiné-Bissau). Lisboa: DGE.
- Papalia, D. et al. (1996). *O mundo da criança*. Lisboa: Editora McGraw-Hill.
- Sim-Sim, I. (1998). *Desenvolvimento da Linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Viana, B. (2009). Poesia infantil na obra de Henriqueta Lisboa. (O menino poeta). www.biblioteca.pucminas.br/teses/let.

CÓ, FILIPE

RELAÇÃO FAMÍLIA/JARDIM DE INFÂNCIA NO CONTEXTO DE GESTÃO DA APRENDIZAGEM

Hoje a relação entre a família e os profissionais de educação de infância em alguns jardins do nosso país está em crise. Os educadores não se dão bem com alguns pais, os educadores entre si também não se dão bem, ou educadores e diretor estão em crise de relacionamento, no caso do jardim de infância X. Este trabalho visa despertar a comunidade educativa sobre a importância das relações entre a família e os agentes de educação do jardim de infância, através de uma abordagem teórica bibliográfica. Uma boa gestão, eficaz e eficiente, do relacionamento entre a família e o jardim de infância é importante porque permite um bom acompanhamento da criança. Um educador que sabe gerir este relacionamento bem, permite um bom ambiente de aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa teórica qualitativa. A família é o centro da aprendizagem da criança, por isso o educador não deve trabalhar sozinho, tem que colaborar com os pais no desenvolvimento integral da criança. Quando há relação de confiança entre educadores, a criança aprende amar os outros, o que permite respeitar os outros e conhecer os seus limites. A boa gestão do relacionamento aumenta a confiança e o conhecimento do comportamento de cada indivíduo - dentro ou fora de uma instituição - e torna a instituição forte. No contexto do jardim de infância, a relação pais e educadores promove a partilha de responsabilidade e aumenta anos de vida. Um educador bem-sucedido na carreira de educação de infância é aquele que sabe relacionar-se com os outros tanto dentro como fora do jardim de infância. Chegámos à conclusão que devemos fazer as coisas na hora certa, no tempo certo, no dia certo, no ano certo e no espaço certo.

RELAÇÃO, FAMÍLIA, JARDIM, INFÂNCIA, EDUCADOR, GESTÃO.



EDUCADORES, PAIS, COMUNIDADE, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO DEVEM ELABORAR PADRÕES DE COMO QUEREM QUE OS SEUS FILHOS SEJAM ORIENTADOS. ESTABELECEM REGRAS GERAIS PARA AS SUAS CRIANÇAS, PREOCUPANDO-SE COM A VIDA E EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA.

INTRODUÇÃO

Na minha experiência como educador de infância e coordenador pedagógico do jardim de infância X, tive oportunidade de trabalhar com todas as faixas etárias - dos três aos cinco anos, no jardim X. Tive também oportunidade de trabalhar em diferentes tipos de escolas - jardins privados, escola de ensino básico privada, escolas públicas, escolas de autogestão e escolas comunitárias. Fui ainda professor na escola superior de educação, concretamente na escola superior 17 de Fevereiro, no curso de educação de infância e na Universidade Católica da Guiné-Bissau. Isto motivou-me fortemente a escolher este tema: “Relação família e jardim de infância no contexto de gestão de aprendizagem”.

Este tema está relacionado com o exercício diário da minha profissão como profissional de educação de infância. Relações pais e jardim de infância, é fundamental para um educador. Este trabalho vai despertar os pais e jardim de infância ou educadores a fortificarem os seus relacionamentos para poder facilitar aprendizagem da criança. É do nosso conhecimento que onde há uma boa relação - de respeito, de amor - promove-se um bom clima de aprendizagem.

A criança está sempre pronta para ouvir, ver, copiar. Se um pai de uma criança não tem um bom relacionamento com o educador, a criança também não vai ter um bom relacionamento com o educador. A criança imita os adultos que estão ao seu redor, são os como exemplo e modelo a seguir. E por isso o relacionamento de família influencia muito o comportamento da criança. Há também muitos problemas, em alguns jardins, onde educadores não se falam por bom tempo e, quando as crianças estão a brigar, o educador só cuida da criança da sua sala, deixando a outra. Este tipo de comportamento não é somente entre os educadores, mas entre educadores e diretores. Neste âmbito fui desafiado a abordar este tema - a dar um olhar sobre este comportamento e enfatizar a importância de boas relações com as famílias, em contexto de jardim de infância.

É importante perceber o conceito da família de acordo com o contexto de aprendizagem. No caso da Guiné-Bissau a família pode ser tratada como um sistema aberto a interagir com outra família, neste caso há uma ligação entre famílias, um convívio. Segundo Colom (1994, citado por Furtado, 2005, p.49):

A família (...) é mais do que a simples soma dos seus componentes. Ela pode ser tratada como um sistema aberto, em permanente interação com o seu meio ambiente nos seus aspetos legais, sociais, económicos educativos; como uma célula básica do complexo sistema social que, não podendo sobreviver isoladamente se vê obrigada a colaborar com outras instituições sociais, no

seio das quais detêm o papel de preparar e integrar a nova geração na sociedade. Nesta tarefa, são inúmeras as suas funções: i) do ponto de vista biológico, deve garantir a continuidade da espécie, a sobrevivência dos seus membros, melhorar a qualidade de vida; ii) do ponto de vista social, deve garantir a integração e mobilidade social; iii) do ponto de vista cultural, assegurar a transmissão e o enriquecimento do legado cultural e a integração das normas, dos papéis e dos valores sociais.

Na Guiné-Bissau a família não é um sistema fechado, mas sim aberto para aprender com outras famílias ou culturas, mas sempre mantendo a guineense como identidade nacional. O povo guineense é um povo humilde pronto para aprender, ajudar, cooperar e respeitar. Isto deve ser aproveitado na educação de infância e na relação família e jardim de infância e sempre aprender com os familiares da criança para melhor educar a criança. A família tem um papel muito importante na educação da criança, especialmente na educação da infância, a família desempenha um papel essencial para o bem estar social, emocional e acadêmico da criança. A educação escolar não vem para substituir a função da família, mas sim para colaborar com esta na educação da criança. De acordo com Puelles Benítez (1987 citado por Furtado, 2005, p.50):

é no seio da família que se iniciam e se consolidam as bases da socialização, processo em que o seu peso é determinado por diversos fatores, principalmente pelo tipo de relação que estabelece com a escola. Esse peso varia de sociedade para sociedade, sendo diferente nas sociedades desenvolvidas quando comparadas com as subdesenvolvidas. Enquanto nas subdesenvolvidas as famílias ainda conservam muitas das suas funções tradicionais, nas desenvolvidas, o papel da família é substituído por uma série de instituições, como escolas, grupos sociais, meios de comunicação social, partidos políticos, etc. Assim, as funções de socialização e de desenvolvimento da personalidade da criança continuam ainda a ser predominantemente familiares. São duas funções educativas inalienáveis em que a família detém o papel de agente educativo de primeira ordem não só por garantir o desenvolvimento socio-cultural da criança, mas também por educar a sua personalidade. Na verdade, durante uma boa parte da vida da criança, a família proporciona-lhe as condições afetivas necessárias à sua estabilidade emocional. A abdicação dessas funções por parte das famílias pode gerar indivíduos antissociais ou com perturbações psíquicas.

Para realização deste trabalho usámos uma metodologia qualitativa. O trabalho está dividido em dois capítulos. No "Capítulo: 1" falo de uma boa gestão no jardim de infância, que facilita um bom relacionamento com

a família (ponto forte de jardim de infância X - Guiné-Bissau), olhares sobre importância da gestão de tempo no relacionamento entre crianças / educador, criança / colegas e equipa de jardim de infância e a família e ainda a presença dos familiares nos jardins de infância. No “Capítulo 2” vou falar da relação família e Jardim de infância na educação integral da criança e na gestão da aprendizagem. Por fim, apresentarei recomendações e a conclusão.

1. UMA BOA GESTÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA FACILITA UM BOM RELACIONAMENTO ENTRE A FAMÍLIA E O JARDIM DE INFÂNCIA

O termo gestão escolar foi criado para se diferenciar da expressão administração escolar e fornecer, ao contexto educacional, elementos e conceitos importantes para aumentar a eficiência e eficácia dos processos das instituições e melhorar o ensino.

Para dirigir pessoas, não é somente preciso motivar, corrigir, orientar ou dar ordem - também é preciso liderar. Um educador, além de ser orientador é um líder, por isso ele precisa de gestão para resolver os seus problemas no trabalho como educador de infância. Para decidir sobre a vida e futuro das crianças é fundamental que um educador saiba que ele é um líder e que deve fazer a sua liderança funcionar. Porque a gestão é uma decisão estratégica (Costa, 2017). Segundo Chiavenato, (2000, citado por Furtado, 2005, p.99):

do ponto de vista etimológico, a palavra administração é derivada da palavra latina administre e significa alguém que realiza um trabalho ao serviço de outrem. A administração é hoje um fenómeno universal, indispensável na condução da sociedade moderna. A sua tarefa básica, segundo o autor, é a de interpretar os objetivos de uma organização e transformá-los em ação, através dos processos administrativos de planeamento, organização, direção e controle de todos os esforços (recursos), visando a concretização desses objetivos, da maneira mais adequada à situação. A administração não é um fim em si, mas um meio, um instrumento que facilita a realização das ações em melhores condições, com o menor custo e com um grau elevado de eficiência e eficácia. A administração envolve cinco variáveis básicas: tarefa, estrutura, pessoas, ambiente e tecnologia. A tarefa básica da administração é fazer as coisas por meio de pessoas, de maneira diferente e com a maior eficiência e economia de ação e de recursos possível.

Furtado (2005) afirma que a organização e administração escolar obedeciam a regras muito rígidas e forçadas, onde toda responsabilidade era centrada no diretor da escola. Portanto pode afirmar-se que até hoje a gestão e administração escolar tem grande dificuldade na Guiné-Bis-

sau. Até hoje temos uma organização falhada de escolas e de jardins de infância - jardins públicos funcionam com grandes dificuldades administrativas. Somente alguns jardins não públicos estão a funcionar normalmente. A lei de bases do sistema educativo guineense tem muitas lacunas, por exemplo: a questão da função de um diretor não está tratada no sistema. Um educador deve ser um bom gestor de tempo, planificar as atividades de acordo com o tempo, controlar, liderar, organizar as crianças, organizar a sala de aulas e os materiais necessários, criar um ambiente lúdico e atraente às crianças. A descontinuidade na educação não permite os gestores das escolas e jardins cumprirem os seus objetivos. Isto é, quando temos um novo governo esperamos ter um novo diretor, ou seja, todos vão ser tirados dos jardins e escolas e são colocados novos diretores, com uma nova equipa. Isto é o que Furtado (2005) chama de descontinuidade e incoerência.

No caso do jardim X há continuidade e coerência. É um jardim católico, os dirigentes trabalham como uma equipa e promovem a sua estabilidade e continuidade. Há sempre uma dinâmica permanente, fortificando assim o relacionamento entre o jardim e a família, e apostando na competência. Eu não sou da igreja católica, mas devido à minha competência, os dirigentes deste jardim permitiram-me ser coordenador do jardim de infância - porque este é uma academia e na academia devemos promover competência. Em alguns jardins guineenses, para ser diretor, é preciso ser amigo do proprietário ou membro da mesma família. Ou, se é um jardim do estado, é preciso pertencer ao partido do ministro da educação, ou seja, é por indicação e não por via de um concurso público. Poucos jardins fazem concurso para ocupar uma responsabilidade ou uma função e muitas das pessoas que ocupam a função de diretor não têm formação adequada.

**UM EDUCADOR, ALÉM DE SER ORIENTADOR É UM LÍDER,
POR ISSO ELE PRECISA DE GESTÃO PARA RESOLVER OS
SEUS PROBLEMAS NO TRABALHO COMO EDUCADOR DE
INFÂNCIA.**

Um diretor que não sabe de gestão, como é que pode promover aprendizagem, ou seja, organizar a base administrativa de um jardim e fazer uma boa relação família e jardim de infância, no contexto de gestão da aprendizagem?

Segundo FEC (2014, p.20)

“a gestão é o conjunto de atividades estruturadas para dirigir e controlar qualquer tipo de organização lucrativa (por exemplo: empresas, lojas) ou não lucrativa (escolas, família) por exemplo: na atividade agrícola, um agricultor tem de pensar e realizar um conjunto de atividades até ao dia da colheita. Tem de preparar a terra, comprar sementes, saber qual o momento certo para semear, vigiar o crescimento das sementes (regar, arrancar as ervas), entre outras tantas atividades. Para que a colheita seja possível, o agricultor tem de programar o que tem de fazer, se vai necessitar de outras pessoas para ajudar, como fazer da melhor forma e com os menores custo e esforço possível. A gestão é isto mesmo: Pensar objetivamente no queremos fazer e, partindo de recursos que temos, programar todas as atividades que nos permitem concretiza-lo com êxito. Uma boa gestão passa necessariamente por saber gerir bem as pessoas que trabalham numa organização. Sem isso, de nada servem os conhecimentos que se possam ter sobre gestão. As pessoas são a alma da organização. Esta é uma ideia a não esquecer. Por exemplo, um professor pode ter muito cursos, mas se não souber gerir a sala de aula não conseguirá transmitir esses conhecimentos aos seus alunos. A gestão da sala de aula não passa só por uma boa planificação da matéria que se pretende dar. É fundamental que o professor saiba comunicar com os seus alunos, gerir as suas diferenças e os seus conflitos na sala de aula. O professor tem de ser um bom gestor.”

Portanto um educador ou um agente educativo deve saber valorizar as pessoas, a família duma criança, funcionários e parceiros do jardim pois todos são importantes para o bem estar das crianças e da aprendizagem. No caso do jardim de X a família é um parceiro fundamental para promoção de descoberta da criança.

A gestão incide nos recursos humanos, materiais, logísticos, financeiros, patrimoniais, mas principalmente nas pessoas. Uma boa organização facilita um bom relacionamento com o agente educativo de educação de infância, uma relação vital que pode promover uma grande mudança no contexto da gestão da aprendizagem. No Jardim X o conceito da família é muito abrangente, todos nós somos família no jardim X, desde o pessoal não docente aos familiares das crianças e outros parceiros. Somos uma família, é uma equipa que temos e que é nossa. Segundo Diogo (1998, citado por Picanço, 2012, p.9):

“A família, espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e efetivo, no qual se criam e educam as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factos do quotidiano individual recebem o seu significado.”

O povo da Guiné-Bissau é um povo muito aberto e amável, pronto para criar novas amizades com outro povo e outro país. Este tipo de abertura pode-se verificar no quotidiano, portanto é importante que os educadores despertem este tipo de valores principalmente no tendo em conta a globalização da aprendizagem.

1.1. OLHARES SOBRE IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE TEMPO NO RELACIONAMENTO ENTRE CRIANÇA E EDUCADOR, CRIANÇA E COLEGAS, EQUIPA DE JARDIM DE INFÂNCIA E FAMÍLIA.

Partindo das experiências que vivenciei num dos jardins de infância guineense, vi que é muito importante uma boa gestão de tempo no relacionamento entre o educador e as crianças, as crianças e os colegas, assim como o educador e os familiares. A falta de uma boa gestão de tempo pode gerar muitos problemas no jardim de infância. Por exemplo, eu vivi uma situação no jardim x com um pai da criança. Ele chegou ao jardim muito atrasado (fora da hora da entrada) e encontrou com uma educadora no portão, a fechá-lo. Ele pediu à educadora para lhe permitir entrar com a filha, depois de justificar este atraso, prometeu que não vai voltar a acontecer mais este tipo de atraso e a educadora deixou o pai da criança entrar com a sua filha. Passados dois dias, o pai da criança voltou a atrasar-se, mas desta vez a educadora não aceitou a justificação e este voltou com a criança para casa, mas muito nervoso. Já no dia seguinte chegou muito cedinho, faltavam cinco minutos para hora da entrada. Quando chegou a hora de saída, o pai estava no portão à espera da criança, mas educadora estava a trabalhar ainda com criança. O pai da criança ficou fora do portão 30 minutos à espera para levar a sua criança. No dia seguinte o pai chegou outra vez muito atrasado e a educadora impediu novamente o pai de entrar com a criança. Este pai criou um grande escândalo no jardim, dizendo que tinha que entrar com criança porque a educadora não sabia gerir o tempo. Como é que ela pode exigir que se chegue muito cedo mas depois não deixa as crianças saírem a horas. Isto não deixou um bom clima entre o jardim e a família desta criança.

De acordo com FEC (2015) o gesto do educador que é capaz de integrar na rotina do jardim de infância algumas das rotinas familiares favorece a continuidade e confere ritmo familiar ao cotidiano pedagógico, quer deixando mães, pais, irmãos, primos, tios vizinhos prolongarem o tempo em estão com a sua criança (de manhã quando a trazem, à tarde quando a vêm buscar, quando a acompanham num passeio ou noutra situação), quer dando continuidade aos momentos e espaços familiares através de um objeto, um alimento, uma canção, uma história... Para que o contexto favoreça sentimentos de segurança e a possibilidade de as crianças se situarem no espaço e no tempo - podendo prever o que podem fazer agora, logo ou amanhã - é preciso um ambiente físico e temporal estável e um educador de infância que consiga, simultaneamente, conferir regularidade das situações e estar atento ao decurso de atividades, adequando decisões e possibilidades às questões que emergem da exploração e da descoberta das crianças.

A gestão do tempo em contexto de jardim de infância é uma das principais componentes de uma boa gerência das atividades pedagógicas e, conseqüentemente, uma das componentes muito importantes na educação de infância ou no processo de aprendizagem. A questão da pontualidade e gestão do tempo continua a ser um grande problema para alguns educadores. Quem não sabe gerir bem o seu tempo vai sempre ter problemas na sua vida profissional. O educador deve chegar muito cedo no jardim para organizar a sala e preparar para receber as crianças com motivação, no que chamamos de acolhimento. As crianças gostam de ser recebidas pelos seus educadores, as crianças gostam de protocolos, de ser acompanhadas pelos familiares ou encarregados de educação e recebidos pelos seus educadores.

Mesmo nós adultos gostamos ser bem acolhidos quando visitamos um local ou viajamos para um lugar - e devemos ser motivados quando chegamos a horas. As crianças não estão fora desta regra. É necessário planificar de acordo com tempo, espaço, recursos e faixa etária das crianças.

A criança necessita de uma atenção especial do adulto, de uma afetividade:

“A afetividade é uma necessidade psicológica básica que dá calor e vivacidade à existência, de tal maneira que a falta de maturidade afetividade pode causar neuroses, obsessões, complexos, desdobramento da personalidade, desajustes, inaptações familiares e sociais e sociais, etc. Pelo contrário, o equilíbrio afetivo produz serenidade, optimismo, paz, alegria, vontade de viver. Na realidade, a vida afetiva da pessoa surge do choque com as experiências que chegam até ela do mundo circundante e das relações com outras pessoas. É, pois, no mundo experimental e no de relação que devemos situar a educação da sensibilidade (Diez, 1994).”

Na prática pedagógica o tempo é fundamental, cada atividade tem o seu tempo para ser realizada, porque as crianças devem conhecer rotinas diárias de jardim de infância, para participar na gestão do tempo com o educador. Sem a colaboração das crianças na gestão do tempo o trabalho do educador pode dificultar-se. O educador é quem deve estabelecer limites temporais de cada atividade e trabalhar com as crianças para que elas possam conhecer e respeitar esses limites. A rotina e a planificação no contexto do jardim de infância devem ser flexíveis, de acordo com o interesse da criança.

É importante clarificar o que é o tempo. O tempo é o principal recurso e é o único que não podemos recuperar, travar ou multiplicar. Portanto é importante usar o tempo duma forma racional. No contexto da Guiné-Bissau, alguns jardins que já tive privilégio de visitar não respeitam o interesse da criança. O que eu vi nestes jardins de infância não foi rotina conforme FEC (2015, p.205) “as rotinas, como todos os outros momentos do quotidiano pedagógico, exigem do educador atenção a capacidade de avaliar e decidir em função dos interesses e necessidades das crianças em cada situação.”

O espaço na abordagem pedagógica é gerido pensando no tempo de cada atividade e os recursos no contexto do jardim- de- infância. O espaço não é somente dentro da sala de aula, ele ultrapassa os quatro cantos da sala de realizações de atividades. Espaço é tudo o que nos rodeia, onde estamos inseridos, ou seja, há espaço exterior e interior. A sala de aula é um sistema em mudanças tendo em conta a atividade que estamos a realizar e o objetivo que queremos atingir.

De acordo com FEC (2015, p.212) utilizamos a palavra “rotineira para caracterizar uma situação que se vai repetindo sem variações e que se pode tornar aborrecida, sem sentido. Uma rotina em jardim de infância não pode ser rotineira. O educador tem de pensar na forma como cada rotina ajuda o desenvolvimento da autonomia das crianças do grupo”. Dentro de um jardim de infância podemos encontrar vários espaços: espaço de jogo, teatro, de expressões, etc. Não devemos organizar um espaço pensando em nós, mas sim na criança.”

O espaço deve ser organizado de uma forma viva, de maneira a motivar as crianças a gostarem do jardim, a explorarem os vários recursos que se encontram no espaço. Os recursos ou matérias não devem ser escondidos, devem ser colocadas em lugares onde a criança vai ter acesso. Mas não é o caso de alguns jardins na Guiné-Bissau. Por causa de falta de materiais os educadores são obrigados a impedir as crianças de usar sozinhas com medo que estes se estraguem. Mas ao brincar a criança aprende, ou seja, a criança aprende brincando com os objetos. Ao brincar experimenta a sua curiosidade, faz de conta, desempenhando o papel da mãe ou do pai, de um condutor, mecânico, médico, piloto, etc.

A gestão de espaço, tempo e recursos em jardins de infância, é uma alavanca para despertar a curiosidade das crianças. No caso da nossa Guiné-Bissau temos vários recursos naturais que podemos aproveitar como instrumento didático para a nossa prática pedagógica: temos latas, pedras, paus, folhas etc. que podem servir para ensinar as crianças de uma forma lúdica. Sem pôr em causa a saúde da criança ou a prática pedagógica da pequena infância (Vasconcelos, 1998, p.147-148).

Segundo FEC (2014, p.55):

“saber lidar com as outras pessoas, seja com ou sem autoridade, exige muito cuidado e preparação. Existem alguns princípios fundamentais, importantes para uma gestão correta do tempo, que um educador deve conhecer que vai lhe permitir gerir o seu tempo duma forma eficaz e eficiente:

- Ser pontual. É chave na matéria de gestão de tempo. Se um educador não é pontual não vai ser bem-sucedido na gestão do seu tempo e no desempenho das suas atividades como educador de infância. Mesmo se um educador é bem treinado na gestão do tempo, se não é pontual, o seu treino não vai servir de nada. A pontualidade ocupa o primeiro lugar na gestão do tempo ou no princípio de gestão.
- Planificar. Um plano de longo prazo, plano de curto prazo e plano de médio prazo facilita um educador na gestão do tempo, ajuda a não perder o seu foco ou objetivo. Por isso quando um educador vai planificar deve pensar nas crianças - na idade das crianças, na capacidade de cada criança, na particularidade das crianças - e no tempo para cada atividade, espaço, condição de sala, recursos disponíveis, atividades e estratégias. Tudo isso permite uma boa gestão do tempo.
- Envolver as crianças na aula. Um educador deve permitir uma interação entre as crianças através de atividades lúdicas e atrativas, onde cada criança vai manifestar o seu gosto. Motivar as crianças a envolverem-se no processo de ensino e aprendizagem, sem perder de vista o objetivo desejado. Nas brincadeiras as crianças brincam, mas também aprendem, o educador deve criar um clima de lúdico e didático.
- Definir prioridades. Quando um educador não conhece o que deve fazer primeiro gasta o seu tempo sem atingir o seu objetivo. A capacidade de identificar o essencial é muito importante na gestão do tempo. Saber onde começar ajuda na gestão do tempo porque não podemos fazer tudo de uma vez. Partir do essencial é muito importante pois permite uma boa gestão do tempo. Um educador que não sabe onde começar não é um bom

gestor de tempo. Educador que não conhece onde começar acaba por falar muito e não ensinar nada.

- Impor ritmo na aula. É fundamental que o educador saiba que para controlar o tempo tem que controlar a sua aula, o ritmo da aula e das crianças.
- Gerir a participação/discussão. O educador é o gestor do tempo na sua aula por isso ele deve moderar as discussões, a participação de cada criança, sem perder com o seu objetivo. Um moderador não deve perder o seu fio condutor. Ele é orientador das discussões controlando o tempo e permitindo todos participar dentro do limite de tempo.
- Implementar um bom sistema de trabalho. É bom que o educador estabeleça as regras na sua sala, onde cada criança toma conhecimento dessa regra, da rotina da sala, do começo e do fim de cada atividade, facilitando assim a colaboração de todos na gestão do tempo.

O educador que é um grande gestor do tempo não deve estar à espera do sino do jardim, mas sim deve planificar a sua atividade dentro de limite do tempo (Pinto,2017).

1.1.1. Presença e papéis dos familiares nos jardins de infância

É importante pensar neste assunto tão importante partindo de um caso que aconteceu no jardim de infância X: um pai (senhor Z) saiu do trabalho com os seus colegas numa sexta feira e tinham programado ir passar o resto do dia na casa do colega. No caminho para casa, um dos colegas do senhor Z perguntou em que escola anda a sua filha. O senhor Z respondeu no jardim de infância X e o colega disse que estava na hora de saída das crianças e sugeriu ir buscá-la ali. O amigo concordou, foram e quando chegaram ao jardim de infância X ele perguntou ao guarda do jardim pela sua querida filha. O guarda perguntou o nome da filha e quando o pai respondeu o guarda informou-o que não tinham esse nome no nosso jardim. Os colegas estranharam e o pai disse que não costuma ser ele a buscar a filha. Ligou para a esposa e ela informou-lhe que a filha anda no outro jardim. Isto é para perceber que, até agora, na Guiné Bissau, alguns pais têm dificuldades de acompanhar aprendizagem dos seus filhos ou educandos.

Outro caso narrado no âmbito da abordagem sobre família/ escola – uma relação vital, Dize (1994, p.7) – uma história que mostra uma lição moral para pais, encarregados de educação, comunidade educativa em geral no que diz respeito ao relacionamento entre família e jardins de infância:

No fecho do ano letivo já nos últimos dias do mês de junho, um pai apareceu no jardim querendo saber a situação do filho, mas o seu nome não consta no livro de presenças. O pai ficou muito mal com os educadores e responsáveis do jardim, embora estes dissessem ao pai que o filho não estudava no seu jardim. O pai não concordou e ligou para a esposa com o objetivo de informá-la do mau funcionamento do jardim. A esposa respondeu que o filho realmente não anda nesse jardim, mas no jardim B. Este facto mostra o resultado da ignorância na relação família e jardim de infância e sua importância.

Se este pai tivesse acompanhado o processo do seu filho desde o início, não ia acontecer este tipo de caso. Este tipo de comportamento é muito presente nos jardins guineenses. No entanto, é importante reconhecer um progresso significativo neste tempo. Através do trabalho dos educadores este tipo de comportamento está a melhorar aos poucos, graças às educadoras e a alguns pais. É importante investir mais no envolvimento dos pais educadores, encarregados de educação.

Hoje algumas famílias inscrevem os seus filhos no jardim e só voltam na tomada de diploma da criança, o que não ajudara no desenvolvimento da relação pais e educador. Alguns pais chegam ao jardim em momentos de trabalho, para criticar o educador diretamente na sala. O educador é obrigado a parar o seu trabalho para responder ao pai da criança, e acaba por não gerir o seu tempo bem. Os pais devem conhecer o horário ou a rotina diária do jardim. Em todo o caso, apesar da orientação relacional ser agora mais fácil e haver conhecimento da importância do jardim e da gestão do tempo, há muitos ainda sem nenhuma noção.

Para alguns pais saber do funcionamento do jardim não faz parte da sua agenda. Isto é o trabalho de educadores e só se preocupam com assistência médica, pagamento das mensalidades, alimentação e mais nada. Se o filho chega atrasado ao jardim, ele não se preocupa, se sai tarde não se preocupa também. Conforme Picanço (2012, p.17) “é muito importante que a família e a escola se unam na criação de uma aliança com vista a conseguirem ajudar educandos e, consequentemente, alunos, de forma a que os consigam tornar cidadãos ativos e capazes de agir na sociedade dos nossos dias.”

A família tem um papel fundamental na educação integral da criança, a família é o centro da formação da criança. Temos constatado a indiferença ainda existente em alguns sectores da família. Se o pai não respeita o horário do jardim, a criança também não vai respeitar. Alguns pais deixam a educação da criança nas mãos de educadores. Quando o filho se comporta mal ele repreende e espera somente dos educadores. Deixam tudo com os educadores, mas quem tem mais tempo com a criança, no contexto da Guiné-Bissau, são os pais. A educação integral da criança compete aos pais. A responsabilidade da educação integral

dos filhos compete aos pais, responsabilidade que não se pode abrir mãos. Mas há muito abandono hoje por parte dos pais, entregando a educação nas mãos dos educadores. Por mais excelentes que sejam os educadores, estes não podem substituir o papel dos pais. Cada pessoa tem uma tarefa. Os educadores são colaboradores, a educação integral da criança é reservada aos pais. Mas atenção pois devem colaborar com os educadores no desenvolvimento fisiológico dos filhos, no desenvolvimento de todas as dimensões da personalidade. Para muitos a educação é um fenômeno complicado que precisa da ação combinada de muitos educadores.

Claro que um educador não pode resolver sozinho o problema integral da criança, portanto há problemas que necessitam de tratamento pedagógico nas suas diferentes formas, que são a personalidade, liberdade, socialização, afetividade, transcendência, inteligência, etc. Devido à sua importância, ultrapassa a capacidade de um só educador. Por isso há necessidade de muitos colaboradores que ajudem um educando a realizar-se. Sem esta colaboração, a criança não vai ser uma pessoa que a sociedade necessita, porque as crianças que educamos hoje, amanhã vão ser os nossos adultos.

Os pais não devem ver a participação somente como um dever, mas também como um direito. Deve existir uma relação vital entre os pais e os educadores não somente na relação formativa, reunião de abertura de ano, fecho do ano, entrega de diplomas, aniversário do filho – a relação família e jardim de infância vai além disso. É um relacionamento familiar, amar a criança e os seus pais, conhecer os membros da família da criança, com quem vive o dia-dia da criança, saber os gostos da criança e problemas de saúde da criança.

Um bom relacionamento da família e jardim de infância permite ao educador conhecer a criança e saber com lidar com ela, como a educar. E ajuda o pai a saber quem é seu filho fora da casa, através do educador, porque a educação, não é uma simples aprendizagem de conteúdos

OS PAIS DEVEM VISITAR OS JARDINS PARA ASSISTIR A UM FILME OU CONTAR HISTÓRIAS PARA A CRIANÇA, ISSO MOTIVA A CRIANÇA MUITO, VER O SEU PAI A BRINCAR JUNTO COM ELA. OS EDUCADORES DEVEM CONVIDAR OS PAIS A PARTICIPAREM NOS JARDINS POIS ISSO AJUDA A CRIANÇA A ESTAR MAIS MOTIVADA.

científicos e culturais destinados a promover a integração social e profissional do indivíduo, é o despertar de todas as faculdades importantes ao ser humano, todos os educadores de um educando devem estar presentes na vida da criança, importa educar em cada caso concreto, cada criança é caso particular e especial (Diez, 1994).

A presença dos pais no jardim de infância e os seus papéis são de grande importância. Os pais devem visitar os jardins para assistir a um filme ou contar histórias para a criança, isso motiva a criança muito, ver o seu pai a brincar junto com ela. Os educadores devem convidar os pais a participarem nos jardins pois isso ajuda a criança a estar mais motivada. O educador deve enviar notas informativas para virem dar o seu apoio como pais. Mas há um problema sempre presente – alguns professores têm medo da presença dos pais encarregados da sua criança, o que naturalmente dificulta a relação e a presença dos pais no jardim de infância. O educador deve informar os pais, se for possível diária ou semanalmente, sobre o progresso do filho no jardim e o conteúdo que o filho está a estudar (Arens, 1995, p.468).

2. RELAÇÃO FAMÍLIA E JARDIM DE INFÂNCIA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E NA GESTÃO DE APRENDIZAGEM.

No âmbito das relações com pais/famílias na gestão da aprendizagem na educação pré-escolar, Silva (2016) diz que: quem quer educar uma criança para ser uma boa pessoa deve ser uma boa pessoa, e quem quer organizar a mente da criança deve ser uma pessoa organizada. Como educadores devemos perceber que somos modelos para as crianças porque elas nos admiram muito. Tudo o que educador diz, para criança, é verdade. Mesmo que os pais lhe digam que isto está mal, a criança não aceita. Portanto educadores e pais devem ter uma boa colaboração para poderem gerir a aprendizagem da criança ou seja acompanhar e orientar a criança. Deve existir uma relação de respeito e de cooperação entre educador e pais não uma relação de competição.

Os pais/famílias e o estabelecimento de educação pré-escolar são dois contextos sociais que contribuem para a educação da mesma criança; importa por isso, que haja uma relação entre estes dois sistemas.

As relações com os pais podem revestir várias formas e níveis, em que se pode distinguir a relação que se estabelece com cada família, da relação organizacional que explica coletivamente os pais / famílias.

A relação que o educador estabelece com cada família centra-se na criança e tem em conta que são co-educadores da mesma criança. Esta relação assenta numa comunicação que se realiza através de trocas informais (orais ou escritas) ou em momentos planeados

(reuniões com cada família). Estes momentos constituem ocasiões para conhecer as suas necessidades e expectativas educativas, ouvir as suas opiniões e sugestões para incentivar a sua participação e, ainda, para combinar as formas de participação que melhor correspondem às suas disponibilidades. A avaliação que o educador realiza do processo desenvolvido por cada criança, e dos seus progressos, torna-se um recurso fundamental nesta comunicação. O planeamento de estratégias diversificadas permitirá que todos participem. Se há pais/famílias que poderão eventualmente vir ao jardim de infância para contar uma história, falar da sua profissão, acompanhar visitas e passeios, etc., para os que não podem vir, na sala serão encontradas outras formas de obter o seu contributo para o que se está a realizar, garantindo que todas as crianças vejam representados os contributos dos seus pais/família (Silva, 2016, p.29).

Realmente as reuniões de pais/famílias são instrumentos de participação comuns, onde os profissionais ou educadores apresentam as suas propostas de educação e o que pretende realizar o seu grupo, convidando as famílias a fazerem parte do projeto – o que facilita a participação e colaboração dos familiares porque foram convidados a fazerem parte da educação dos seus filhos. As crianças gostam de ver o educador a relacionar-se bem com os seus familiares e isto motiva-a a continuar a aprender, e aprender a relacionar-se, também ela, com os educadores e os seus colegas no jardim e na comunidade. Os pais têm direito a saber o que é que o seu filho está a aprender e como é que está a aprender, deve fazer parte na elaboração do projeto educativo, dando a sua opinião sobre como quer que o seu filho aprenda. Ou seja, as suas ideias são importantes na elaboração do projeto educativo do grupo de crianças. Devem-se criar associações de pais, encarregados de educação, para contribuírem para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança assim como o estabelecimento educativo deve dar resposta à família das crianças. Os pais podem participar no jardim para fortalecer as suas relações com educadores, dialogar com sobre o comportamento do filho e procurar soluções coletivas. Segundo FEC (2014, p.238):

“a aprendizagem entre mais e menos experientes também ajuda a desenvolver sentimentos de cumplicidade e proteção entre uns e outros, que é fator de segurança entre as crianças e lhes permite serem menos dependentes do educador. Uma criança mais competente em determinada habilidade, que ensina e ajuda outra com mais dificuldades também aprende melhor. Tem oportunidade de refazer as operações mentais e os gestos para além de interiorizar as sequências que lhe permitem realizar determinadas ações com sucesso e autonomia.”

A relação entre agentes educativos de educação de infância é primordial para uma verdadeira educação porque se não nos damos bem, como é que vamos partilhar as experiências, as informações dos pais e das crianças? Vai ser difícil realizarmos um trabalho de grupo ou equipa para educar uma criança, que não é trabalho somente dos pais ou educadores, mas de todos nós. Quando um educador não fala com outro isto complica a vida não só do educador, mas também da criança. A criança ganha muito quando há uma boa relação entre os profissionais da educação de infância. É muito feio afirmar que alguns pais só consideram a importância do jardim a partir do primeiro ano do ensino básico, porque nunca passaram no jardim para ver o trabalho dos seus filhos. Porque para eles o jardim de infância é lugar para deixar a criança e poder ficar livre, mas onde não aprendem nada. Isto é consciência de alguns pais. Somente no primeiro ano, quando as crianças já levam os exercícios de matemática para casa, T.P.C – Trabalho para Casa, o pai fica muito feliz. Mas educar a partir do jardim de infância deve ser um trabalho cooperativo, de toda equipa.

Mas alguns pais afirmam que o jardim de infância é lugar de brincadeira, porque não passam no mesmo para saber quais são as atividades que os educadores realizam com a criança. Para mudar esta consciência é preciso investir na sensibilização dos pais para a mudança desta mentalidade pois isso é também investir na educação nas crianças que serão homens ou adultos amanhã. Mães e pais, esposas e maridos. A grande preocupação de alguns pais está centralizada na saúde, alimentação, vestuário, mas não se preocupam com a educação. Chegam do trabalho perguntam o filho se almoçou mas não lhe pergunta como comportou.

Educadores, pais, comunidade, ministério de educação devem elaborar padrões de como querem que os seus filhos sejam orientados. Estabelecer regras gerais para as suas crianças, preocupando-se com a vida e educação integral da criança. É importante a colaboração entre a comunidade educativa pois esta coordenação irá permitir o desenvolvimento integral e aprendizagem da criança. Educação é um trabalho que se desenvolve sem violência, maus tratos, discriminação, etc. Mas sim com amor, carinho e tolerância (Jesus & Palocios, 1993, p.103).

Há várias formas de fortificar as nossas relações no contexto do jardim de infância. Pode ser através da planificação, planificando juntos reuniões periódicas (semanais, mensais, anuais, etc.), encontros, seminários, palestras, atividades recreativas, visitas pessoais, etc. É importante criar relações de cooperação entre os profissionais, para aprofundar os nossos conhecimentos e refletir juntos sobre as tarefas ou atividades realizadas, fazer juntos a avaliação dos comportamentos das crianças e a nossa auto avaliação (ou seja, avaliar a si mesmo), reformular o que for preciso e pensar na dinamização do grupo. Tornar o grupo mais

flexível e preparado para responder às necessidades das crianças ou da comunidade educativa, amar o nosso trabalho e conhecer as nossas limitações. Pedir sempre ajuda quando necessitamos, consultar pessoas com mais experiência na nossa área de especialização, ouvir e respeitar as opiniões dos colegas ou da equipa. Ser cumpridor da nossa tarefa, respeitando o nosso trabalho e o dos outros. Isto é, não ignorar o conhecimento dos outros e sempre partilhar com todos. Cada criança é uma realidade, cabe ao educador usar a sua parte para educar a criança.

A educadora Jusceline Indi, numa entrevista realizada no dia 28 de Fevereiro de 2020 sobre importância de relação família e jardim de infância, no contexto da gestão da aprendizagem, afirmou que:

quando estamos a falar da criança é importante pensar na sua família para perceber melhor o seu desenvolvimento numa forma integral, porque educar não é um ato isolado, mas um trabalho de equipa. Por isso, para fortalecer a relação entre família e jardim de infância, os familiares devem passar sempre no jardim para saber da vida da criança e informar os educadores sobre o comportamento desta em casa, pois a educação começa em casa. Os familiares da criança devem manter sempre uma relação com o jardim para melhor inteirar da vida integral da criança (Indi, 2020).

Sobre o perfil de um educador ela afirmou que “não é qualquer pessoa que deve ser um educador, deve ser uma pessoa qualificada para melhor fortalecer as relações no jardim de infância, porque um educador que não comunica com os pais e não conhece a sua profissão ou a sua área de atuação, pode causar vários problemas. O educador deve ser exemplar tanto dentro como fora da sala.

Recomendamos o seguinte:

Respeito da rotina diária do jardim de infância contextualizando-a sempre com a necessidade da criança;

- Pontualidade no local de serviço;
- Respeitar os direitos das crianças;
- Uso correto do tempo;
- Uma boa gestão de relacionamentos no contexto de jardim de infância
- Envolvimento das crianças nas atividades,
- Consulta deste trabalho pelos profissionais de educação de infância,
- Divulgação deste trabalho nas redes sociais.
- Uma boa relação entre os profissionais de educação de infância,
- Assiduidade nos jardins de infância tanto para educadores quanto para as crianças.

CONCLUSÃO

Concluimos que a relação família e jardim de infância é muito importante no processo de desenvolvimento da criança, em todos os níveis da vida da criança. A falta desta dificulta o desenvolvimento da criança, quando conseguimos fazer uma boa gestão do nosso tempo, recursos, espaço e relações com a família na gestão de aprendizagem, estamos a poupar a nossa vida e ganhamos mais conhecimento no que diz respeito à vida da criança e como continuar a educá-la melhor. Em contexto de jardim de infância, cada criança é um ser único e especial. Cada criança é uma realidade, é um problema a resolver, e a gestão do tempo, recursos, espaço, relações, na gestão de aprendizagem, é um problema também. Quando um educador não sabe usar bem estes recursos já tem um problema, que é o de não compreender a criança como ela é, ou seja, um ser digno que merece honra, amor, tolerância, carinho, orientação.

No jardim de infância cada atividade tem o seu tempo marcado, o seu objetivo e, portanto, cada educador deve saber como gerir o seu tempo para não despertar outro comportamento na criança. Porque quando o educador não é fiel ao seu tempo, ou não o usa muito bem, as crianças reagem com outros tipos de comportamentos, fora dos princípios de educação ou fora do padrão estabelecido.

Devemos convidar os pais para participarem nas atividades do jardim, para poderem saber dos trabalhos das crianças e finalmente para poderem valorizar os educadores e seus trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arens, I. R. (1995). *Aprender ensinar*. Ed.Graw-Hill de Portugal, Lda
- Costa, D. (2017). *Suporte teórico de administração e gestão*,
- Furtado, B. R. A. (2005). *Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau: Incoerências e descontinuidades. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro*. Universidade de Aveiro: repositório universitário.
- Diez, J. J. (1994). *Família-escola uma relação vital*. Porto Editora: Porto.
- FEC (2015). *Manual de educação de infância o mundo de palma de palma e meio*. FEC - Fundação Fé e Cooperação: Portugal.
- FEC (2014). *Manual de educação de gestão e administração escolar para todos para uma escola de qualidade*. FEC - Fundação Fé e Cooperação: Portugal.
- Indi, J. (In entrevista 2020) Realizado no dia 28 de Fevereiro de 2020.
- Jesus, A. M. & Palacios, P. (1993). *Será feliz uma criança no infantaria*. Porto Editora: Porto.
- Lopes, C. & Mendes, O. (1982). *Ku mininos Di nô Terra (Ideias para educação pré-escolar)*. Departamento da educação/Departamento de edição e difusão do livro e disco: Bissau.
- Picanço, A. L. B. (2012). *A relação entre escola e família - as suas implicações no processo de ensino aprendizagem*. Relatório de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa. Acessível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2264>
- Pinto, M. (2017). *Suporte teórico de FEC de prática pedagógica*. Universidade Católica da Guiné-Bissau: Bissau
- Silva, L. (2016). *Orientação curriculares para educação Pré-escolar*. Direção-Geral de educação(DGE): Lisboa.
- Vasconcelos, T. (1998). *Qualidade e projetos na educação pré-escolar*. Ministério da Educação - Departamento de educação básica - Núcleo de educação pré-escolar: Lisboa

IÉ, ERICSON OCANTE

O SISTEMA EDUCATIVO GUINEENSE: SEUS INCUMPRIMENTOS E DEFICIÊNCIAS

O presente artigo visa essencialmente fazer uma abordagem crítica da organização e funcionamento do sistema educativo guineense. Nesta base, faremos uma análise crítica e jurídico-científica, do regime jurídico do sistema educativo guineense e da sua aplicação na prática. E desta análise, levantaremos os problemas que se colocam no sector educativo guineense e as possíveis soluções. Tomaremos como base a Lei de Base do Sistema Educativo, Lei nº04/2011, de 29 de Março.



É NOTÁVEL QUE O ENSINO PÚBLICO SEJA MANIFESTAMENTE INSIGNIFICANTE QUANTO AOS NÚMEROS DAS ESCOLAS VOCACIONADAS PARA LECIONAR A FASE PRÉ-ESCOLAR. OS DADOS QUE TEMOS, EMBORA NÃO COMPROVADOS PELAS ENTIDADES COMPETENTES, APONTAM PARA MENOS DE CINCO ESCOLAS JARDIM DE INFÂNCIA QUE INSTRUEM CRIANÇAS NA FASE PRÉ-ESCOLAR - O QUE OBVIAMENTE ILUSTRA A POUCA ATENÇÃO QUE O NOSSO ESTADO DÁ A ESTA FASE.

INTRODUÇÃO

Embora a nossa abordagem vá no sentido de um olhar sobre o regime jurídico do sistema de educação guineense, queremos chamar atenção desde já que não estaremos em condições de analisar o regime jurídico no seu todo. Contudo, é nossa vontade e interesse, e esperamos fazê-lo noutro momento oportuno. Isto não será agora possível, por três razões: primeiro, porque tivemos conhecimento da chamada para publicação dos artigos científicos muito tarde; segundo, devido à dificuldade de encontrar fontes bibliográficas para suportar o nosso trabalho, sobretudo os instrumentos jurídicos que regulam o sector da educação e as instituições de ensino, por aquilo que nós consideramos apenas de desorganização das instituições públicas do país; a terceira e a última razão tem a ver com a própria natureza do artigo e dos organizadores, que solicitaram um artigo que não ultrapasse vinte e cinco páginas - é óbvio que fazer uma abordagem geral e completa do regime jurídico do sistema educativo - os problemas que se colocam e as propostas de soluções - só pode acontecer num livro completo com centenas de páginas. Por isso, a nossa abordagem será parcial, e veremos apenas alguma parte do que se pretende agora falar.

O objetivo deste artigo visa chamar atenção aos intervenientes no sector educativo sobre os problemas que o sector enfrenta - a desorganização e caos instalados, o disfuncionamento, os atos e as práticas contrárias ao quadro normativo-legal - e o que se deve fazer com uma certa urgência no sector.

A Guiné-Bissau é desde sempre enferma na questão de aplicação das leis. Esta nação não é caracterizada muitas das vezes pela falta de leis, que normalmente tem. Ela é caracterizada pela falta de aplicação das leis. O Estado guineense, como já pudemos ouvir, não demora em aprovar as leis ou ratificar as convenções, a questão está na aplicabilidade delas. Este problema de aplicação prática das leis também se coloca no sector educativo, quicá, o sector que de entre todos tem o tom mais alto da falta de aplicação do respetivo quadro normativo. Com isto não queremos dizer que há regulação suficiente do quadro legal do sector educativo guineense, reconhecemos que há muita lacuna e há várias coisas no sector que precisam de ser regulamentadas num quadro legislativo. Mas no nosso entender, o maior constrangimento está na falta de aplicação do quadro normativo já existente.

Esta falta de aplicação coloca o problema de conseguirmos saber se o quadro normativo em vigor é eficiente ou não, se as soluções e as regulações adotadas são consentâneas ou não, se devemos rever ou revogar alguma lei ou não. Porque na verdade, só podemos fazer uma análise crítica dum instrumento jurídico, com maior cuidado, quando este ins-

trumento (entenda-se, jurídico) for aplicado e vemos as consequências da sua aplicação, se são boas ou más. Isso vai permitir podermos fazer juízos críticos sobre os preceitos normativos que regulam o sector educativo guineense, porque na maior parte desses preceitos não se verifica a sua aplicação. Contudo, vamos fazer essa tentativa, se for necessário, mas focaremos mais em enaltecer o aspeto daquilo que está na lei, a sua não aplicação e as práticas contrárias as normas legais.

1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA ABORDAGEM

Como atrás dissemos, teremos como instrumento básico da nossa abordagem a Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau, que é a Lei nº 04/2011, de 29 Março, publicada no suplemento do Boletim Oficial da Guiné-Bissau, nº 13, que doravante designaremos de LBSE. A partir dela vamos fazer ponte a outras fontes normativas que se enquadram no regime jurídico do sector educativo. Mesmo ao nível da LBSE, não analisaremos todos os seus preceitos, mas aqueles que nos interessam para cumprimento dos objetivos do presente artigo. Mas antes de entrar no conteúdo da LBSE, e outras leis, como é praxe de qualquer jurista ao fazer uma explanação jurídica (embora não seja um, por enquanto), começa-se com o enquadramento constitucional e de outras fontes legais, gerais sobre o tema. É o que vamos fazer também.

1.1 ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL

A Constituição da República da Guiné-Bissau, doravante designada CRGB, plasma o assunto de educação no seu art. 49º, que diz o seguinte:

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.
2. O Estado promove gradualmente a gratuitidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino.
3. É garantido o direito de criação de escolas privadas e cooperativas.
4. O ensino público não será confessional.

O artigo descrito está inserido no catálogo dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais. Por “direitos fundamentais entendemos os direitos ou as posições jurídicas ativas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material” (Miranda, 2014, p.9). Direito à educação é um direito que enquadra doutrinariamente nos direitos fundamentais, assumidos, na tipologia histórica da Ciência Política dos Estados, no modelo chamado Estado Social, de Direito e Democrático, que é o tipo do Estado que a maioria dos países adotam nos nossos dias, como é o caso da Guiné-Bissau.

1.2 ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS

Sem querer entrar em detalhes, podemos observar a consagração do direito à educação noutros instrumentos internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) plasma no seu artigo 26º o direito à educação, onde consagra o princípio da gratuidade ao ensino elementar. O artigo 22º do mesmo instrumento internacional vem reforçar esse direito na medida em que afirma: “toda a pessoa, membro da sociedade (...) pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos (...) sociais (...)”. E como supra, referimos que o direito à educação é um dos direitos sociais.

Outro instrumento internacional é o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de Dezembro de 1966, que entrou em vigor na ordem internacional em 3 de Janeiro de 1976 e que a Guiné-Bissau se vinculou em 2 de Julho de 1992. Quase todos os preceitos do Pacto debruçam-se sobre os direitos sociais, como é a natureza do próprio instrumento, mas interessam-nos destacar os artigos 13º, 14º e 15º que tratam diretamente sobre a educação. No conteúdo desses artigos podemos encontrar, entre outros assuntos, o princípio da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino básico, a organização do sistema educativo do ensino primário ao ensino superior, o reconhecimento da produção científica, literária e artística, e o melhoramento das condições do pessoal docente.

Ainda no âmbito internacional, importa referenciar a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada a 20 de Novembro de 1989, com início da vigência na ordem internacional em 2 de Setembro de 1990 e a que a Guiné-Bissau se vinculou em 20 de Agosto de 1990. Demonstra este instrumento internacional, nos seus artigos 28º e 29º, os compromissos que os Estados assumiram em promover o direito à educação para as crianças, nos mesmos termos a que aludimos noutros instrumentos atrás vistos.

Agora de forma particular, vamos destacar os instrumentos africanos. Desde logo, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, adotada em 26 de Junho de 1981, a que a Guiné-Bissau se vinculou em 4 de Dezembro de 1985, antes da sua entrada em vigor, que só veio acontecer em 21 de Outubro de 1986. No seu artigo 22º fala, entre os direitos do povo africano, dos direitos sociais.

Mas o instrumento mais direto que tratou do direito à educação, foi a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança, adotada a 1 de Julho de 1990, entrando em vigor em 29 de Novembro de 1999 e a que o nosso Estado se vinculou em 19 de Junho de 2008. No seu artigo 11º, trata em pormenor o direito da criança africana à educação. Por fim,

importa referir a Carta Africana da Juventude, adotada a 2 de Julho de 2006, começou a vigorar em 8 de Agosto de 2009, quando o Estado da Guiné-Bissau já a vinculava desde 31 de Julho de 2008. No seu artigo 13º, epígrafado com a designação "Ensino e desenvolvimento de capacidades", pode notar-se no seu conteúdo o direito à educação de qualidade e à formação profissional, e uma aposta na ciência e tecnologia.

O recurso a esses instrumentos legais visa, não apenas fazer um enquadramento da abordagem, mas ainda, mostrar a importância do tema educação e os compromissos que os Estados assumem em garantir e dar esse direito aos seus cidadãos. O que nos leva a indagar sobre o nível de cumprimento desses compromissos pelo Estado da Guiné-Bissau.

Agora abordaremos de forma mais direta e concreta alguns aspetos do sistema educativo guineense.

2. AS FASES DO SISTEMA EDUCATIVO GUINEENSE E SUAS VARIAÇÕES

De acordo a nossa LBSE, a educação formal, que será objeto da nossa análise, está dividida em seis fases, nos termos do artigo 8º: pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, superior, modalidades especiais. Desde logo, importa esclarecer que cada uma dessas fases tem a sua subdivisão e que nem todas as fases são de sequência obrigatória. Isto é, as fases citadas não querem significar que deve iniciar-se obrigatoriamente na primeira e seguir sequencialmente as subseqüentes até a última, para ser considerado que teve o processo de ensino e aprendizagem completo. Algumas fases são de estudo facultativo e por questão de condicionalismo temporal e de deficiência.

Podemos considerar como a fase facultativa o ensino pré-escolar, que funciona em complementaridade ou supletividade com o meio familiar. Ela é destinada a crianças dos três aos cinco anos de idade - art. 9º da LBSE. Isto porque o princípio da obrigatoriedade do ensino no nosso sistema só inclui o ensino básico, é esta interpretação que podemos concluir nos termos do artigo 12º da LBSE.

A observação que podemos fazer em relação a esta fase tem a ver com número das escolas e a percentagem das crianças guineenses que frequentam o ensino pré-escolar. É notável que o ensino público seja manifestamente insignificante quanto aos números das escolas vocacionadas para lecionar a fase pré-escolar. Os dados que temos, embora não comprovados pelas entidades competentes, apontam para menos de cinco escolas jardim de infância que instruem crianças na fase pré-escolar - o que obviamente ilustra a pouca atenção que o nosso Estado dá a esta fase. A maior parte das escolas ou jardins que albergam a fase

pré-escolar são privadas. A Carta da Política do Sector da Educação na Guiné-Bissau mostra que, até ao ano 2013, apenas cerca de 13% das crianças guineenses que têm acesso ao pré-escolar e que o Governo projeta até 2020, este ano, atingir 20% das crianças guineenses a terem acesso ao pré-escolar. Isto, evidentemente, demonstra o quão o nosso país está longe do desejável, em comparação com outros países. Mas mesmo com a projeção feita no ano em que este documento foi elaborado (2014), vê-se claramente que o país não atingiu a meta fixada. Para já não há grande esforço da parte estatal - para não dizer que nada foi feito - no sentido de aumentar o número das escolas que poderão ministrar a pré-escolar. Se houver aumento dos 13% em 2013, deve-se a escolas privadas, desta fase, cujo número realmente tem crescido.

Outra observação que podemos fazer é a nossa crítica quanto à fixação da idade do início pré-escolar pelo legislador nos três anos. É importante tomarmos em conta a evolução do ser humano. Hoje em dia as crianças evoluem tão rápido que é possível termos crianças que frequentam as escolas pré-escolares, as que chamamos jardins, com menos de três anos. Além de outras razões que podem levar a isto. O legislador angolano foi inteligente e tomou este aspeto em consideração, não fixando a idade do início para pré-escolar, como podemos constatar na Lei nº13/O1, 31 de Dezembro – Lei de Bases de Sistema da Educação.

Esta crítica, também se estende quanto a fixação da idade do início do ensino básico aos seis anos. Temos mantido oposição à campanha de sensibilização para escolaridade das crianças, promovida por Fundo das Nações Unidas para Crianças (UNICEF), não só por esta razão, mas também porque esta (campanha), em vez ajudar em pleno, traz algumas confusões tendo em conta o nível da escolaridade dos pais e encarregados da educação: muitos recusam matricular os seus educandos na fase pré-escolar por não completarem seis anos, justificando que viram ou ouviram que as crianças devem ser matriculadas a partir dos seis anos - não sabem que aquela idade se refere ao ensino básico. Defendemos forte incentivo aos pais e encarregados de educação acerca da escolarização na fase pré-escolar, se não mesmo, a obrigatoriedade desta fase. Isto por razões da fragilidade do nosso sistema, da nossa sociedade e da instituição família guineense, que não consegue criar condições para as crianças terem elementos suficientes e ingressar o ensino básico, sem a fase pré-escolar, e conseguirem ter sucessos escolar assim como social e cultural.

A fase opcional pode apontar a transição do ensino básico para o ensino secundário e a conclusão deste para a formação técnico profissional e para o ensino superior. Dizemos que é opcional porque depende da escolha do indivíduo, decidir que rumo a tomar. Conjugando os artigos 13º, 18º e 20º da LBSE, quando o aluno terminar o terceiro ciclo do

ensino básico deve seguir-se de imediato o subsistema do ensino secundário e neste há duas vias para o seu ingresso: via geral ou ensino geral e via técnico-profissional. Foi nesta base que dissemos que é opcional, porque cabe ao aluno decidir que via seguirá.

Embora essa possibilidade seja apenas no plano formal, porque na prática, sobretudo para o ensino secundário público, não há nem sequer uma escola pública que tenha essa possibilidade. Todos os estabelecimentos escolares públicos do país, com este nível, apenas dispõem da via geral e não lecionam o ensino técnico-profissional. Entendemos que é urgente a criação de condições para uma maior oferta de cursos técnico-profissionais, que o país tanto reclama, embora reconhecemos a existência e esforço de algumas escolas nesta área – um exemplo típico é o Centro de Instrução, Formação Artesanal e Profissional (CIFAP), contudo é uma entidade privada.

Ainda existe outro problema de regulação dos cursos técnico-profissionais - precisamos saber o que é um curso técnico-profissional, o tempo mínimo e máximo da sua duração e outras questões que suscitam dúvidas sobre este subsistema do ensino. Mesmo com a existência de alguns artigos na LBSE sobre este nível, estas questões subsistem. A própria lei reconhece a insuficiência na regulação desta matéria, ela própria recomendando uma regulamentação específica da questão, da formação profissional, como rege o nº5 do artigo 23º d) e o nº1 do artigo 62, que é uma norma transitória, da LBSE, que devia acontecer depois do um ano, a contar da sua publicação, mas que infelizmente até ao momento não temos.

E por último falamos na(s) fase(s) da questão temporal e de deficiência para significar a preocupação que o legislador teve com a questão do analfabetismo e de pessoas que têm uma certa deficiência física.

DEFENDEMOS FORTE INCENTIVO AOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO ACERCA DA ESCOLARIZAÇÃO NA FASE PRÉ-ESCOLAR, SE NÃO MESMO, A OBRIGATORIEDADE DESTA FASE. ISTO POR RAZÕES DA FRAGILIDADE DO NOSSO SISTEMA, DA NOSSA SOCIEDADE E DA INSTITUIÇÃO FAMÍLIA GUINEENSE, QUE NÃO CONSEGUE CRIAR CONDIÇÕES PARA AS CRIANÇAS TEREM ELEMENTOS SUFICIENTES E INGRESSAR O ENSINO BÁSICO, SEM A FASE PRÉ-ESCOLAR, E CONSEGUIREM TER SUCESSOS ESCOLAR ASSIM COMO SOCIAL E CULTURAL.

3. ALGUNS ASPETOS DO ENSINO SUPERIOR GUINEENSE

Pelas razões apresentadas atrás, não poderemos entrar em profundidade na abordagem de vários assuntos, como é o caso deste ponto, que dedicaremos para falar do ensino superior guineense. Vamos abordar apenas alguns aspetos que entendemos serem pertinentes falar por agora.

3.1 NÍVEL DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ENSINO SUPERIOR

O primeiro aspeto que podemos apontar, ligado ao nosso ensino superior, tem a ver com a observação que podemos fazer quanto à atenção que o nosso Estado presta a este subsistema. Basta olharmos para o quadro atual das instituições públicas do ensino superior e o modo de funcionamento deste subsistema para chegarmos esta conclusão. Nós somos o único país dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - que não leciona, nas instituições próprias do país, o grau de mestrado e e que não tem um instrumento jurídico específico para regular este grau. Sem falar do doutoramento ou, pior, mesmo o grau da licenciatura o nosso Estado tem dificuldade em oferecer. Olhando para o número de instituições públicas que oferecem o curso superior no país, veremos que a esmagadora maioria delas são suportadas essencialmente com apoio externo, através da cooperação internacional bilateral com alguns países parceiros e amigos da Guiné-Bissau. São os casos da Faculdade de Direito de Bissau, apoiada pela cooperação com o Estado Português, em concreto com a Universidade Clássica de Lisboa através da sua Faculdade de Direito; uma parte de uma das Unidades da Escola Superior da Educação, Escola Normal Tchico Té, também através da cooperação com Portugal apoiada pelo Instituto Camões e a Faculdade de Medicina, suportada com cooperação do Estado Cubano.

Neste momento só temos duas instituições públicas do ensino superior que não têm suporte externo. É o caso da Escola Nacional de Administração e da ressurgida Universidade Amílcar Cabral. Sem querer entrar em detalhes sobre o funcionamento destas duas instituições, é de conhecimento público que enfrentam algumas dificuldades de funcionamento, devido à fraca atenção que o nosso Estado tem com relação a elas.

Na nossa opinião, a fragilidade do nosso Estado e o seu pouco interesse com o ensino superior, reside na Escola Superior da Educação (ESE), cujos estatutos do seu funcionamento foram aprovados pelo Decreto-lei nº 13/2010. Nos termos desta lei, artigo 12º, a ESE tem a vocação de oferecer o grau de licenciatura e de mestrado. Mas todos nós constatamos que a ESE nem se quer oferece o grau de licenciatura, o que nos deixa mesmo equivocados, sem saber que grau ela atribui aos seus

formandos. Outra situação da ESE tem a ver com o quadro Docente da Instituição, que reclama há anos um aumento salarial e melhoria de condições. Até ao momento parece não haver grandes avanços neste sentido. Essas e outras razões têm contribuído de forma significativa para a fraqueza do nosso ensino que, sobretudo, tem-se refletido nos subsistemas do ensino básico e secundário, onde temos constatado a fraca qualidade dos alunos nestes níveis.

3.2 OS GRAUS ACADÉMICOS DO ENSINO SUPERIOR GUINEENSE: *NUMERUS CLAUSUS*

O segundo aspeto que queremos abordar, sobre o ensino superior guineense, tem a ver com os graus académicos oferecidos. Aqui nem vamos falar da questão de equivalência dos graus para os formados no exterior de país. Embora acreditemos que é um problema, não fizemos uma investigação apurada sobre esta questão pelo que limitaremos a nossa abordagem aos graus atribuídos pelas instituições internas e aos regulamentos nas nossas legislações.

Nos termos da LBSE, artigo 28º, o ensino superior guineense confere os graus de licenciatura, mestrado e de doutoramento - também vem subscrito na Lei nº 03/2011, de 29 de Março - Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica, no seu artigo 10º. A primeira questão a colocar sobre esta descrição dos graus académicos do ensino superior guineense é a de admitirmos, ou não, se esses podem ser considerados *numerus clausus*. Isto é, se o regime jurídico (nosso) do ensino superior admite atribuição de outros graus para além destes citados, ou vamos considerar apenas estes e não aceitar a designação de outros graus.

O suscitar desta problemática leva-nos a tomar posição. E realmente posicionamo-nos no sentido que o nosso ensino superior adota *numerus clausus* de graus elencados, embora admitindo que poderá não ser tão pacífica a aceitação da nossa posição. Na prática e em algumas leis, inclusive do ensino superior, atribuem-se outros graus, como é o caso da última lei citada que dá permissão às universidades para lecionarem o grau de bacharelato, no período de instalações e após este período.

Outro exemplo, é o que consta na lei mais recente no sector educativo - e muito polémica. Trata-se da Lei nº 6/2018, de 18 de Dezembro - Lei de Alterações do Estatuto de Carreira Docente que, no seu artigo 3º, faz a citação entre outros graus, o de bacharelato e o médio. Exemplificamos apenas com estes dois diplomas, ligados diretamente com o sector educativo, mas podemos encontrar essas atribuições de graus, para além do que constam na LBSE, em muitos outros diplomas legais - outros que não regulam diretamente o sector do ensino, mas que fazem menção aos graus quando se debruçam sobre assuntos ligados a isto.

Mas isso não é apenas no plano legal, também na prática e a nível institucional encontramos este problema. Temos algumas instituições do ensino, sobretudo as públicas, que são vocacionadas para serem instituições do ensino superior, mas que na realidade não têm oferecidos graus superiores ou apenas os dão em parte. São os casos da Escola Superior da Educação (ESE), que praticamente todas as suas unidades não atribuem nem sequer a licenciatura, exceto uma parcela da Unidade de Tchico Té - a parte que diz respeito ao Instituto de Camões, que leciona a licenciatura em Língua Portuguesa. Ainda podemos citar a Escola Nacional de Saúde e a Escola Nacional de Administração. Este último oferece o grau Médio para cursados durante dois primeiros anos em Administração e Contabilidade e Gestão. É bom lembrar que estamos a falar do ensino superior e as instituições citadas são consideradas, do ponto de vista legal, como instituições do ensino superior, mas na prática não lecionam o curso superior.

A questão que podemos colocar, ou uma solução possível, é de admitirmos que esses cursos e graus enquadram-se numa das modalidades especiais do sistema, como sejam o ensino profissional e os cursos com graus técnico-profissionais. Nós temos alguma dificuldade em aceitar este entendimento, primeiro, porque não há regulamentação específica sobre formação profissional, o que nos deixa inquietações com o que é exatamente o curso técnico-profissional no nosso sistema? Ou, quais são os anos mínimos e máximos da sua duração? Segundo, porque temos dúvidas se podemos chamar aos formados na ESE o mesmo que os que tiraram um curso técnico-profissional. E terceiro, porque há muitos equívocos na denominação de graus dos cursados nessas instituições anteriormente citadas - alguns atribuem cursos médios e outros atribuem cursos bacharelato.

É bom lembrar que ainda não justificámos nem fundamentámos o porquê do nosso entendimento de *numerus clausus* de graus elencados na LBSE. É o que vamos fazer de seguida e trazer algumas considerações sobre esta problemática.

Primeiro é importante ter a noção do valor jurídico da LBSE, que é uma referência de regulação sobre esta matéria de graus e de todo o nosso sistema educativo. A Lei de Base do Sistema Educativo Guineense é uma lei infraconstitucional de valor reforçado, isto é, ela serve de parâmetro e padrão para todas as outras leis que regulam o nosso sector educativo. Qualquer outra que a contradiga, será considerada inválida e a disposição em concreto não deverá ser aplicada. Este é o seu valor jurídico.

Feitas estas considerações, entendemos que os graus do ensino superior anunciados no artigo 28º da LBSE são taxativos. Fora deles, ainda que constem noutros diplomas legais, devem ser considerados de ilegais e inválidos. Na nossa opinião, a redação deste artigo não abre qualquer

brecha para interpretação no sentido de ser uma numeração exemplificativa. O artigo contém a seguinte redação: "No ensino superior são conferidos os seguintes graus acadêmicos: a) Licenciado; b) Mestre; c) Doutor".

Esta nossa posição não significa que concordamos com o nosso legislador, pois temos opinião muito crítica desta adoção de graus acadêmicos para o ensino superior e da arrumação do sistema em geral, sobre esta questão. Achamos que o legislador não foi realista, não observou atentamente a configuração atual das instituições do ensino guineense e não tomou muito em conta a realidade do país. É possível que este erro se deva à excessiva inspiração na Lei de Base do Sistema Educativo Português, porque, fazendo a comparação das duas leis de base, percebe-se que a nossa é quase um *copy paste* da portuguesa. Isto levou, no nosso entender, o nosso legislador a descuidar o olhar bem pela nossa realidade. Era importante que o legislador tomasse em conta que algumas instituições de formação, já existentes no momento em que estava a legislar, não conferem graus de licenciados, mestres e ou procurar e buscar atribuir graus que coadunam com essas instituições. Ainda que ele (legislador) pensasse numa evolução futura, era de levar em conta a realidade do país que, na verdade, tem um Estado fraco economicamente e não seria tão fácil e rápido oferecer cursos superiores com os graus descritos na lei a curto prazo. Ainda bem que se trata do ensino superior, onde a presença do Estado é muito insignificante.

Só vamos viajar um pouco no direito comparado para ver exemplos de outros países, sobretudo, aqueles que têm uma realidade muito similar com a nossa. Trazemos a situação de dois países da lusofonia para fazer esta abordagem, Cabo-Verde e Angola.

A Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano, Lei nº103/III/90, de 29 de Dezembro, no seu artigo 28º, prevê o ensino médio como um dos subsistemas. Este é diferente do subsistema do ensino secundário previsto a partir do artigo 21º e é também diferente do subsistema do ensino da formação profissional, que é uma das modalidades do ensino especial, previsto no artigo 53º. Nos termos do nº1, do artigo 28º: "O ensino médio tem uma natureza profissionalizante e visa a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento". Já a partir do artigo 31º a lei cabo-verdiana vem regular o ensino superior especificamente, em que o seu artigo 33º regula os graus acadêmicos, do ensino superior, com a seguinte redação: "1. No ensino superior são conferidos os seguintes graus de: a) Bacharel; b) Licenciado; c) Mestre; d) Doutor". Como é fácil constatar, o legislador cabo-verdiano além de prever os três graus que também o nosso previu, ainda prevê o quarto que o nosso não tem, o Bacharelato.

Já o legislador angolano, na Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro, fez uma arrumação um pouco diferente dos outros. Este colocou no mesmo nível, como um subsistema particular, a par de outros, a formação técnico-profissional, regulada a partir do artigo 21º e cuja estrutura, nos termos do artigo 23º é a seguinte: “O subsistema de ensino técnico-profissional compreende: a) formação profissional básica; b) formação média técnica”. Parece-nos que no sistema angolano, a formação técnico-profissional engloba o ensino médio que o sistema cabo-verdiano diferenciou. No caso do ensino superior previsto no artigo 35º, sobretudo, no que tem a ver com graus, esta lei já tem uma organização mais complexa. Faz a distinção entre graduação e pós-graduação: a graduação compreende bacharelato e licenciatura e pós-graduação contém as categorias de pós-graduação académica e pós-graduação profissional. A pós-graduação académica tem dois níveis: mestrado e doutoramento e pós-graduação profissional compreende a especialização (*vide arts. 37º, 38º e 39º*).

A lição que podemos tirar desses dois sistemas em relação ao nosso, é que, no nosso entender, os legisladores daqueles foram mais realistas. Eles compreenderam que nos seus Estados, por razões de estratégias e condições económicas ou técnicas, seria sensato incluir no subsistema do ensino superior, não apenas graus de licenciatura, mestrado e doutoramento, mas também um grau menor a estes, que é o bacharelato.

A LIÇÃO QUE PODEMOS TIRAR DESSES DOIS SISTEMAS EM RELAÇÃO AO NOSSO, É QUE, NO NOSSO ENTENDER, OS LEGISLADORES DAQUELES FORAM MAIS REALISTAS. ELES COMPREENDERAM QUE NOS SEUS ESTADOS, POR RAZÕES DE ESTRATÉGIAS E CONDIÇÕES ECONÓMICAS OU TÉCNICAS, SERIA SENSATO INCLUIR NO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR, NÃO APENAS GRAUS DE LICENCIATURA, MESTRADO E DOUTORAMENTO, MAS TAMBÉM UM GRAU MENOR A ESTES, QUE É O BACHARELATO.

4. SILÊNCIOS E TABUS NO SISTEMA EDUCATIVO GUINEENSE

Neste ponto queremos dedicar-nos a apontar alguns assuntos que nós consideramos de grande relevância, no sector educativo, mas que praticamente ninguém fala. Ou melhor, são questões que não fazem tanto eco como outros assuntos. Não há exigência, ou há muito pouca, para fazê-los valer e para que lhes seja dado o tratamento devido. Eis alguns, apenas alguns, entre os muitos que não teremos tempo de abordar aqui:

a) O Ensino superior

Para nós, o subsistema do ensino superior é quase um tabu. Não só por falta de investimento nele, como também pela preocupação em falar sobre e/ou dar-lhe alguma relevância. Descrevemos atrás, com alguns elementos demonstrativos, o quão o Estado tem, ou demonstra na prática, pouco interesse no ensino superior. Para nós, é absurdo e utópico pensar no desenvolvimento de um país sem ter um plano e a atenção virada para a formação de quadros em diferentes áreas, preparados para enfrentar os desafios do desenvolvimento almejado mas estamos num país em que não há definição das áreas prioritárias de formação nem controlo da qualidade e da empregabilidade daqueles que se formam ou já se formaram. Temos defendido como uma das soluções para atenuar essa deficiência, no quadro da Plataforma Nacional das Associações do Ensino Médio e Superior da Guiné-Bissau (PNAAEMS-GB), a separação do Ministério de Educação Nacional de do Ministério do Ensino Superior. Esta posição é defendida com vários fundamentos que não temos tempo suficiente para abordar aqui.

b) Estatística e dados do sector educativo

A problemática da estatística não é só a da sua existência, mas também a da sua publicidade. Quem ou qual entidade competente pode informar-nos de quantos estudantes o país tem? Quantos conseguem concluir as diferentes fases ou subsistemas? Quantos desistem? Quantos ingressam nas escolas de formação? Quantos ficam de fora? Quantos estudantes guineenses há na diáspora? Quantos conseguem terminar os cursos e quantos voltam para o país? Quantas escolas privadas existem?... São inúmeras as questões que podemos levantar. Há certas informações que a entidade competente, neste caso o Ministério da Educação, podia ter sem fazer grandes esforços e que nem exigem praticamente custos económicos significativos. Basta solicitar, mas mesmo assim não faz. Um dos exemplos é o plasmado no artigo 12º da Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica, em que as universidades devem enviar obrigatoriamente, até certo período em cada ano letivo, o número dos alunos matriculados, graduados, taxas e valores de matrículas cobradas, etc.

c) As nomeações

No nosso entender, uma das questões urgentes a tratar, razão para revisões das nossas leis, é a questão das nomeações dos dirigentes das instituições de ensino, que devem passar a ser por via de concursos públicos. Isto ajudará na estabilização das instituições e na credibilização das mesmas, por mérito e qualidade. Além disto, vai evitar a politização das instituições do sector educativo, o que infelizmente tem acontecido até ao momento. Muitas dessas nomeações são legais, porque assim o permitem algumas leis. E por isso mesmo devem alterar-se as leis. Um exemplo típico desta instabilidade na liderança das instituições é o caso da Universidade Amílcar Cabral, que retomou o seu funcionamento há três anos e já teve três reitores!

d) A situação dos docentes universitários

Há uma lei específica que regula a Carreira Docente Universitária – a Lei nº 7/2014. Quando se observa o que está recomendado neste diploma legal e a sua prática, vemos ser quase inexistente o cumprimento dos seus dispositivos. O mais estranho para nós é o silêncio dos próprios docentes universitários, que fazem pouco para exigir a melhoria das condições dos seus trabalhos e que podem contribuir muito na qualidade do ensino guineense. O país carece de uma organização sindical ou de outra natureza que congrega os docentes universitários a nível nacional, embora seja de reconhecer a existência e esforço do Sindicato dos Professores da Escola Superior da Educação e do Sindicato dos Docentes da Universidade Lusófona da Guiné.

c) O comércio e a banalização da moral e da ética no ensino básico e secundário

É de conhecimento de todos e nem é necessário realizar alguma investigação para saber que, hoje em dia, o ensino básico e o secundário tornaram-se lugares de comércio e de práticas imorais. Uma das grandes violações é a do princípio da gratuidade do ensino básico, previsto no artigo 12º da LBSE, em que são inventadas e feitas várias cobranças, com valores altos, sobretudo no ato de matrícula, que deveria ser totalmente gratuita. Outra prática constante tem a ver com venda e mudanças de uniformes, constantes ou a cada ano letivo, com o propósito de obtenção de lucro, o que está longe da finalidade das entidades públicas administrativas. Também temos assistido a práticas de assédio sexual nas escolas, compra de notas (avaliações) com dinheiro ou abuso sexual da camada feminina. Todas essas práticas têm contribuído para banalização do nosso ensino e ninguém diz nada a essas questões!

CONCLUSÃO

É importante que haja um engajamento sério, ativo e de todos os intervenientes no sector educativo do nosso país para corrigir os problemas levantados nesta abordagem e outros que ainda não foram colocados. Um dos passos importantes para alcançar esse engajamento é a percepção de que cada ator do sector tem a sua relevância no sistema educativo. Sendo o sector constituído por diferentes franjas, todas essas são indispensáveis e interligam-se numa dependência mútua. Mas isto, não nos tira a atenção de chamarmos à responsabilidade a entidade principal e impulsionadora de todas as ações, que é o Estado, de assumir o seu papel e investir com seriedade no sistema educativo guineense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

- Falcão Oliveira, F. (2005), *Direito Público Guineense*. Edições Almedina: Lisboa.
- Miranda, J. (2014), *Manual de Direito Constitucional-Direitos Fundamentais*. Tomo IV, 5ª Ed. Coimbra Editora: Coimbra.
- Conselho Nacional da Educação (2017), Angola, *Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospectiva* – Volume II. CNE: Lisboa.

Coletâneas:

- Gouveia, J. B. (1993), *Textos Fundamentais de Direito Internacional*. Aequitas-Editorial: Lisboa.
- Faculdade de Direito de Bissau – Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas (2013), *Textos Fundamentais de Direitos Humanos*, Vol. I. CEARL: Lisboa.

Leis e Políticas:

- Constituição da República da Guiné-Bissau;
- A Carta da Política do Sector da Educação na Guiné-Bissau;
- Lei nº04/2011, de 29 de Março - Lei de Base do Sistema Educativo Guineense;
- Lei nº 03/2011, de 29 de Março – Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica;
- Lei nº 6/2018, de 18 de Dezembro – Lei de Alterações do Estatuto de Carreira Docente;
- Decreto-lei nº 13/2010- Estatutos da Escola Superior da Educação (ESE);
- Lei nº 7/2014-Carreira Docente Universitária;
- Lei nº13/01, 31 de Dezembro – Lei de Bases de Sistema da Educação de Angola;
- Lei nº103/III/90, de 29 de Dezembro-Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano;

NAUANA, SANFON FERDANDO

A IMPORTÂNCIA DA AUTOESTIMA NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

O presente artigo consiste em descrever a influência da autoestima e como esta nos impulsiona nas nossas decisões, tomadas de forma benéfica ou prejudicial no nosso dia-a-dia. Esta é aprendida desde a infância até à fase adulta e permite-nos ter um autoconceito e uma autoimagem. Autoestima é o nosso modo de ver e determinar quem somos e valorizar ou desvalorizar a nós mesmos. O valor é a chave para mudar a maneira de você ver-se a si mesmo, naturalmente, a autoestima é guia para ser bem-sucedido nas realizações, ou seja, adquirir os conhecimentos de forma eficiente e eficaz. Está também relacionada com o autoconceito e a autoimagem, que referem a construção de desenvolvimento de modo positivo e/ou negativo. É algo que nos afeta de forma crucial, em todos aspetos da nossa experiência. Desde a maneira como agimos no trabalho, no amor e no sexo até ao modo como atuamos como pais, e até no dia que subimos na vida. As nossas reações aos acontecimentos do dia-a-dia são determinadas por quem somos e pelo que pensamos que somos. Assim, autoestima é a chave para o sucesso ou para o fracasso e para entendemos nós mesmos e os outros. No ambiente escolar há interação das experiências de todos julgamentos que fazemos - nenhum é tão importante quanto o sobre nós mesmo. A metodologia de investigação é qualitativa e cujo objetivo é entender o motivo do insucesso escolar e a influência da baixa autoestima encontrada no contexto educativo. Uma das conclusões é que a autoestima facilita o processo de ensino-aprendizagem e promove educação de qualidade.

AUTOESTIMA, AUTOIMAGEM, AUTOCONCEITO.



APRENDIZAGEM É UMA AÇÃO PESSOAL E É ÚNICA EM CADA SER HUMANO. POIS O SER HUMANO PROCURA APRENDER TODOS OS DIAS E NESSA BUSCA DE SABER TUDO PARTE DO INTERIOR PARA O EXTERIOR, SOBRETUDO O DIÁLOGO COM OS OUTROS.

INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa realizada podemos afirmar que a autoestima é o sentimento da valorização de si próprio como indivíduo. E também que pode ser transmitida de forma positiva ou negativa, pois depende do meio em que o indivíduo está inserido e das experiências com as pessoas relacionadas. A autoestima é um sentimento que a criança adquire durante o seu desenvolvimento social, daí a relação entre autoestima e o ensino-aprendizagem. Neste artigo vamos refletir sobre a sua importância no desenvolvimento do aprendizado e tentar compreender de que modo a autoestima pode contribuir no processo ensino-aprendizagem.

O presente texto está apresentado e subdividido em subtítulos. Primeiramente, tem-se um apanhado a respeito do processo de aprendizagem no ser humano. Seguidamente buscamos compreender o conceito da autoestima. No terceiro momento deste estudo apresentamos a importância da autoestima. E por último a relação do sucesso e insucesso no processo de ensino-aprendizagem escolar.

Por outro lado, a autoestima no campo educativo é um fator fundamental para estimular o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e por vezes uma condição desfavorável que gera a promoção da autoestima baixa. O professor, enquanto agente responsável pela formação intelectual do aluno, e a família, fazem parte da base que pode proporcionar autoestima elevada ou não elevada, pois esta depende das palavras ouvidas pelas crianças.

A infância é o início da construção da autoestima e depende dos diferentes envolvimento do indivíduo, em cada camada. Começa na família, na escola, com os amigos e outras pessoas próximas, que estimulam o espírito da autoestima durante a convivência da vida do indivíduo. Em seguida, mostramos a metodologia praticada na pesquisa, que foi revisão bibliográfica. Por fim, as considerações finais que relacionamos com os teóricos referenciados.

Portanto, conclui-se que este valioso estudo investigativo possa eventualmente ser significativo para os futuros professores, que venham a querer utilizá-lo nas suas práticas diárias com as crianças perante as aulas, o que poderá ajudar como uma fonte de reflexão e acompanhamento da autoestima da cada criança no processo de ensino-aprendizagem.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Entender a influência da autoestima no processo de ensino-aprendizagem em contexto educativo.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i) Descrever a importância da autoestima no processo de ensino-aprendizagem
- ii) Investigar possíveis relações entre dificuldades de aprendizagens e a baixa autoestima.

1.3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A metodologia de investigação utilizada é a revisão bibliográfica, a qual consultámos objetivando entender as relações entre o insucesso escolar e a baixa autoestima encontrada em contexto educativo. A designada metodologia de investigação foi descrever e perceber a análise em questão. Entretanto, a metodologia de investigação contempla um método qualitativo. A respeito da pesquisa qualitativa, autores mostram que a sua natureza se baseia no ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, além da relação do pesquisador com o ambiente escolar e a situação que está sendo investigada. Para tal, adotou-se a abordagem qualitativa, que traz consigo, de maneira inevitável, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador. Ainda, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contacto direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e preocupa-se em retratar as perspectivas dos participantes.

A APRENDIZAGEM PODE SER DEFINIDA COMO UMA CONSTRUÇÃO PESSOAL, RESULTANTE DE UM PROCESSO, EXPERIENCIAL, INTERIOR NA PESSOA E QUE SE TRADUZ NUMA MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTO RELATIVAMENTE ESTÁVEL.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO SER HUMANO

A aprendizagem do ser humano é um processo da transformação de comportamento, capacidade e adaptação a um novo ambiente de forma eficiente e eficaz. Esta transformação do comportamento relaciona-se com a prática e a experiência, com o reconhecimento de tudo que rete-mos. Que pode ocorrer de forma inconsciente ou consciente, no proces-so pessoal ou interpessoal, sendo que tudo o que o ser humano retém vem do contexto cultural e social. E também todos os comportamentos adquiridos são aprendidos no processo da socialização, ao longo da his-tória, em diferentes contextos.

Contudo, a aprendizagem começa de forma simples, só depois de forma mais complexa, o que nos facilita a compreender o indivíduo no seu dia-a-dia e as sua etapas de desenvolvimento de forma sequencial. O modo como gatinhamos, como andamos, como arrumamos as nossas roupas e livros, como cumprimentamos e sorrimos aos outros, como adquiri-mos a linguagem e a leitura - tudo isto é êxito da aprendizagem. Quer dizer que, desde que nascemos até que morremos, mudamos. É através de experiências que aprendemos novas atitudes, novos valores, novas competências, novos medos, novos conceitos, novas maneiras de resol-ver problemas. Pela aprendizagem adquirimos saberes, desenvolvemos capacidades, ocorrendo uma mudança pessoal.

De acordo com diferentes autores praticamente todo o nosso pensa-mento e comportamento foi aprendido. A aprendizagem pode ser adap-tativa ou desadaptativa, consciente ou inconsciente, manifesta ou não observável. Sentimentos e atitudes são certamente aprendidos como factos e competências.

Aprendizagem é uma ação pessoal e é única em cada ser humano. Pois o ser humano procura aprender todos os dias e nessa busca de saber tudo parte do interior para o exterior, sobretudo o diálogo com os outros. Também o processo de aprendizagem é um esforço da construção de cada indivíduo de forma ativa, nomeadamente a natureza humana é um desejo de construir e reconstruir os conhecimentos.

Segundo Costa, et al (2006, p.13) aprendizagem é um processo pessoal e único. Cada um aprende à sua maneira e com o seu próprio ritmo. Então, aprender não é um processo passivo, nós não somos meros reci-pientes de informação. Pelo contrário, somos ativos a aprender, somos nós que construímos e que reconstruímos o nosso conhecimento.

Portanto, há diversas formas de aprender, pois cada indivíduo é único e encara as coisas de modo diferente dos outros. Isto é, um aprende rapidamente e o outro aprende lentamente, mas todos adquirem os conhecimentos de modo ativo. Porque naturalmente o ser humano nasce com algo, que o impulsiona a aprender, por isso ele não fica passivo no processo de aprendizagem. Por outro lado, cada pessoa determina a sua aprendizagem, depende de como observa, ou seja, como compreende o objeto aprendido.

Segundo Arends (1995, p.18-19) "talvez o mais importante a longo prazo, é o processo da aprendizagem, que é um processo que se verifica ao longo de toda a carreira".

O processo de aprendizagem é um princípio da concepção de ser humano até à morte. Durante a ação do homem há desenvolvimentos com certos períodos determinados e conforme a maturação da sua competência, que cresce de forma sequencial e dá-lhe mesmo um ritmo. A longo prazo ajuda-nos a adquirir experiências eficazes. E também nos podemos tornar autónomos com os exercícios feitos e as práticas de atividades realizadas durante a verificação do dia-a-dia.

A aprendizagem pode ser definida como uma construção pessoal, resultante de um processo, experiencial, interior na pessoa e que se traduz numa modificação de comportamento relativamente estável. É um processo, uma vez que ocorre ao longo de um período de tempo que pode ser mais ou menos longo; é uma construção pessoal, entendendo-se que nada se aprende verdadeiramente se o que se pretende aprender não passa através da experiência pessoal de quem aprende, numa procura de equilíbrio entre o adquirido e o que falta adquirir e através de mecanismos de assimilação e acomodação; é experiencial, interior à pessoa, na medida em que apenas podemos avaliar a aprendizagem através dos seus efeitos, isto é, através das modificações que ela opera no comportamento exterior, observável, do sujeito. É através das manifestações exteriores que se vê se o sujeito aprendeu, mas estas só se revelam se no interior do sujeito tiver havido um processo de transformação e mudança segundo, Tavares et al (2007). Quer dizer que cada dia aprendemos sozinhos na procura do que se quer fazer, é algo que sentimos de forma intrínseca e com experimentação e daí conseguimos aprender.

Contudo, é um processo longo que modifica o nosso comportamento de modo pessoal e coletivo. Pois o indivíduo ao longo da vida vai aprender naturalmente com envolvimento da sociedade na busca da estabilidade do que tem e do que quer atingir, ou seja, na perspetiva de procurar o melhor. Sobretudo com orientação, observação do meio inserido, que nos proporciona os conhecimentos da realidade. Os resultados suaves proporcionam a estabilidade de comportamento, a falta de resultado proporciona a instabilidade de comportamento, para Tavares, et al

(2007, p.113) a resistência é a base da aprendizagem, em contraste com a punição.

Por isso, no processo de aprendizagem, fala-se na sua procura de forma ativa e sobretudo com a negociação entre a sociedade que faz parte deste ambiente da consolidação do algo aprendido. E também os aprendizados são alcançados através do meio onde estamos inseridos, o que nos condiciona.

O processo ensino-aprendizagem acontece passo a passo, onde a criança é estimulada a brincar e a interagir com novos amigos. Assim começa a ter um olhar e a compreender um ambiente cheio de pessoas diferentes, cada um com o seu modo de ser e de agir, incentivando-a à socialização com os demais. Isto desenvolve a maturidade para a inserção da aprendizagem significativa, onde o aluno se sente incentivado para realizar as atividades prescritas e através da ludicidade deste processo, se torna mais amplo e concreto.

Aproveitar o potencial que o indivíduo traz e valorizar a curiosidade natural dos alunos são princípios que devem ser observados pelo professor. Assim o aluno pode desenvolver a sua capacidade natural, quando o professor orienta e promove o seu empenho e reconhece a sua habilidade revelada nas atividades feitas. Pois, naturalmente, o homem sente-se capaz e confiante quando se valoriza o seu potencial. Durante o processo de aprendizagem, a potencialidade revela-se através de várias ações feitas pelo aluno que encara as atividades de uma forma eficiente e eficaz.

“Os behavioristas acreditam que a aprendizagem e o desenvolvimento humano derivam dos pressupostos inerentes ao condicionamento clássico, resultado do trabalho e ao condicionamento operante” (Tavares et al., 2007, p.37). Relatam ainda que a aprendizagem e o desenvolvimento acontecem no indivíduo através do elogio, da recompensa e com os elementos de base sob os quais se vai construir o resultado condicionado. Sobre tudo o ser humano quando é motivado com um certo prêmio, dá-lhe alegria e reforço, procurando assim a mudança de comportamento.

Ainda, a aprendizagem revela-se quando o aluno busca contextualizar e interagir com o meio de forma recíproca e interessada com aprendizagem.

2.2 COMO OCORRE A APRENDIZAGEM

Segundo Libâneo (2010) aprender é o processo de adquirir as informações de forma adequada. Desde a mais simples, onde os alunos aprendem a manipular os objetos e aprendem a realizar as atividades especiais, lidar com as situações quotidianas, como sejam, nadar, pescar, subir às árvores, andar de bicicleta etc., até processos mais difíceis onde o indivíduo decide escolher a sua área específica de trabalho.

Desde modo o ser humano está sempre aprendendo. Assim, de facto, para que aconteça a aprendizagem é importante que exista todo um processo de assimilação. Que haja uma relação entre o aluno e o professor, na parte da orientação e que o aluno passe a compreender, refletir e aplicar, a analisar os conhecimentos que foram aprendidos. Pois a aprendizagem é pensada com a colocação em exercício, por parte do aluno, das informações que lhe foram transmitidas durante uma atividade ou numa aula.

Portanto, existem diferentes formas de aprendizagem em cada ser humano, pelo fator da convivência, ou seja, da história pessoal e de distintas formas do meio ambiente. As formas de aprendizagem mais comuns são brevemente descritas a seguir.

i) Aprendizagem behaviorista/comportamentalista

Nesta forma de aprendizagem dá-se ênfase às teorias comportamentais de Watson e Skinner que apontam para que os fatores do meio e da aprendizagem são que determinam o comportamento. O desenvolvimento da aprendizagem depende, portanto, da existência ou não de condições ambientais favoráveis.

ii) Aprendizagem construtivista/interacionista

Denominada a aprendizagem de Piaget e do autor psicossocial de Erikson, este tipo de aprendizagem valoriza os fatores de maturidade e socioculturais. Estas correntes defendem a perspectivas em que os indivíduos são encarados como sujeitos ativos no seu processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem.

iii) Aprendizagem por habituação

A aprendizagem por habituação é a competência de reter, e não reagir, a um determinado estímulo. Nesta aprendizagem há uma queda na inclinação para reagir aos incentivos, quando estes se tornam mútuos. Isto é, quando o aluno é questionado as mesmas perguntas, repetidamente, a certo momento ignora as perguntas, pois não renova os novos conhecimentos relativamente àquilo que espera (Costa, et al., 2006, p.219).

iv) Aprendizagem associativa

Segundo Wattson e Pavlov, investigadores russos (Costa, et al., 2006) “a aprendizagem associativa agrupa diferentes formas de aprendizagem, que se traduzem na formação de laços ou de associações novas entre estímulos e resposta ou entre estímulos”

Portanto, aprendizagem associativa, ou seja, cooperativa, é muito relevante, pois a forma como cada um de nós encara as informações e a forma de solucionar é distinta. Por isso, evidentemente damos a solução a um problema de forma mais consistente e eficaz se o pensarmos de forma cooperativa uns com os outros.

A aprendizagem cooperativa, ao praticar o espírito da interação e o apoio mútuo, torna mais simples a resolução de problemas complexos, torna mais eficaz e elaborada.

v) A aprendizagem por observação e imitação

A aprendizagem por observação e imitação, também designada por aprendizagem social ou aprendizagem por modelação, permite afirmar que a experiência dos outros pode conduzir à aquisição de novos comportamentos. Assim, um indivíduo pode adquirir um novo comportamento a partir da observação de um modelo.

Segundo Costa et al (2006, p.222) “a aprendizagem por observação e imitação consiste na reprodução de uma sequência de ações produzidas por alguém, que serve de modelo, na presença de um certo estímulo e de reforço”.

Acordo com estes mesmos autores, a aprendizagem por observação e imitação existe no ato da realização de uma sucessão de práticas criadas no indivíduo, que mostra de exemplo, e na presença de estimulação e de dedicação. Contudo, o aluno tem certo conhecimento de compreender as ações boas e más e tem um desenvolvimento mental, que ajuda relacionar-se e como deve interagir com os outros. Não basta incentivar os alunos neste processo de imitação para ter êxito, mas deve haver também o desenvolvimento social.

A imitação pode ocorrer mesmo sem o observador copiar as ações do modelo no momento em que as observa e sem receber uma recompensa, nem ver o modelo recebê-la. Aquele que aprende, imita as respostas de um modelo, mesmo que as não exteriorize e não receba reforços durante a demonstração. O reforço, observado ou vivido, não tem um papel determinante na aquisição de novas respostas, mas na acentuação e persistência de diferentes tendências do comportamento (Costa, et al., 2006, p.223).

vi) A aprendizagem pela manipulação de símbolos ou de representações

Alguns autores relatam que quando aprendemos conhecimentos novos, devemos integrá-los nos conhecimentos que já adquirimos e que são assegurados pela memória. Mas não devem só existir esquemas cognitivos prévios que permitam enquadrar as novas aquisições. Quer dizer, as informações novas podem adicionar e tornar benéficos os esquemas cognitivos prévios - podem mudá-los ou podem promover a criação de novos esquemas. Todavia, este processo é difícil, pois as representações gráficas cognitivas não são como o pote onde se coloca a água. São estruturas muito ativas que proporcionam os conhecimentos que já tínhamos e integram as informações novas. Apenas há aprendizagem se houver reciprocidade, se houver este processo de integração.

Quando realizamos um certo trabalho, havemos de desencadear um conjunto de exercícios concertados que se chamam comportamentos. A capacidade da leitura mostra a identificação dos números, as características e as posições de cada um, o que permite que escrever e contar. O facto de se exercitar muito, ou seja, ler constantemente, faz-nos ter o domínio da leitura. Assim consegue-se ter a competência da leitura, tal como da escrita.

Uma competência é um «saber-fazer» qualquer coisa. Para que ela seja adquirida é necessário que um ou vários procedimentos se tornem automáticos. O que fazemos, em primeiro lugar, é trazer à memória de trabalho uma representação da tarefa e mobilizar os esquemas gerais que temos sobre ela. Depois, aplicamos estes esquemas gerais à situação concreta, de modo a planificar adequadamente o que fazer (Costa, et al., 2006, p.225).

vii) A aprendizagem pela ação

De acordo com Costa et al. (2006, p.225) “a aprendizagem pela ação ou a aprendizagem por descoberta é, simultaneamente, aprendizagem associativa e aprendizagem simbólica”.

Quer dizer que a aprendizagem pelo movimento possibilita aquisição de conhecimento durante os exercícios, ou seja, pela ação feita com os materiais, manipulados pelo aluno. Perante a ação com objetos o aluno vai conseguir distinguir o mesmo. Por isso é importante que os alunos tenham acesso aos materiais na sala aula. Sobretudo, durante o movimento dos objetos deve haver a interação entre o professor e o aluno, para que haja um bom resultado no aluno (Costa, et al., 2006, p.226). De acordo com Piaget, “manipulando os objetos, a criança aprende a reconhecer as características do mundo físico e social”.

A aprendizagem pela ação, através da reflexão crítica, permite a descoberta das características de uma situação, ou criar e testar hipóteses. O papel da experiência anterior é fulcral nesta forma de aprendizagem. A experiência permite que a compreensão da situação seja feita a partir da seleção de interpretações anteriores, já testadas e validadas. Permite a construção de etapas na obtenção de um objetivo como a criação de objetivos intermédios e até de objetivos negativos como forma de atingir o objetivo final (Costa, et al., 2006, p.226).

Contudo, a aprendizagem pela ação é relevante na interpretação da situação adequada, na história dos conhecimentos importantes para o trabalho e no processo da edificação de procedimentos que ajudem a identificar as características da situação.

Autores afirmam que a ação aumenta o aprendizado do indivíduo e do grupo, visto que fornece embasamento para novos questionamentos e reflexões. É aprender enquanto age e agir sobre o que pensa e aprende.

Portanto, a aprendizagem pela ação ocorre em todo o ser humano, nas práticas mais simples e mais complexas no dia-a-dia: tomar banho, vestir-se, lavar os pratos, escovar os dentes, escrever, jogar à bola - tudo isso é exemplo de manipulação dos objetos, ou seja, aprendizagens motoras.

2.3 O CONCEITO DA AUTOESTIMA

O conceito de autoestima é o conjunto de atitudes e sentimentos positivos e/ou negativos de um indivíduo acerca de si próprio. Trata-se da valorização dos sentimentos alimentados de forma agradável e desagradável. Contudo, depende da avaliação feita pela pessoa sobre a sua autoimagem. Consideramos, pois, que uma elevada autoestima nos proporciona auto respeito e autoconfiança.

Ao longo da vida da pessoa faz-se a comparação com a realidade e com os seus próximos, e a partir dali constrói-se uma autoestima de forma positiva ou negativa - através daquilo que se observa e se ouve ao redor, sobretudo junto das pessoas próximas como as famílias, os amigos e as sociedades em que se está inserido.

Uma autoestima elevada faz-nos sentir auto realizados no dia-a-dia e a acreditar no trabalho dos outros - manifesta-se de modo satisfatório. Deste modo, pessoas com elevada autoestima acreditam na sua capacidade de vencer obstáculos, embora saibam as dificuldades que poderão enfrentar. Elas tentam, experimentam e caem, mas encontram energia para levantar-se.

A autoestima é o fundamento de tudo o que resulta da confiança de quem nós somos na sociedade e, sobretudo, que ajuda a acreditar nas crenças. Consequentemente é benéfica na nossa tomada da decisão e

faz-nos ter convicção do plano futuro. Também nos leva a acreditar na voz interior e a permanecer durante as frustrações ou situações difíceis que passamos na vida.

De acordo com a importância que o ambiente social desempenha na autoestima, torna-se fundamental compreendê-la numa perspectiva social. Nesta perspectiva, a autoestima é considerada uma necessidade psicológica que cumpre a função de fazer corresponder a visão que os outros têm de nós ao que somos verdadeiramente, e ao facto de estarmos de acordo com os padrões culturais.

A sociedade tem, pois, grande importância no processo de desenvolvimento da autoestima, enquanto influência que transmite os bons valores sociais que regulam a própria sociedade. E, conseqüentemente, ela estabelece a verdadeira visão que consolida os fatos e os padrões culturais que correspondem às perspectivas almejadas.

Autoestima é o que nós sentimos e desenvolve-se ao longo do crescimento e da vida da pessoa. É transmitida por diversas formas e terá os seus produtos, que podem ser positivos ou negativos. Não nasce com a criança (Guilhardi, 2002, p. 7).

Assim, sempre que uma criança comporta-se de uma maneira específica e os pais reagem com alguma forma de atenção - carinho, afago físico, sorriso (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de reforço social generalizado positivo ou conseqüências de reforço positivo ou conseqüência positiva), estão a usar contingências de reforço positivo, estão a gratificar o filho (Guilhardi, 2002, p.7).

Através das experiências de vida cada pessoa constrói uma ideia de si própria (autoconceito). Sendo que a autoestima está relacionada com a avaliação pessoal do nosso autoconceito.

DE ACORDO COM A IMPORTÂNCIA QUE O AMBIENTE SOCIAL DESEMPENHA NA AUTOESTIMA, TORNA-SE FUNDAMENTAL COMPREENDÊ-LA NUMA PERSPETIVA SOCIAL. NESTA PERSPETIVA, A AUTOESTIMA É CONSIDERADA UMA NECESSIDADE PSICOLÓGICA QUE CUMPRE A FUNÇÃO DE FAZER CORRESPONDER A VISÃO QUE OS OUTROS TÊM DE NÓS AO QUE SOMOS VERDADEIRAMENTE, E AO FACTO DE ESTARMOS DE ACORDO COM OS PADRÕES CULTURAIS.

2.4 AUTOCONCEITO

O autoconceito, é a forma como nós acreditamos sobre nós mesmos, sobretudo sobre a autoimagem, o modo como vemos o nosso corpo, que determina as relações interpessoais (Costa, et al., 2006, p.186). Portanto, ele ajuda-nos a desvendar quem nós somos a partir dos outros, dos comportamentos dos outros. O autoconceito é constituído por aquilo que raciocinamos, sentimos e pensamos dos outros e é a interpretação feita dia-a-dia daquilo que achamos que as pessoas pensam de nós.

O autoconceito transforma-se à medida que crescemos e que evolui a capacidade de autoanálise. Isto acontece porque somos diferentes em diferentes momentos da vida. A nossa realidade interna muda ao longo do tempo e, portanto, mudam, não só as descrições como as análises que fazemos de nós próprios. (Costa, et al., 2006, p.186).

Quer dizer, o autoconceito modifica-se durante ao nosso crescimento e desenvolve a competência de refletir. Isto é, ocorre em diferentes momentos da vida. Sobretudo internamente, mudamos pela influência da realidade que interage connosco ao longo do tempo.

As nossas opiniões têm uma coesão de pensamento das seguintes formas: o que sentimos está ligado a vergonha ou orgulho, que pode possivelmente ter a ver com as dificuldades de falar na sociedade. A maneira como nos identificamos e nos descrevemos tem a ver com acontecimentos como: a) a avaliação que os outros fazem de nós e b) o significado que atribuímos ao nosso comportamento e ao dos outros (Costa, et al, 2006, p.186).

a) A avaliação que os outros fazem de nós

O que as pessoas acreditam que somos é essencial para o nosso autoconceito. E também a maneira que cada indivíduo se determina e se classifica é edificado na medida que nos veem e pensam no nosso meio, da convivência. Segundo Costa, et al (2006, p.187) existem “pessoas mais significativas para nós que contribuem mais para a formação do autoconceito. Os pais, por exemplo, têm a oportunidade única de serem modelos para os filhos, de lhes dizerem como gostariam que eles fossem”.

O desejo dos pais para os filhos é que sejam realmente bons nas sociedades, mas para isso deve haver boa comunicação entre uma parte e outra, ou seja, uma comunicação recíproca, que assim poderá ter bons reflexos no autoconceito. Globalmente as crianças e os adolescentes que recebem, ou seja, que ouvem palavras boas diariamente, que são acarinhados e amados pelos seus pais, desenvolvem o autoconceito de

forma equilibrada, o que lhes permitem interagir facilmente com os outros. E contrariamente os que ouvem ou executam as expressões do tipo “és burro, inconsciente e sabes nada, não sei quem te pariu” poderão ter ideias próprias negativas ou perturbadas.

b) O significado que atribuímos ao nosso comportamento e ao dos outros

Segundo Costa et al. (2006, p.187) “o autoconceito alimenta-se na interação social, respondemos às coisas e às pessoas em função da forma como as entendemos e interpretamos. O meio não interfere diretamente em nós, mas não somos passivos na relação com ele”.

Entretanto, a pessoa que se sinta satisfeita consigo mesmo tem maior probabilidade de enfrentar os problemas em relação a quem se sinta desvalorizado.

O autoconceito é um problema dinâmico e complexo de percepções e de crenças. Se pensarmos que somos de determinada maneira, temos tendência a selecionar do meio de tudo, aquilo que o confirma. E temos tendência a agrupar-nos com pessoas que têm ideias semelhantes acerca de nós próprios (Costa, et al., 2006, p.188).

A AUTOIMAGEM NO EDUCADOR É ESSENCIAL NA RELAÇÃO COM OS ALUNOS E PARA OS SEUS DESENVOLVIMENTOS INTELECTUAIS. PERMITE CONFIAR MAIS NAS SUAS CAPACIDADES, POIS SE HOVER INCENTIVOS FAVORÁVEIS NO MEIO DA APRENDIZAGEM, OU SEJA, INCENTIVOS DENTRO DA SALA DE AULA PARA PROTEGER E TER UM BOM CLIMA DE INTERAÇÃO, TUDO ISTO DÁ-NOS AS MELHORES CONDIÇÕES NO MEIO ESCOLAR.

2.5 AUTOIMAGEM

Autoimagem é a primeira imagem focada ao nosso corpo, que se forma do autoconceito e que se impulsiona por valores culturais, sobretudo o sentimento satisfatório. Este é influenciado pelo nosso corpo segundo Costa, et al (2006, p. 188). E também, segundo Mosquera e Stobaus (2006), a autoimagem “retoma elementos já bastante investigados na década de 70 e 80, quando se demonstrou haver relações fortes entre aspetos profissionais, com repercussões em sala de aula e fora dela”.

Portanto, autoimagem é uma característica relevante no processo do nosso crescimento, pois espelha as nossas bonitas imagens, que nos edificam de aspetos culturais e sociais. Sobretudo, faz-nos sentir bem-estar com o nosso corpo e leva-nos a ter orgulhar em nós mesmos, a sentirmo-nos dignos.

A autoimagem surge na interação da pessoa com seu contexto social, consequência de relações estabelecidas com os outros e para consigo mesmo. Deste modo, o ser humano pode entender e antecipar os seus comportamentos, cuidar-se nas relações com outras pessoas, interpretar o meio ambiente em que vive e tentar ser o mais adequado às exigências que lhe são feitas e que ele propõe para si mesmo. A linguagem (língua) seria a conexão entre o “Eu” e a sociedade na qual vive, entendendo melhor o processo de comunicação entre ele mesmo e os outros (Mosquera e Stobaus, 2006, p. 84).

Quer dizer que a autoimagem desvenda-se através do diálogo com a sociedade que nos rodeia, que procuramos estabelecer com a realidade inserida de forma a melhorar a convivência e ganhar novas percepções de comportamentos. Também nos ajuda a analisar o meio onde estamos inseridos, dando uma nova visão aos desafios. Por outro lado, ela ordena a vida da pessoa de modo adequado e estabelece o sentido real dos valores do indivíduo no seu contexto social. Ajuda-nos a compreender o meio ambiente em que se vive e antecipa as perspetivas esperadas.

Pois, segundo Mosquera e Stobus (2006) “autoimagem é o quanto nos vemos, sabemos que somos capazes de, e o como realmente somos”. Portanto, ela faz-nos sentir competência e habilidade, ser pessoas valorizadas e acreditar nas nossas capacidades.

De acordo com os mesmos autores (Mosquera & Stobus, 2006) a autoimagem no educador, é fundamental para auxiliar os nossos educandos em desenvolvimento, pois, podemos acreditar mais nas suas potencialidades ao propor mais motivação em sala de aula, na situação de cuidado, ao colocar mais de nós mesmos no ambiente de trabalho/cuidado, ao sermos mais reais e parecermos menos o que não somos.

É a proposta de sermos verdadeiros animadores socioculturais, estimulando, motivando e, principalmente, sabendo ver, ouvir, entender, atender e cuidar.

A autoimagem no educador é essencial na relação com os alunos e para os seus desenvolvimentos intelectuais. Permite confiar mais nas suas capacidades, pois se houver incentivos favoráveis no meio da aprendizagem, ou seja, incentivos dentro da sala de aula para proteger e ter um bom clima de interação, tudo isto dá-nos as melhores condições no meio escolar. E assim tornarmo-nos motivadores, estimuladores e verdadeiros educadores culturais e sociais. Essencialmente tornamo-nos bons observadores e grandes ouvintes, capazes de compreender especialmente a forma única de cada pessoa.

Antunes (2006, p. 59) afirma que “autoimagem pode não representar o ser real, e, sim, o que é percebido do social em cada um e por cada um individualmente”.

Por outro lado, cada ser humano é único nas etapas do seu desenvolvimento e específico no modo de apresentar os comportamentos perante a sociedade, que o identifica ou diferencia dos outros. Exemplificando: a forma de perspetivar a meta, o modo de aprender e encarar as coisas.

Entretanto salientamos que o desenvolvimento da autoimagem acontece através de um processo contínuo, que está determinado pela vida individual e que se estrutura na ação social. Quer dizer durante o desenvolvimento do ser humano há continuidade do processo, que foca o modo particular da sua linha de pensamento na sociedade.

Sobretudo, da imagem corporal revela-se o próprio conhecimento corporal e as suas atuações. Na base fisiológica da imagem corporal encontra-se a representação do nosso corpo. Em cada movimento que realizamos há uma intenção cerebral interior, reflexo das nossas construções cerebrais acerca de fluxos necessários em cada segmento corporal (Antunes, 2006, p. 60).

CONCLUSÕES

O presente trabalho cujo tema aborda a importância da autoestima no processo de ensino-aprendizagem, revelou que a autoestima é importante no desenvolvimento de qualquer ser humano e também mostrou as consequências negativas da baixa autoestima da pessoa.

Contudo, verifica-se o insucesso escolar no aluno quando há ausência da motivação dos pais e dos professores no ambiente escolar, pois, em todas atividades realizadas nestes contextos, a autoestima é a possibilidade de levar os alunos ao espírito de amar fazer e sentirem-se impulsionados a fazer mais. A autoestima é o caminho para o ser humano concretizar as suas perspectivas e alcançar sucesso em diversos contextos, que são culturais e sociais. É também ela que nos ajuda a vencer as nossas dificuldades em todas circunstâncias encontradas. Sobretudo, facilita a construir qualidade de ensino-aprendizagem e promove uma educação de qualidade.

Assim, autoestima, autoimagem e autoconceito são importantes na motivação do processo do ensino-aprendizagem que regulam. Sobre-tudo, impulsionam o nosso desenvolvimento e tornam-nos confiantes e equilibrados no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, D. D. (2006). *Relatos significativos de Professores e Alunos na Educação de Jovens e sua Autoimagem e Autoestima*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Arends, I. R. (1995). *Aprender a Ensinar*. Portugal: McGraw-Hill.
- Costa, A., Gerales, J. & Amaral, L. (2006), *Psicologia A*. Porto.
- Guilhardi, J. H. (2002), *Autoestima, Autoconfiança e Responsabilidade*. SP: ESETec Editores Associados.
- Libâneo, J. C. (2010) *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez.
- Lisboa/Bissau: ICALP/INEP.
- Monteiro, M. M. (2006), *Ser Humano-2ª Parte*. Porto: Porto Editora
- Monteiro, M. & Ribeiro dos Santos, M. (2001), *Psicologia 2ª Parte*. Porto: Gil Maia.
- Mosquera, M, J, J. & Stobus, D. D. (2006), *Autoimagem e Auto Realização. Qualidade de Vida na Universidade*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade, Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil
- Tavares, J., Pereira, S. A., Gomes, A., Monteiro, M, S. & Gomes, A. (2007). *Manual de Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Raquel Santos.



AUTOESTIMA É A POSSIBILIDADE DE LEVAR OS ALUNOS AO ESPÍRITO DE AMAR FAZER E SENTIREM-SE IMPULSIONADOS A FAZER MAIS.

SAMACANE, SADIBO

DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA FACE A EXTINÇÃO DE DETERMINADAS TRADIÇÕES E GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ-BISSAU

Este artigo irá expor a política de preservação de todos os grupos étnicos que compõem o mosaico nacional, as suas culturas, a sua importância na nossa sociedade e mecanismos de restauração dos outros grupos étnicos em estado de extinção - como serão resgatados pelas entidades governamentais e parceiros do desenvolvimento cultural da Guiné-Bissau. Ao longo dos tempos, a política da cultura constituiu uma grande preocupação para os diferentes atores públicos ligados ao sector da cultura, bem como para os grupos atingidos pelo fenómeno de aculturação. A preservação da política identitária está em perigo de extinção. Entretanto existem vários instrumentos musicais tradicionais da Guiné-Bissau, tal como:

Dondon, Nhanheru, Kora, lalá (reco-reco), Tambiro (flauta), Cabaz e Toncoro, balafon, bombolom, chifre “corno”, tambor, sikó, Dondom, Dundumba, Findon, Ondam, Tabule, Kissinta, Calitó, Kunna, Palmas, Chocalho, Rec-rec, Ferro, Campainha, Chocalho de pulso. Hoje em dia estão a desaparecer belas e ricas tradições como a cultura, a língua, as tradições étnicas, usos e costumes, alguns instrumentos musicais e até a extinção de algumas línguas nativas como a *Cobiana, Padjadina, Tanda, Cocolis, Landuma, Banhuns*, entre outras. Foi a partir daí que surge a preocupação do Estado face à situação de abandono das tradições autóctones. Esse fenómeno associa-se à transformação do dito mundo moderno e das novas tecnologias de comunicação e informação, associadas ao fator de oportunidade de negócio e emprego. Também foram abordados os seguintes aspetos das políticas públicas de cultura na Guiné-Bissau: o problema sobre a extinção tradicional; a agenda do Estado face a problemática da política cultural guineense; a formulação das políticas culturais; a concretização dos objetivos da cultura e a avaliação dos processos.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA, ETNIAS, VALORIZAÇÃO DA CULTURA.



NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA CULTURAL, DUAS RAZÕES PRINCIPAIS JUSTIFICAM O INTERESSE PELA PROBLEMÁTICA DA DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL DA GUINÉ-BISSAU: A PRIMEIRA ESTÁ RELACIONADA COM A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO MOSAICO ÉTNICO DO PAÍS E A SEGUNDA RELACIONA-SE COM A POLÍTICA DE COMBATE À EXTINÇÃO DE DETERMINADAS TRADIÇÕES ÉTNICAS NA GUINÉ-BISSAU.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar as diferentes fases do ciclo das políticas públicas, desde o problema e o agendamento junto dos decisores políticos às fases de formulação, concretização e avaliação da política pública cultural da Guiné-Bissau. Dia 31 de Maio de 1988 foi criado o Museu Etnográfico Nacional que, com a iniciativa da comissão instaladora e em colaboração com as organizações internacionais que actuam no sector, tem levado as políticas culturais guineenses ao mais alto nível.

De acordo com Federica Mogherini “A cultura deve fazer parte integrante da nossa política externa. A cultura é um instrumento poderoso para estabelecer pontes entre as pessoas, nomeadamente os jovens, e reforçar a compreensão mútua. Pode igualmente constituir um motor para o desenvolvimento económico e social. A cultura pode contribuir para que, confrontados com desafios comuns, na Europa, na África, no Médio Oriente, na Ásia, nos possamos unir contra a radicalização e construir uma aliança de civilizações contra quem nos procure dividir. Por esta razão, a diplomacia cultural deve estar no cerne das nossas relações com o mundo de hoje”.

De acordo com o artigo 17º, alíneas 1 e 2 da constituição da Guiné-Bissau (1996)

é imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana. Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar ativamente na sua criação e difusão.

De acordo com Mendes (2020) de 1980 a 1995 foram elaborados os livros de alfabetização em línguas maternas. Existiam os seguintes livros de alfabetização: em Balanta (livro de leitura, livro de matemática e contos, bem pouco tempo da distribuição de 100 livros ilustrados em balanta-ínglês); em Fula: (*djandé lenhodjé*-matemática, *djandé pular-leitura* e jornal *djokerê endamp*); e em língua manjaca (livro de leitura).

Falando-se dos efeitos diretos e indiretos da política pública, posso salientar que esta consegue ser desastrosa para a população quando os decisores públicos não fazem uma pré-análise das situações referentes a algumas decisões no futuro, como acontece em ocasiões de fricção entre a sociedade, o executivo, o legislativo, os partidos políticos e parceiros internacionais.

No âmbito da política de investigação científica cultural, duas razões principais justificam o interesse pela problemática da diversidade étnica e cultural da Guiné-Bissau: a primeira está relacionada com a política de preservação do mosaico étnico do país e a segunda relaciona-se com a política de combate à extinção de determinadas tradições étnicas na Guiné-Bissau.

No período colonial a população foi dividida em “civilizada”, comunidade mestiça (cabo-verdianas e luso-guineenses) e “indígena”, não mestiça. Sendo assim, pós-independência, é preciso compreender a política do Estado face à extinção de alguns grupos étnicos.

O centro dos estudos político-sociais da junta de investigação ultramar, feita em 1962, revela o seguinte agrupamento linguístico, na tabela em baixo:

Grupo Kissi-Landuma: Baga, Bulom, Kissi, Landuma, Limba e Mâni	Grupo Manjaco: Brame, Burama, Sadar, Manjaco e Papel
Grupo Banhum: Banhum (Iagar), Cassanga (Ihadja) e Cobiana	Grupo Balanta: Balanta, Contoi, Cunante, Mané, Unke e Naga
Grupo Nalú	Grupo Beafada: Atchmi, Nki e Mucamã
Grupo Bijagó	Grupo Padjadinca, Bassári, Conhaque e Tanda
Grupo Djola: Baiote e Felupe	Grupo Jalofo
Grupo Serre	Grupo Fula: Futa-Fulas, Fulas Pretos e Fula Forros
Grupo Mande (Mandinga): 1º Subgrupo: Mande Tan, Malinké-Bambarâ-Djula, Kasonké, Soninké e Vai 2º Subgrupo: Mande Fu e Sosso	

Fonte: Museu etnográfico da Guiné-Bissau

A GUINÉ-BISSAU É UM PAÍS, COMO QUASE TODOS OS PAÍSES AFRICANOS, CONSTITUÍDO POR GRUPOS ÉTNICOS DE ORIGEM DIVERSA. O SEU MOSAICO ÉTNICO É MUITO VARIADO, TENDO SOFRIDO, NO DECORRER DOS SÉCULOS, BASTANTES ALTERAÇÕES.

PROBLEMA

A Guiné-Bissau é um país, como quase todos os países africanos, constituído por grupos étnicos de origem diversa. O seu mosaico étnico é muito variado, tendo sofrido, no decorrer dos séculos, bastantes alterações. As migrações, as guerras de conquista e a colonização desempenharam um papel importante na redistribuição e cruzamento populacional. Apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos, muito heterogêneos, com suas culturas próprias, suas línguas diferentes das outras. Existem vinte e sete grupos étnicos, isso porque há grupos e subgrupos, e os critérios variam bastante (Djaló, 2012). Quais serão desafios do Estado face a extinção de determinadas tradições e grupos étnicos na Guiné-Bissau?

O povo da Guiné-Bissau é caracterizado em três grupos, entre os quais os nativos (grupo I) e dois de origem alógena (grupo II e III):

- Grupo I: os Paleo-Sudaneses do grupo bantou geralmente animistas;
- Grupo II: os Neo-Sudaneses, semi-bantous islamizados ao longo dos três séculos;
- Grupo III: os Europeugénos da sociedade dita crioula (pretos e mestiços), nascidos do contacto com o colonizador.

O GRUPOS MANJACO, MANCANHA E PAPEL

Os grupos Manjaco, Mancanha e Papel são os grupos étnicos de maior rito tradicional ou sacrifício de animais. Para eles a apropriação só pode ter lugar na presença do feiticeiro ou do ritualista (macumbeiro). É o ritualista que determina se os “senhores da terra” autorizam ou não a sua exploração. A presença do *Irã* (objeto de feitiçaria) serve para lembrar e garantir os direitos daqueles aos quais a terra foi atribuída.

Os Papéis acreditam em *Impêndé* ou *Mpêndé*, conhecido sob o nome de *Baloubeiro* “macumbeiro” e o *Incôte* ou *Ncôte*, equivalente ao *Djambacós*. O *Mpêndé* serve de intermediário entre os homens e os bons espíritos, em particular os *Irãs* coletivos onde se pratica a magia para evocar. O objetivo é predizer o futuro e aconselhar sobre qualquer Ação ou medida preventiva a empreender. Os *Irãs* familiares ou de linhagem (visto que eles representam sempre uma das sete linhas, das quais descendem a tribo), estão situados nas macumbas “*balôbas*”. Estes *Irãs* encarnam os “bons espíritos” dos antepassados (espíritos dos defuntos) protetores da comunidade.

Na etnia papel existe o seguinte reagrupamento dos clãs, cada um simbolizado por um animal cujo nome se torna o nome da família dos membros do clã: ao clã de *Intchassu* pertence *NANKE* (a onça) - clã dos nobres, utiliza igualmente o nome *IE* e dizem-se bravos como a onça,

ou seja, exercem as funções de comando (os reis, os *Djagras*); ao clã de *Intsutu* pertence *DJÚ* (urso-formigueiro) - admite serem idiotas como tamanduá "urso-formigueiro"; ao clã de *Intsàfintê* pertence TE - são esportos como a lebre; ao clã de *Intsô* pertence KÔ (o sapo) - dedicam-se à agricultura dos pântanos, na lama como o sapo; ao clã de *Indjòkomo* pertence KÁ (a hiena) - são considerados guerreiros temidos e atacam como a hiena; ao clã de *Iga* pertence SÁ (o antílope, *frintambá* em crioulo) - são elegantes como o antílope; e ao clã *Intsatê* pertence *INDI* (macaco) - são hábeis em matéria de extração de vinho de palma e sobem às palmeiras como os macacos (Djaló, 2012, p. 59).

Os Brames chamam-se *Baúla*, das suas regiões de Bula, Cô e Bolama. A primeira referência do povo que habita no território situado entre Cacheu e o estuário do Geba, incluindo as ilhas de Pecixe, Jeta e de Bis-sau. Existem outros termos para designar este grupo étnico: *Buramos* (Mancanha), *Biçãos* (Papel).

Os Mancanhas são fortemente lusitanizados e escolarizados. Testemunham uma forte coesão étnica e praticam a endogamia na qual as mulheres têm um peso considerável, praticam o culto de *Irã*, divindades fundadoras do clã.

Os Manjacos chamam-se a si próprios de *Bandjaku*. A outra expressão é a de Má-Djaco que significa Má "eu" Dja "nós" e Co "pé de Dja", particula afirmativa.

Os Brames admitem a transmigração das almas e veneram a serpente, enquanto que os Manjacos não acreditam na transmigração das almas, ou seja, na encarnação. No entanto acreditam na existência dos feiticeiros que têm o dom de se transformar em animais selvagens (hiena, leopardo, etc.) para fazer mal. Os Manjacos têm um *Irã* célebre, o *Bacon*, que é um benfeitor e que não aceita pedidos ou ofertas para fazer mal a outrem. No seio deste grupo as práticas rituais e religiosas apresentam complexidades maiores e mobilizam o maior número de oficiantes. Na sua língua local chama-se macumbeiro de *Napêné* e tem a função de adivinho e daquele que prediz o futuro. São consultados os *Irãs* (para inquirir sobre boas colheitas, caso da cerimónia chamada "cacau", os negócios, os momentos oportunos para viajar, casamentos, divórcios, *ronia irã*, "interrogação dos defuntos sobre a morte de uma pessoa", dito "*Djon Gago*", etc.). Os homens circuncidados podem tornar-se num *Amânha* (poder mágico) e têm o poder de comunicar com os espíritos e seres sobrenaturais para o bem estar da colectividade; o *Nangurã* é responsável por dirigir os rituais fúnebres; *Nadjêpe* executa a função de coveiro para cerimónias fúnebres.

O nome *Djambacós* é usado por grupos (Manjacos, Brames, Felupes, Baiotes, Balantas, Cassangas, Papel, Bijagós, Beafadas e Banhuns) in-

cluindo os cristãos nativos. Existem algumas semelhanças de costumes procedentes do imaginário e do preconceito entre os Balantas, os Manjacos e os Mancanhas:

- É interdito a uma mulher grávida comer carne de animais como macaco;
- Proibição de se aproximar ou tocar pessoas anormais ou portador de defeito;
- Interdição de manter relações sexuais desde gravidez até o período de aleitamento;

OS BALANTAS

Para os Balantas, a esposa não é totalmente submissa e sujeita às vontades do marido. No plano das sucessões, após a morte do pai, a tutela dos filhos é assegurada por um dos membros da sua família que exerce a sua função até o casamento dos seus filhos. Se o defunto não deixar descendentes, os seus bens regressam por ordem de prioridade à sua mãe, aos seus irmãos, aos seus sobrinhos e ao pai. A mulher nunca herda os bens do seu marido e vice-versa. Os seus bens retornam aos seus filhos ou à sua família de origem. Os herdeiros tomam posse dos bens que lhes são devolvidos e pagam as dívidas do defunto (Djalo, 2012, p. 46).

Facto inédito por todas as etnias existentes na Guiné-Bissau, para os balantas, por mais curioso que possa parecer, os roubos e as rapinas são valorizados entre os *Balantas Cuntoi* que simboliza a coragem, a inteligência e a habilidade. Os mais eficazes são muito apreciados e uma vez que se tornem mestres na arte de roubar sem serem apanhados, recebem as crianças para a instrução.

OS NALÚS

O nalu é um dos grupos étnicos que se habita no litoral sul da Guiné-Bissau e norte da Guiné Conacri, sendo maioritariamente muçulmanos. Estão numa fase de recente islamização, havendo ainda alguns elementos desta etnia de religião animista. Falam uma língua semi-banta. De elevada estatura, dedicam-se principalmente à agricultura, mas também à pesca.

OS FELUPES (DJOLAS)

O Felupe ou *Djola* em Casamança (Senegal). Os djolas constituíam o mesmo grupo que se chamam *Aïamats* (*Diamats*, *Djamates*, *Jamat*, etc.). Bertrand Bocandé classifica-os em nove subgrupos, entre os quais temos: os *Karone*, *Jamats*, *Kabils*; os *Felupes-Jigouches*, ocupam as mar-

gens do rio Djululú; os Felupes de vacas (manada); os *Felupes Aïamats*; os *Felupes.Banjars*; os *Felupes – Foulouns*; os *Felupes-Baiotes*; os *Felupes-portugueses* e os *Felupes-Papéis*.

OS BIAFADAS

Biafadas ou (*Bidjola* ou *Udjola*). Segundo Fernandes, V. e Almada, Á. (sd), in Djaló, T. (2012), o etnónimo *Beaffare* significa “preto” “fetichista”. Inicialmente animista este grupo sofreu uma intensa influência mandinga e fula, o que os obrigou à conversão ao islamismo, mas com o advento dos portugueses, eles acabam por não terem desaparecido completamente na Guiné-Bissau. Apesar da islamização, continuam a praticar boas partes das suas culturas animistas com o seu espírito protector chamado *Nári* e o espírito de nome *Blom* que vive na grande árvore sagrada, o poilão.

OS FULAS

De acordo com o Djaló (2012) os Fulas estão estruturados nas seguintes classes socioprofissionais: temos os nobres *Balde* e *Embaló*; letrados *Bari*; os agricultores *Candé*; produtores *Buaró* e *Nhamadjo*; os auxiliares dos chefes tradicionais ou reis *Seidi*; os tecelões *Ganó* e *Kassé*; marceneiros *Soh*; pastores *Si*

OS BIJAGÓS

Bijagós ou “*Bidjigó* ou *Odjôgo*” significa duas dezenas de dedos, ou seja, uma pessoa inteira. Os Bijagós estão estruturados em cinco clãs: *Ominga* ou *Etchongara*, *Ogubane* ou *Ondjôcomo*, *Orraga*, *Djagra* e *Orrakuma* ou *Batabis*. A única diferença reside no facto de descenderem da linhagem da dona de chão, aqueles que a tradição considera como primeiros habitantes da ilha. Cabe à sacerdotisa (*Oquinka*) exercer as funções de acordo com a linhagem matriarcal. A instituição real é muito recente entre os Bijagós e determina-se segundo a linhagem que ela própria determina por via uterina, por outras palavras, ela é “matriclã” em exclusão do parentesco paternal, como aconteceu com a macumbeira “*Oquinka*” Pampa de Orango Dona Aurélia Correia e Dona Juliana.

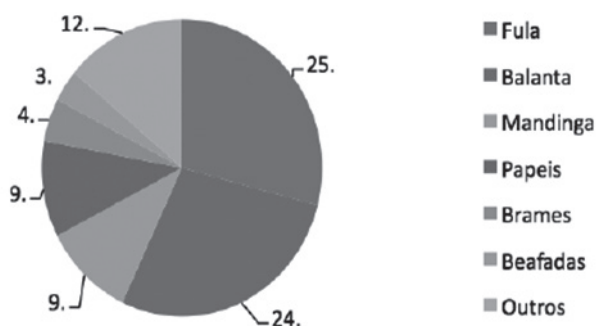
OS MANDINGAS

Os Mandingas são aproximadamente 20 milhões de habitantes na África Ocidental e estão divididos em três clãs: os sapateiros, os ferreiros-agricultores e os comerciantes ambulantes. Os Mandingas, tal como os Fulas, praticam algumas cerimónias de tipo animista (com um ritual

mágico) para a posse ou o cultivo das terras, tais como os sacrilégios e a imolação de animais. Todos os animistas praticam em geral o sacrifício do sangue, como faziam os seus antepassados, tanto para acalmar os espíritos, como para aumentar a fertilidade dos solos e obter boas colheitas. O ritual varia na forma, no tempo ou número de espécies de animais a sacrificar, mas a essência e a finalidade permanecem os mesmos.

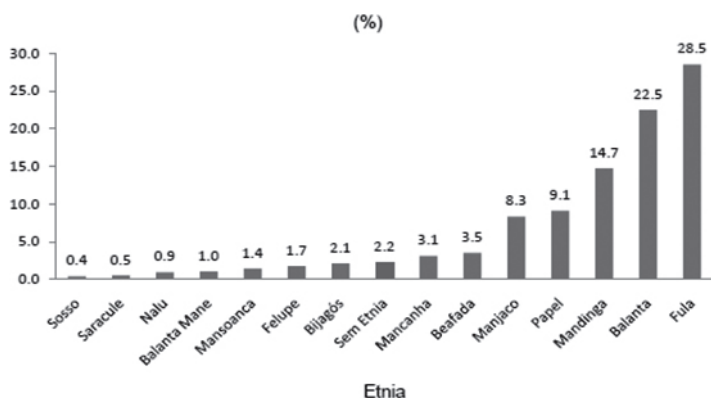
Segundo Mendes (2020), analisando os dois gráficos abaixo, demonstra-se que há grupos étnicos em estado de extinção gradual, isto é, comparando os dados do censo dos estudos político-sociais da junta de investigação ultramar, feito em 1962 e mais três censos realizados no país.

Gráfico 1. Línguas mais faladas na Guiné-Bissau



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censo de 1991

Gráfico 2. Repartição da população guineense segundo etnia



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Censo de 2009

AGENDAMENTO

“Nossa independência permitirá desenvolver a nossa própria cultura, desenvolver-nos por nós mesmos e desenvolver o nosso país, tirando o povo do sofrimento, da miséria e da ignorância.” (Amílcar Cabral, discurso em Dar-es-Salam, Tanzânia, 1965 in programa operacional *terra ranka* Guiné-Bissau, 2015. p. 12)

A cultura constitui um alicerce importante para convivência de um povo como afirma a visão do plano estratégico Guiné-Bissau 2025 (Governo da Guiné-Bissau, visão 2015-2025 “*Terra Ranka*”, 2015). O governo da Guiné-Bissau traçou uma meta para a promoção do património cultural até 2025. Supõe criar uma oferta cultural consistente para apoiar na riqueza e na diversidade das culturas da Guiné-Bissau, através dos artistas, homens de cultura, manifestação carnavalesca - logo sendo assim o património cultural restaurado e renovado. Prevê-se, portanto, um programa de grande envergadura: promover o renascimento étnico e cultural.

Considerando a importância da política cultural para o desenvolvimento humano, o governo propõe os seguintes programas na agenda:

- Elaborar uma política nacional da cultura, baseada em abordagens inovadoras que enquadrem os capitais culturais numa dinâmica de economia criativa sustentável;
- Criar centros culturais enquanto estruturas multifuncionais distribuídas pelas regiões, equipadas com bibliotecas, ludotecas e salas TIC;
- Lançar um programa de renovação do património cultural com o objetivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitetural da Guiné-Bissau (como por exemplo, Bolama);

O GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU TRAÇOU UMA META PARA A PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL ATÉ 2025. SUPÕE CRIAR UMA OFERTA CULTURAL CONSISTENTE PARA APOIAR NA RIQUEZA E NA DIVERSIDADE DAS CULTURAS DA GUINÉ-BISSAU, ATRAVÉS DOS ARTISTAS, HOMENS DE CULTURA, MANIFESTAÇÃO CARNAVALESCA - LOGO SENDO ASSIM O PATRIMÓNIO CULTURAL RESTAURADO E RENOVADO. PREVÊ-SE, PORTANTO, UM PROGRAMA DE GRANDE ENVERGADURA: PROMOVER O RENASCIMENTO ÉTNICO E CULTURAL.

- Promover e programar a lei do mecenato;
- Promover a valorização da escultura e do artesanato local;
- Criar uma escola de artes e centros de ofícios nas as regiões;
- Construir uma biblioteca nacional e uma rede de bibliotecas regionais;
- Construir um palácio da cultura em Bissau;
- Construir o museu dos combatentes da liberdade da Pátria;
- Estimular a produção cinematográfica e audiovisual nacional;
- Organizar anualmente uma semana da cultura;
- Criar um programa de subvenções que financiará pelo menos três projetos culturais inovadores por ano.

FORMULAÇÃO

Segundo Mendes (2020) existe a assinatura do protocolo do acordo para a qualificação dos quadros, em diferentes áreas, para a promoção e vulgarização da política cultural guineense. Afirma ainda a Associação dos Escritores da Guiné-Bissau (AEGUI), que em 2018 foi aprovado documento jurídico sobre direito do autor, na Assembleia Nacional Popular, para efeito de promulgação por parte do Presidente da República da Guiné-Bissau, que visa promover, conservar e respeitar o direito do autor.

- As resoluções da 3ª Conferência Nacional da Cultura reforçam a necessidade de se intervir na atual legislação para a cultura, de forma a permitir uma regulamentação adequada aos vários domínios a ela associados:
- As leis de base do património cultural, lei sobre o Direito de Autor e Direitos Conexos que revoga o Código dos Direitos de Autor, lei sobre a comercialização e exportação dos bens culturais; regulamento de espetáculos, regulamento de proteção do património arqueológico, regulamento de aposição obrigatória de selos nos fonogramas, regulamento que estabelece regras de importação e aluguer de videocassetes gravados, etc.
- Adaptar uma legalização que estimula a institucionalização de festivais, feiras de produtos, de artesanato, de intercâmbios e outros eventos que possam gerar lucros para a economia;
- Institucionalizar os mecanismos de certificação e valorização de produtos culturais;
- Atualizar a legislação depósito legal, que serve de interesse nacional, garantindo a aquisição, a gravação, a preservação e a disponibilidade do património público de uma nação.

- Aplicar as leis que obrigam os órgãos de Comunicação Social na divulgação e promoção das obras de criadores intelectuais nacionais;
- Aplicar a Lei do mecenato em articulação com campanhas de sensibilização (Mendes, 2020).

Mensagem da delegação da mesa redonda em Bruxelas: "Entendemos ser importante levar para a reunião membros da sociedade civil, alguns artistas, representantes dos partidos políticos, deputados e técnicos em várias áreas para que o nosso país esteja bem representado" (Pereira, 2015).

Parceiros e associados: altas individualidades dos Presidentes da sub-região africana;

Grupo alvo: sociedade civil, artistas, partidos políticos, deputados, técnicos entre outros.

Entidades envolvidas: sociedade civil, entidades religiosas, artistas, partidos políticos, deputados, técnicos em diferentes áreas, entre outros.

A Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau funciona tipo de modelo "*top down*", ou seja, vertical, de cima para baixo, para a formulação da política cultural. Isto é, todas as iniciativas centralizadas sob comando do Estado em colaboração com os parceiros do desenvolvimento (Mendes, 2020).

CONCRETIZAÇÃO

A realização da mesa redonda em Bruxelas constituiu um passo gigantesco para a implementação de vários projetos culturais e para a criação da economia criativa, traçado em dois horizontes: o primeiro horizonte que começa de 2015-2020. No segundo horizonte do plano será anual. As prioridades serão definidas anualmente e os resultados anuais deverão ser claramente verificáveis e visíveis para as populações. O Plano Estratégico e Operacional Guiné-Bissau 2025 "Terra Ranka". Segundo Mendes (2020), das promessas dos doadores, em Bruxelas, o país não concretizou a política pública cultural, devido à situação política prevaiente depois da queda do 1º governo da IX legislatura, em Agosto de 2015.

Apesar de não implementação das promessas de Bruxelas, existem várias organizações não governamentais que desenvolvem atividades culturais caso da Fundação Fé e Cooperação - FEC, no âmbito do projeto

“Cultura i nô balur”, orçado em 1.163.734,33€ durante ao qual realizou seguintes atividades:

- Produção de materiais de literatura, música e artesanato;
- Edição do Boletim Científico e Cultural da Guiné-Bissau;
- Realização de feiras de artesanato, ateliers infantis e feiras regionais de livros;
- Realização de programas radiofónicos “Hora do Conto” e os “Minutos da Música”;
- Constituição de bibliotecas itinerantes-moveis pelas regiões alvo;
- Comercialização e divulgação dos produtos e materiais de literatura, música e artesanato melhorado na Guiné-Bissau, Portugal, Bélgica e Itália;
- Compilação de contos, fábulas e histórias infantis;
- Formação das associações de artesãos na elaboração de “Planos de Negócio”;
- Produção do livro de contos tradicionais guineenses “*Tempu di Mininesa*”.

AVALIAÇÃO

A Fundação Fé e Cooperação conseguiu bons resultados de promoção da cultura guineense como se seguem:

- “Edição do Boletim Científico e Cultural da Guiné-Bissau;
- Realização de feiras de artesanato, ateliers infantis e feiras regionais de livros;
- Edição do programa radiofónico “Hora do Conto” e os “Minutos da Música”;
- Comercialização e divulgação dos produtos e materiais de literatura, música;
- Compilação de contos, fábulas e histórias infantis;
- Produção do livro de contos tradicionais guineenses “*Tempu di Mininesa*”
- Formação das associações de artesãos na elaboração de “Planos de Negócio”;

Para além destas atividades reuniu-se com 54 Associações de moradores de Bissau e as populações das cidades de Prabis, Quinhamel, Cacheu, Canchungo, São Domingos, Suzana/Varela, Mansoa, Farim, Bafatá, Quinhamel, Gabu, Boé, Catió e Buba (aproximadamente 920.000 pessoas), no âmbito *Cultura i nô balur*.



“A CULTURA É A ALMA DE UM POVO E POVO SEM A
CULTURA NÃO É UM POVO”

CONCLUSÕES

Considerando o desenvolvimento da política sócio cultural para a restauração dos valores de cada grupo étnico em estado de desaparecimento, tendo em vista a readaptação dos novos horizontes culturais europeus, devido às novas tecnologias e à globalização que se assiste no seio da população guineense, temos deixado de lado as tradições puramente africanas e que outrora nos identificaram ou caracterizaram através da língua, dos trajes, das danças, das cerimónias tradicionais, sons de ritmo tradicional, até a convivência social. Mendes, A. (2020).

É preciso que haja uma política de cultura consistente para permitir a concretização do objetivo preconizado. Embora tenha havido algumas demonstrações carnavalescas no mês de Fevereiro, para a valorização e divulgação da cultura guineense, como caso recente do projeto “Caminhos Urbanos”. Tem como objetivo transformar a cidade de Bissau e toda a Guiné num contexto social mais ligado a cultura (Jornal donos da bola, 2019).

Todavia, há a necessidade imperiosa do Estado adaptar uma postura exemplar sobre o aspeto da dinamização do ensino-aprendizagem das línguas nacionais para o seu povo e demais parceiros ligados ao sector sociolinguístico e cultural, interagindo para a valorização dos dialetos nacionais. Este artigo propõe como uma das soluções dos problemas abordados e analisados, considerar que a promoção da língua passa necessariamente pela alfabetização em línguas maternas (caso do Senegal), como condição *cine quo nom*, para resgatar dialetos nacionais em estado de extinção.

Tendo todo esse conjunto de instrumentos, a partir daí podem-se alcançar todas as metas traçadas. Como se diz “a cultura é a alma de um povo e povo sem a cultura não é um povo”.

Os problemas abordados e analisados, referentes às políticas culturais, passam necessariamente pela alfabetização em línguas maternas, pela valorização dos instrumentos tradicionais, dos contos tradicionais guineenses, fábulas, histórias infantis, realização dos programas radiofónicos, conhecimento tradicional, (caso do Senegal), etc. São condições indispensáveis, para restauração dos valores culturais em estado de extinção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, J. A. (2015). *Língua e desenvolvimento: O caso da Guiné-Bissau*. Lisboa. Universidade de Lisboa Faculdade de letras. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18319/1/ulfi183078_tm.pdf
- Constituição da Guiné-Bissau (1996). *Constituição da república*. Bissau: Assembleia Nacional Popular.
- Djaló, T. (2012). *Mestiço e o Poder: identidades, dominações e resistências na Guiné*. Lisboa. Nova vega.
- Domingues M. M. A. B. (2000). *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*. Lisboa. Universidade nova de Lisboa. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/14510935.pdf>
- Guiné portuguesa. (1949 a 1973). Índice do boletim cultural da Guiné portuguesa. Lei nº1 a 110. Guiné portuguesa. Centro de estudos da Guiné portuguesa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/1>
- Governo da Guiné-Bissau. (2015). *Guiné-Bissau 2025 plano estratégico e operacional 2015-2020 "Terra ranka" documento II: relatório final terra ranka*. Bissau. Governo da Guiné-Bissau. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf>
- Instituto Nacional de Estatística e Censo (2009). *Recenseamento geral da população e habitação*. Bissau. Secretaria de estado do plano e integração regional. Disponível: dataspace.princeton.edu/jspui/handle
- Leister F. C. (1946-1973). *Sondando vestígios: Fulas e Bijagós*. Guiné Portuguesa. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Disponível em www.snh2011.anpuh.org/1308059283_ARQUIVO_Paper_-_ANPUH2
- Mendes, A. (2020). *Inquérito sobre grupos étnicos e combate à extinção de determinadas tradições étnicas na Guiné-Bissau*. Bissau. Museu etnográfico nacional.
- Mendes, P. (2014). *Entre "os saberes locais e o saber universal": A modernização das comunidades manjaco e a mandjização do estado na Guiné-Bissau*. Coimbra. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27071/4/Moderniza%C3%A7%C3%A3o%20das%20comunidades%20Manjaco%20e%20Mandjiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado%20da%20Guine%20Bissau.pdf>
- Nabais A. J. C. M. (1989). *Elaboração do programa do museu nacional e para o plano museológico nacional*. Calouste Gulbenkian & Instituto Português de Património cultural. Lisboa. Instituto português de cultura. Disponível em: www.minom-icom.net/_old/signud
- Nandigna, A. (2019). *Aula ministrada na unidade curricular da Administração pública guineense*, no dia 11 de Abril de 2019. Bôr. Universidade católica da Guiné-Bissau.
- Oliveira, E. (sd). *A cultura guineense*. Redes sociais. Facebook. Disponível em: <https://www.wattpad.com/484748260-a-cultura-guineense-carnaval-na-guin%C3%A9-bissau>.
- ONG Nô Cultura i Nô Riqueza. (2018). *Projecto Promoção da Economia Criativa: seminário de políticas culturais*. Bissau. União europeia.
- Scantamburlo, L. (2013). *O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilingue português-crioulo guineense*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/10960>
- Semanário de Informação Geral. (2019). *Artistas plásticos afastados de "Caminhos Urbanos"*. Bissau. Jornal donos da bola.
- Siphiwe Baleka, (2020). *Empresário dos EUA de ascendência balanta visita Guiné-Bissau*. Bissau. Ditadura do consenso blogue spot
- Voz da Guiné. (2016). *Os instrumentos tradicionais*. Bissau. Revista ubuntu. Disponível em: <http://vozdaguine.com/os-instrumentos-tradicionais/>

SANHÁ, DEMENA

OS CONTRIBUTOS DA TOCA-TECA PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA GUINEENSE ENTRE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO NA GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau existe grande uma diversidade cultural que varia de etnia para etnia. Entre elas existe diferença de línguas, danças, expressões artísticas, ofícios tradicionais, lendas, contos e histórias. A Guiné-Bissau tem como a língua mais falada o crioulo, que é a língua da unidade nacional. O português é falado nos espaços oficiais. O presente artigo tem como meta promover e apresentar a cultura do povo africano que aqui se resume, no contexto do Estado da Guiné-Bissau. Faremo-lo, também neste artigo, por meio dos contos que são transmitidos através da leitura por animadores da Toca-Teca nas diferentes escolas do nosso país. No sentido de sensibilizar, promover, guardar o património cultural e valorizar o que é nacional, recolheram-se as lendas, jogos, fábulas, contos – marca da oralidade do povo guineense - procurando ajudar os nossos alunos a terem uma consciência clara da nossa cultura. Foi realizada a observação participante em atividades da Toca-Teca baseadas no livro de contos denominado *Tempu di mininesa*. Entende-se que as narrativas como lendas, jogos, contos e histórias têm uma grande pertinência para o povo guineense em especial no contexto escolar. Mas que não foi valorizada e promovida ao longo dos tempos.



O ENSINO DA CULTURA AFRICANA É COMPLEXO E EXIGE MUITA DESENVOLVURA DOS DOCENTES PARA ULTRAPASSAREM AS BARREIRAS DA RESISTÊNCIA DOS PAIS E ALUNOS, DO RACISMO (E EM COMO LIDAR COM ELE NO ÂMBITO EDUCACIONAL), DOS ESTIGMAS E DE COMO DESENVOLVER TRABALHOS GRADATIVOS QUE MUDEM A VISÃO, A PERCEÇÃO E A AÇÃO DOS SEUS ALUNOS PERANTE AS TEMÁTICAS QUE ENVOLVAM TAL CULTURA.

INTRODUÇÃO

Na história da África, a cultura africana é uma das questões que compõem também a cultura guineense. Esta sempre ocupou uma posição sucinta ou quase impercetível na área educacional. A sua influência, apesar de ampla, nunca possuiu o valor devido ou lhe foi atribuída a importância correta. Não há leis que obriguem o ensino da História de África e da cultura africana ou, em particular, da cultura guineense na sala de aula. Isso levou a riqueza e a diversidade da cultura guineense a serem desvalorizadas onde a educação não ganhou um novo olhar e uma nova perspectiva no que tange a cultura.

Contudo, três fatores preponderantes ainda atrapalham o andamento deste ensino: as resistências provenientes de preconceitos, a falta de formação específica dos docentes e de incentivos do estado no sentido de promover a cultura.

O ensino da cultura africana é complexo e exige muita desenvoltura dos docentes para ultrapassarem as barreiras da resistência dos pais e alunos, do racismo (e em como lidar com ele no âmbito educacional), dos estigmas e de como desenvolver trabalhos gradativos que mudem a visão, a percepção e a ação dos seus alunos perante as temáticas que envolvam tal cultura.

Justifica-se, portanto, a necessidade do aprofundamento do estudo que trata da cultura africana e da sua difusão em sala de aula, abrangendo ações pedagógicas que viabilizem a realização de um trabalho eficiente. Um exemplo foi desenvolvido pelo projeto *Cultura i nô Balur*, que levou ao surgimento da Toca-Teca e a desenvolver várias atividades nas escolas, com o objetivo de promover a cultura guineense nas salas de aulas. Tudo isto através da leitura de contos e consultas de livros relacionados à cultura guineense, o que proporciona aos discentes uma aprendizagem de qualidade.

Este artigo tem como objetivo despertar, através de um olhar pedagógico, ações educativas da cultura guineense nas salas de aulas que viabilizem o ensino da cultura africana no ensino básico da Guiné-Bissau.

Os seus objetivos específicos são o de analisar bibliografia sobre as africanidades e cultura em contexto de sala de aula, analisar os planos de sessão elaborados, observar a aplicação destes planos, avaliar os impactos das sessões nos alunos e analisar os contos do livro *Tempu de mininesa*

De acordo com Azevedo (2001, p.105) “a pesquisa científica é um processo que consiste em interpretar fatos segundo um referencial teórico. O resultado é, entre outras facetas, o acúmulo e a predição, o que contribui para a ampliação dos horizontes do próprio referencial teórico,

num fluxo de retroalimentação constante". Sendo assim, para concretização deste trabalho utilizamos as seguintes metodologias: recolha de dados, observação direta, investigação ação, instrumentos elaborados (planos de ateliers) e consulta bibliográfica.

Vale apontar que observação direta é aquela em que o investigador procede diretamente à recolha de dados das informações sem que haja intervenção dos sujeitos observados. Incide sobre todos os indicadores pertinentes previstos. Tem como suporte um guia de observação que é constituído a partir desses indicadores e que designa os comportamentos a observar. Ocorre através das palavras, dos gestos e ações das pessoas.

Segundo Lewen (1946) a investigação ação serve para identificar uma forma da prática investigativa, na qual os grupos de pessoas organizam as suas atividades com o objetivo de melhorar as suas condições de vida e aprender com as suas próprias experiências, atendendo a valores e fins partilhados.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p.66), "a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema". A pesquisa bibliográfica ainda se constitui um dos instrumentos mais confiáveis para a produção do trabalho científico, pois, antes de ser editado, passa por análise criteriosa, o que atribui ao mesmo uma credibilidade acentuada, se comparado aos demais métodos de pesquisa científica.

1. AFRICANIDADES: UM OLHAR PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DA CULTURA AFRICANA NA SALA DE AULAS.

1.1 CULTURA GUINEENSE

Antes de tudo queremos fazer um breve enquadramento da situação da Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau é um pequeno país da costa ocidental da África, sendo um dos países mais vulneráveis do mundo. É constituído por muitos grupos étnicos, sendo os mais conhecidos os: balantas, mandigas, fula, papel, manjacos, bijagós, nalu, cassangas, mancanha, beafadas, entre outros. Cada grupo tem a sua língua, sem contar com o crioulo e o português, sendo o último não muito falado devido à baixa taxa de alfabetização.

A Guiné-Bissau possui uma herança cultural bastante rica e diversificada. Esta cultura, varia de etnia para etnia, passando desde a diferença linguística, a dança, a expressão artística, a profissão, a tradição musical até às manifestações culturais.

Folclore

A Guiné-Bissau possui várias riquezas culturais. O seu folclore varia de etnia a etnia, como dizem Benzinho e Rosa (2015):

O folclore guineense é muito rico e varia muito entre etnias, não só pela expressão corporal, como nos trajes ou sons e instrumentos que acompanham esta manifestação cultural riquíssima, que está muito presente no quotidiano guineense, como em dias festivos, funerais ou nas cerimónias de iniciação como o Fanado. O grupo 'os netos do Bandim' permite-nos, nas suas atuações, viajar pela grande diversidade folclórica das etnias do país (Benzinho e Rosa, 2015).

Arte

Falando da arte, podemos dizer que esta tem grande relevância no contexto cultural guineense, pelo que apresenta no meio da maioria do povo guineense, que são animistas, sendo através dela que existe uma comunicação com seus deuses (irãs).

A arte na Guiné-Bissau assume grande importância pelo papel que desempenha na religião e nos ritos animistas, tendo uma relação muito próxima com o sobrenatural, pois permite a comunicação com os irãs (Deuses) e os antepassados. A arte guineense mais valiosa e mais rara é

a arte Bijagó, mas as etnias Nalu, Papel e Manjaca são também conhecidas pelas suas esculturas. Estas esculturas são normalmente máscaras de animais (como tubarões, touros, vacas, hipopótamos) e são usadas durante os ritos ou danças tradicionais. A cestaria, os panos de tear (pano de pente) e tingidos ou a olaria são também algumas das manifestações culturais típicas da Guiné-Bissau (Benzinho & Rosa, 2015).

Música

Viajando pela música Guineense podemos ver que faz parte do cotidiano do nosso povo, porque em todos os momentos das nossas atividades a música serve como alimento das nossas almas. Assim podemos também constatar que a música é uma das riquezas comum em todas etnias, quer dizer quase todas as etnias usam a música para o mesmo fim.

A música faz parte do quotidiano na Guiné-Bissau, estando muito presente nos momentos duros da lavoura, nos tempos de ócio, em cerimônias como casamento, iniciação, batizados ou funerais. O gênero mais conhecido na Guiné-Bissau é o Gumbé, uma mistura de diversos estilos musicais. Ocorrem durante o ano vários festivais de música, sendo o mais conhecido o Festival de Bubaque, que se realiza no fim-de-semana da Páscoa em Bubaque, arquipélago dos Bijagós, e que reúne os melhores músicos da atualidade.

O músico de maior referência na Guiné-Bissau, por ser um símbolo da resistência ao colonialismo e autor dos poemas musicados mais conhecidos, é José Carlos Schwartz, já falecido (Benzinho & Rosa, 2015).

Gãs

Segundo o antropólogo Trajano Filho (1998), estudioso da cultura crioula guineense, o gã (*gan*) seria uma forma de organização social. Nas suas palavras, “os gãs têm sido a unidade básica de organização social desde a fundação dos primeiros estabelecimentos fortificados pelos portugueses e os luso-africanos”. Acrescenta que “o seu campo semântico implica as noções de grupo familiar e o espaço em que a família mora: uma casa, um bairro, um distrito ou uma vila” (Trajano Filho, 1998, p. 167). Para o autor “os gãs eram, tanto a unidade sociológica central nas vilas, habitadas por luso-africanos mestiços e europeus, como a principal instituição de crioulaização”

Tchur

A palavra *tchur* vem do português “choro”, etimologia que já dá uma ideia do que significa. Ela se especializou para indicar as cerimónias e as festas em memória de uma pessoa falecida. Bull (1989), por exemplo, define-o como “exéquias, pranto, luto, casa onde se apresentam as condolências”. Acrescenta que *toka tchur* são cerimónias tradicionais tempos depois da morte de um ou mais membros da família.

No dia da morte, estende-se uma esteira (*stera di tchur*) durante uma semana, período em que a família do falecido recebe condolências (*fala mantenha*). Às vezes, o visitante fica algum tempo consolando os parentes. No oitavo dia, reza-se uma missa, se são católicos, e faz-se uma farta refeição, o que os animistas também fazem. Nesse dia, levanta-se a esteira (*ialsa stera*), que é colocada num canto da casa. Algum tempo depois, pode-se estender a esteira de novo (*toka tchur*), havendo cotização (*abota*) para as cerimónias e comidas.

Rumores

Trajano Filho (1998, p. 406-658) inclui no rol de componentes da cultura guineense, e da africana em geral, o que chamou de rumores. Trata-se de boatos que correm de boca em boca, sendo que ninguém se declara seu autor, mesmo que o tenha sido. Vale sempre o “ouvi dizer que” (*obi li leba la* ‘ouve aqui, leva pra lá’). Analisá-los é extremamente difícil devido ao facto de se apresentarem em diversas versões, quando não pelo facto de serem eminentemente orais.

Irã

Gostaríamos de lembrar o papel do *irã* na Guiné-Bissau. Originalmente, *irã* referia-se a uma espécie de cobra, hoje *iran-segu* (irã-cego), que lembra a cobra sucuri. Hoje refere-se a um tipo de espírito. Existem *irã* familiares e coletivos, sendo alguns de renome em toda a área guineense, como o *Mama Jombo* da Gâmbia e o *Sákala* dos beafadas. Na Guiné-Bissau, o *irã* de Cobiana, o *Mama Kaboi* ou *Jombó*, atrai peregrinos de todos os pontos do país.

1.2 GUINEENDADE

A guineendade tem uma dimensão ampla na nossa cultura. O que tange com a nossa forma de ser, agir e pensar podemos considerá-la de guineendade. Em suma a guineendade é tudo que nos une na nossa diversidade cultural.

O termo guineendade está ligado ao conceito de identidade nacional, à vivência sociocultural do “homem” guineense ou à língua crioula, que Cónego Marcelino Marques de Barros chamava, ainda no século XIX, de “o guineense”. Entretanto, cada vez que falamos com quem recorre ao termo guineendade, para saber o que significava na verdade o referido termo, a resposta acaba por ser, regra geral (ou invariavelmente) *“não sei explicar bem mas é algo que está intrinsicamente ligado à Guiné-bissau”*.

Contudo, se formos analisar bem as coisas, podemos definir a guineendade como a mestiçagem étnica, porque na génese de cada guineense existe uma diversidade enorme de etnias, em que cada uma delas exporta a um conjunto de traços culturais próprios e a um conjunto de *status* social, que acaba por formar aquilo a que chamamos de cultura baseada naquilo que nos une, o crioulo. Talvez podemos também ver guineendade como uma forma de estar, de sentir e, sobretudo, de ser.

Quando refiro-me à guineendade como forma de estar, refiro-me ao nosso modo de estar com o outro que não é da nossa etnia, nem da nossa nacionalidade, nem da nossa comunidade ou nosso espaço de convívio. Esse outro deve ser tratado com todo carinho possível, porque o ditado diz que o “hóspede leva o mau e o bom nome da casa”, por isso, temos que ser solidários e hospitaleiros com “o outro”, para que ele possa integrar e contagiar a nossa forma de estar, para que possa levar o nosso “bom nome”.

Podemos também referir a guineendade como nossa maneira de sentir as coisas. De uma forma muito pacata conseguimos ver alegria em tudo e sem motivo assinalável (ou sem motivo aparente), festejamos, comemoramos e contemo-nos com o pouco que temos. Ou ainda, a nossa forma de lidar com a morte, com os nossos antepassados, com as missas ou as *si molas* de *Tchur* ou com as nossas cerimónias tradicionais.

No que diz respeito à nossa forma de ser, podemos dizer que a guineendade é uma questão de pertença, de sentimento ligado ao que é nacional, independentemente de onde o nosso umbigo tenha sido enterrado (FEC, 2019).

1.3 EDUCAÇÃO MULTICULTURAL

Numa sociedade que se percebe cada vez mais multicultural, cuja “pluralidade de culturas, etnias, religiões, visões de mundo e outras dimensões das identidades infiltrasse, cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea” (Moreira, 2001, p. 41) o multiculturalismo surge como um conceito que permite questionar, no interior do currículo escolar e das práticas pedagógicas desenvolvidas, a “superioridade” dos saberes gerais e universais sobre os saberes particulares e locais.

Segundo Souta (1997, p. 93)

assiste-se na sociedade portuguesa, e muito em particular nas áreas metropolitanas, transformações significativas na sua população escolar. Acentua-se, em cada dia que passa, a heterogeneidade cultural, em termos étnicos, linguísticos e mesmo religiosos. Também Portugal é cada vez mais uma sociedade multicultural.

Para este autor, a perspectiva do multiculturalismo defende uma educação onde a diversidade não é somente constatada, mas também incluída e valorizada no currículo e nas práticas pedagógicas. Então, no seguimento deste pensamento, o papel do professor será crucial para uma inter-relação entre as diferentes culturas existentes na escola. Esta é a realidade que neste momento temos. Há que a compreender, e transformar o que for necessário, para a plena inclusão e êxito dos alunos, qualquer que seja o seu país natal, a sua etnia ou a sua origem social.

Essa inclusão para Vieira (1999) “implica as noções de reciprocidade e troca na aprendizagem, na comunicação e nas relações humanas (...) entre os indivíduos portadores de diferentes culturas” (p. 20).

Por aqui, já se subentende que não está totalmente esgotada a ideia das visões etnocêntricas da cultura e de que ainda existem entre nós ruturas, sendo o multiculturalismo ainda visto, por alguns, como um risco para a identidade nacional. Peres (2000) adverte que:

Fala-se da educação para os valores, para os direitos humanos e igualdade de oportunidades, tolerância e convivência, para a paz, educação entre/multicultural, educação ambiental, educação antirracista... Porém, o nosso dia-a-dia está confrontado com manifestações de intolerância, marginalização, estereótipos, preconceitos, racismo, xenofobia na escola e na sociedade (p. 28).

Mas isto acaba por ser algo ambíguo, pois se por um lado o mundo está cheio de confrontos entre pessoas, grupos e nações que pensam, sentem e atuam de maneira diferente, ao mesmo tempo, essas pessoas, grupos e nações terão de entender que, cada vez mais, são confrontados com problemas idênticos cuja solução exige uma cooperação entre todos,

tais como os problemas de ordem ecológica, económica, meteorológica, entre outros, que não terminam nas fronteiras nacionais.

Também Silva (2007) considera que:

O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países, para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca no interior daqueles países, para a cultura dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigam essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço (p. 85).

Ainda para Silva (2007), alguma da ambiguidade que existe no multiculturalismo é originada pela integração de diversas microculturas numa cultura dominante, o que provoca, muitas das vezes, que essas pessoas passem a ficar mais deslocadas das suas culturas, a tornarem-se mais influenciáveis e mais fáceis de explorar pela sociedade de consumo, onde passam a estar integradas. E o que pode acontecer é, uma vez misturadas com a nova cultura, irem perdendo as suas raízes.

Vieira (1995) afirma convicto que perante uma sociedade multicultural:

Há que procurar políticas e tipos de comunicação interculturais, não apenas multiculturais, pois caso contrário, reproduzem-se as diferenças fechadas em ghettos, reconhecendo-se-lhes as suas particularidades e identidades próprias sem, todavia, necessariamente as pôr em pé de igualdade ao acesso à cidadania europeia, mundial, transnacional, transcultural, etc., sem perder a identidade local (pp. 133 – 134).

Para Vieira, deve-se, então, ajudar a gerar o ânimo e a confiança nessas microculturas respeitando as tradições das mesmas, nunca deixando perder a sua identidade cultural ou local, uma vez que todo o conjunto de conhecimentos e modos de agir e pensar que nos enriquece como seres humanos. Também na escola, esse deve ser o procedimento a seguir, segundo Luíza Cortesão (citada por Vieira, 1995). Mas esta autora contrapõe, dizendo que: “normalmente, a escola nem sempre cumpre esta parte”.

Cortesão (citada por Vieira, 1995) dá o exemplo de quando o ensino e a aprendizagem são feitos numa língua que não a materna para muitos dos alunos, colocando-os logo em desvantagem e arrastando-os para dificuldades linguísticas, muitas vezes isso contribui para o seu fracas-

so escolar. Os que aprendem numa segunda língua sofrem, particularmente, fracas expectativas, alguma discriminação, falta de modelos de conduta e carecem de alguma compreensão, por a sua cultura ser diferente da do grupo maioritário. Ainda para esta autora, muitas vezes, a própria escola assume um papel assimilacionista quando pretende assegurar a adaptação do aluno às normas sociais da cultura de acolhimento e, negando as especificidades das minorias, procura adaptá-las à cultura maioritária, ao invés de se preocupar com a adaptação e integração do aluno ao meio onde vive e interage com diversos grupos sociais e culturais.

Desta mesma opinião é, também, Pereira (2004, p. 21) que alerta que “a escola e o currículo continuam centrados nos padrões culturais dominantes e as culturas maternas dos grupos minoritários continuam a ser ignoradas.”

1.3.1 EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

A educação intercultural como uma ação educativa e prática pedagógica leva em consideração a pluralidade cultural dos sujeitos sociais. Neste sentido, preocupa-se com questões relativas a coexistência entre diferentes culturas, e relaciona-se com uma pedagogia do encontro; do encontro entre a diversidade cultural. Ela reflete sobre o encontro/confronto, ou conflito/acolhimento, que são elementos importantes para se fazer uma leitura da interculturalidade na constituição da sociedade guineense.

Porque no âmbito da educação, em que se discute sobre estes desafios e, particularmente na escola, quando se discute sobre problemas relativos ao currículo, é preciso buscar a valorização do potencial cultural dos diferentes sujeitos sociais, em relação a gênero, etnia, raça, língua, hábitos, costumes e modos de viver (Brennand, 2003c, citado por Araújo, 2011).

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EMERGE COMO UMA NECESSIDADE, PORQUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO NÃO APENAS A DIVERSIDADE CULTURAL GUINEENSE, MAS CHAMA A ATENÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DO OUTRO EM SUA ALTERIDADE E SUA IDENTIDADE, LUTANDO CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL, INCENTIVANDO A INTERAÇÃO, RECIPROCIDADE E ACOLHIMENTO ENTRE GRUPOS SOCIAIS DISTINTOS.

Assim, a educação intercultural emerge como uma necessidade, porque leva em consideração não apenas a diversidade cultural guineense, mas chama a atenção para o reconhecimento do outro em sua alteridade e sua identidade, lutando contra a exclusão social, incentivando a interação, reciprocidade e acolhimento entre grupos sociais distintos.

Em tempos de globalização, acreditamos que a educação intercultural tem um papel fundamental na criação de caminhos para que se cultive uma cultura de paz, viabilizando a todos a igualdade de acesso aos benefícios educacionais e da cultura, valorizando os diferentes saberes, tanto aqueles relativos ao da experiência como os saberes científicos. Conforme mostra Fleuri (2003, p. 9, citado por Araújo, 2011):

Globalizar pode significar homogeneizar, diluindo identidades e apagando as marcas das culturas ditas inferiores, das raças, etnias, gêneros, linguagens, religiões, grupos, etc. que, segundo a lógica das narrativas hegemônicas, foram identificadas como portadoras de deficiências, inclusive de racionalidade.

De acordo com Canclini (1999, citado por Araújo, 2011), isto resultou num hibridismo cultural muito grande, e hoje luta-se não só contra as desigualdades e os preconceitos, mas também, pela própria existência e sobrevivência, no campo simbólico, dos grupos sociais plurais.

Os estudos relativos à educação intercultural constituem-se num campo educacional que se estrutura e que procura abordar questões relativas as problemáticas sociais, que têm reflexos na educação escolar, procurando na formação da visão de mundo do educando, uma educação voltada para os valores de diversos povos e acreditando que o diálogo entre eles é possível. Fleuri e Souza (2003, citado por Araújo, 2011), analisando estes aspetos da interculturalidade na educação afirmam que:

a educação intercultural preocupa-se com as relações entre seres humanos culturalmente diferentes uns dos outros. Não apenas para apreender o caráter de várias culturas, mas, sobretudo, para compreender os sentidos que suas ações assumem no contexto dos respetivos padrões culturais e na disponibilidade de se deixar interpelar pelos sentidos de tais ações e pelos significados constituídos por tais contextos (...) Recuperar o papel das culturas no processo educacional, tanto a nível pessoal como letivo, implica reconhecer a interação entre diferentes modos de ser humano, que se desenvolvem como força de tensão. Tais campos de força, intensamente conflituantes, podem estabelecer formas criativas de interação entre culturas diversas, possibilitando a reinvenção da existência humana. Nesta óptica, o reconhecimento das complexas e conflituantes relações interculturais pode ser fundamental para reverter os processos de exclusão estabelecidos pela adoção

de mecanismos culturais hegemônicos que perpassam a escola e transformam em estrangeiros muitos sujeitos sociais (Fleuri e Souza, 2003, p.69-70, citado por Araújo, 2011).

Assim, tendo em vista tais aspetos, torna-se necessário que no âmbito da família, da comunidade e da escola, tanto no espaço local quanto no global, se evidenciem e respeitem as liberdades individuais e coletivas de grupos culturalmente distintos possibilitando a autonomia dos sujeitos sociais e a eminência de uma sociedade democrática, que como pensava Freire, assentada na emancipação destes sujeitos, possibilitando-lhes de facto e de direito a sua autonomia, que será possível desde que haja diálogo entre eles. Sidekum refletindo a este respeito mostra que: um diálogo possível é requerido para podermos chegar ao consenso e ao debate, apesar das enormes dificuldades que se interpõem na nossa vida cultural.

Com essa possibilidade de diálogo chegaremos, também, à síntese de posições conflituantes e confrontáveis. Este diálogo possível entre as pessoas e culturas deverá ser concebido e sustentado por uma educação sistemática e permanente na nossa sociedade, por meio das universidades, dos colégios, e, principalmente, através dos meios de comunicação social. Essa medida é imprescindível, em virtude da fraqueza ética e das constantes ameaças às instituições democráticas sofridas pela sociedade civil e em virtude da decadência moral experimentada pelo homem contemporâneo (Sidekum, 2003, p. 236, citado por Araújo, 2011).

Para que isto ocorra, torna-se necessário vencer os preconceitos que sempre permearam a sociedade guineense, quer sejam por classe, etnia, raça ou gênero. A escola reflete tais aspetos quando muitas vezes, alguns professores, levam para a sala de aula e reproduzem junto dos seus alunos toda carga de discriminação existente na sociedade, exaltando uma cultura em detrimento de outra, corroborando deste modo a exclusão cultural a partir do próprio ambiente escolar.

Tal atitude legitima o preconceito e colabora para a eminência do silenciamento de muitas vozes, deixando-as invisíveis. Para Freire (2002, citado por Araújo, 2011) a atuação democrática de um educador verifica-se quando:

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha o seu gosto pela vida, a sua esperança num mundo melhor, que atesta a sua capacidade de luta e o seu respeito pelas diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive a sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante, que precisa ser autenticamente vivido (Freire, 2002, p. 127, ciutado por Araújo, 2011).

Conforme Souza (2002, p. 163, citado por Araújo, 2011) “uma educação para a formação do sujeito humano revela-se instrumento imprescindível. Isso, porém, só é possível se trabalharmos com as bases da sociedade – os sectores subalternizados e/ou populares e a multidão anónima e errante produzida pelo neoliberalismo”.

Neste sentido, a educação intercultural pleiteia uma prática docente em que um dos objetivos seja voltado para o respeito ao outro, com as suas diferenças. Tendo em vista o pensamento Freire - que defende que a educação e a cultura humanizam homens e mulheres e que através do diálogo é possível a interação entre eles - a educação intercultural, numa perspectiva freireana, valoriza a promoção do encontro e da interação, favorecendo enfrentar os conflitos, com vista a superá-los através de mecanismos de controle social que contribuem para incidência de preconceitos em relação ao outro, quer seja cultural, político, social ou económico. Isto é de fundamental importância, para Candau: “Um grande desafio lançado à sociedade atualmente é o de articular, da melhor maneira possível, os valores de autonomia, liberdade, direito à diferença e os valores da solidariedade e da igualdade”(Candau, 2002, p. 36, citado por Araújo, 2011).

Freire, desde os movimentos de cultura e educação populares, nos primórdios dos anos 60, promoveu o respeito às diferenças dos grupos sociais e suas identidades e diversidades culturais. A sua obra está recheada de estudos em que ele mostra a importância vital deste encontro, da interação com os sujeitos sociais, sobretudo, quando ele conclama isso através do diálogo. Este, o diálogo, na perspectiva freireana, possibilita que ocorra o encontro entre seres humanos e aprendizagem entre eles, nas suas diferenças. A pedagogia freireana mostra isso com toda a sua intensidade (Fleuri, 2003, citado por Araújo, 2011).

A convivência entre grupos sociais culturalmente diferentes é possível desde que, nesta relação, a comunicação entre eles, através do diálogo, possibilite a interação intergrupala, a partir das trocas de experiências vividas. Neste sentido, haverá o fomento de uma democracia plural, que caminhe para o culminar de uma cultura de paz e da construção de uma cidadania numa sociedade multiétnica que valorize os sujeitos sociais, tanto individual como coletivamente, promovendo entre eles a igualdade dentro da diversidade. Neste enfoque, a interculturalidade na educação, na perspectiva freireana, contribui para que, tanto dentro do ambiente escolar como fora dele, as identidades sejam compartilhadas no mundo cada vez mais plural.

1.4 EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL

1.4.1 EDUCAÇÃO FORMAL

A educação formal ocorre em espaços sistematizados de educação, inserida no planejamento político pedagógico de uma escola e é regulamentada por Lei de Base do Sistema Educativo guineense (LBSE).

A Lei base do Sistema educativo Guineense, promulgada em 29 de Março de 2011, em seu Art. 8 estabelece:

Art. 8.

1. A educação formal integra, sequencialmente, os ensinamentos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional. Superior e, outrossim, modalidades especiais e atividades para a ocupação de tempos livres.
2. A transição do aluno para qualquer ano de escolaridade na educação escolar está sempre dependente da avaliação positiva das suas capacidades e dos seus desempenhos.
3. Os alunos do ensino básico, no fim de cada ciclo, estão sujeitos ao exame nacional.
4. Os alunos do ensino secundário estão igualmente sujeitos ao exame nacional do último ano.
5. Os alunos dos restantes anos de escolaridade não estão sujeitos ao exame nacional
6. A obtenção de resultado positivo nos exames referidos nos números 3 e 4 deste artigo dá direito a um diploma e respetivos certificados, emitidos pelo Ministério encarregue da área da educação (LBSE, 2011).

Sendo as ações da educação formal diretamente ligadas às escolas, as suas atividades são sustentadas por uma ação pedagógica intencional, podendo ser desenvolvida em ambientes formais e não formais de educação.

As práticas educativas da educação formal têm como objetivo a aquisição e construção de conhecimentos que atendam as demandas da contemporaneidade. É, portanto, nos espaços educativos ou escolares que se desenvolve com maior frequência essa modalidade de ensino e coloca em evidência as figuras do professor e do aluno - o professor como sujeito de ensino e o aluno como sujeito de aprendizagem. O formato em que o processo ensino-aprendizagem ocorre, pode apresentar-se de forma bastante diferenciada dentro de um espaço formal para outro (Oliveira, 2009).

Segundo Oliveira e Gandal (2009), existem espaços físicos amplamente estruturados e bem diferenciados que visam a atender as diferentes disciplinas escolares, enquanto outras escolas ficam muito aquém das necessidades mínimas para o desenvolvimento de um ensino-aprendizagem de qualidade. Diante deste cenário, como falar de ciências e suas tecnologias, da saúde, da moradia, educação de qualidade, trabalho e direitos de igualdade?

O mundo mudou e continuará em constante mudança, mas as escolas parecem estar a distanciar-se e a não acompanhar essas mudanças. Talvez por ser a escola, institucionalizada na sociedade, sinta-se segura e acaba por não perceber claramente o distanciamento que existe entre as ações da sociedade e as ações que ocorrem nos espaços formais de educação provocando uma inquietude nos sujeitos inseridos nestes espaços (Carvalho et al., 2006).

Diante da inquietude dos alunos, segundo Carvalho et al (2006), o professor tem que ter uma visão crítica, capaz de ensinar o conteúdo que precisa ser aprendido e porque precisa ser aprendido. Provocar no aluno uma reflexão para que ele perceba que se deve aprender para a vida, para o que se quer, para o que se deve e para o que se precisa.

É nesse contexto que a educação formal se apresenta e se posiciona. Sendo ela, embasada em Lei, o papel que deve exercer em relação ao ensino é o dever de ensinar e promover o aprendizado. Porém, o ensinar precisa de alguém que queira ser ensinado, só então o ensino passa a ganhar uma dimensão muito importante. Em contrapartida, a responsabilidade de aprender é do aluno e a de ensinar é do professor. Mas como ensinar? Qualquer um ensina? (Carvalho et al., 2006).

Numa visão construtivista da aprendizagem, os resultados desse processo dependem dos objetivos propostos para o aluno, dos conhecimentos prévios que esse aluno apresenta e das motivações provocadas nele, pelo ensino ministrado. Envolve construções de novos significados e novos conceitos e a sua aplicabilidade no seu dia-a-dia. A responsabilidade do aprendizado, construção e avaliação de ideias, cabe ao aluno (Krasilchik, 2005).

É importante lembrar que o ensino formal, sempre associado à escola, sofreu muitas mudanças a partir do ano de 1950, principalmente quando relacionado às ciências e aos conceitos científicos. Desde as últimas décadas, conhecer superficialmente o conteúdo de ciências é cair na ingenuidade. O aluno de hoje, necessita de um ensino que o tire do senso comum, que o impulse para a aprendizagem, que faça com que ele se veja no atual processo e que o trabalho de sala de aula o ajude na reconstrução de seus conceitos (Carvalho et al., 2006).

Para Carvalho et al (2006), o conhecimento prévio vem da cultura do aluno, do ambiente em que ele está inserido. A ciência por sua vez, vem dos ensinamentos da sala de aula. Portanto, a ponte entre a escola e sociedade necessita ser mais bem estruturada para que a razão (reflexão) não fique mais reduzida à dimensão científica, distanciada da sua função que é a de construção para a cidadania. Perceber que o desenvolvimento científico, a influência de outras culturas na nossa sociedade e a importância do ensino de ciências, pela educação formal, favorece sua aplicabilidade nos espaços não formais e informais de educação, no sentido de criticidade e participação é uma forma de construção da cidadania.

Carvalho et al (2006) destaca outro ponto importante quando se refere ao conteúdo de ciências a ser ensinado nos espaços escolares. Esses conteúdos, segundo a autora, devem apresentar uma abordagem de dimensão conceitual, formativa e cultural. A primeira passa do ensino de conceitos para o ensino de ciências, tecnologias e sociedade. A segunda, passa dos conteúdos que até então eram prontos e acabados para a construção de conceitos pelos alunos, tornando-os sujeitos críticos e reflexivos. A terceira, e última, na dimensão cultural, defende um conteúdo que provoque mudanças de atitudes no âmbito da democracia e da moral. A prática do professor deve ser norteada a partir dessas três dimensões.

1.4.2 EDUCAÇÃO INFORMAL

As questões referentes à educação informal são de igual importância às demais formas de educação. Neste formato educacional, os pais, mães e responsáveis são os nossos “primeiros professores”. Neste cenário, segundo Libâneo (2010), ninguém escapa da educação. Essa afirmação mostra que tudo o que envolve o indivíduo tem influência do seu meio envolvente.

Na casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (Libâneo, 2010, p. 26).

Portanto, para Libâneo, a educação ocorre em diferentes espaços frequentados pelos cidadãos sendo a educação informal resultado das ações e influências que permeiam a vida dos indivíduos, o ambiente

sociocultural. Na sequência das análises feitas, este estudioso da educação diz que a educação informal ocorre na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política.

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolvem por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências e práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (Libâneo, 2010, P. 31).

Essas considerações mostram que a educação tem uma função na vida do sujeito em sociedade, em diferentes âmbitos dos saberes, e que todo ato educativo é intencional. A educação informal, que na grande maioria das vezes é tratada como não intencional, por não apresentar claramente um formato e uma estrutura de ensino, está interligada aos vários campos da educação, decorrentes das exigências da sociedade contemporânea que, numa visão mais ampla, percebe que a tecnologia e a ciência está presente em todos os segmentos da sociedade (Libâneo, 2010).

Considerando a educação como um processo de desenvolvimento intelectual, quase sempre esse entendimento visualiza a educação institucionalizada. Porém, segundo Gaspar (2005), há outras formas de educar como a educação decorrente da vida cotidiana considerada educação informal.

Há muito mais a aprender e desde muito cedo: a língua materna, tarefas domésticas, normas de comportamento, rezar, caçar, pescar, cantar e dançar – sobreviver, enfim. E, para tanto, sempre existiu, também desde muito cedo, uma educação *informal*, a escola da vida, de mil milênios de existência (Gaspar, 2005, p.173).

Sendo a educação um fenômeno que não se isola na sociedade e na política, a transformação da educação está ligada aos interesses das relações sociais. Influenciada pelo meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem e seu relacionamento efetivo com o meio. Segundo Gaspar (2005), a cultura é originada da complexidade e dos avanços contínuos da nossa civilização.

Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais o processo educativo se transforma. Boa parte da influência que ocorre na transformação da educação está ligada ao modo informal de educação, influenciando a personalidade, porém de modo “disperso e difuso”. Mesmo não sendo de caráter intencional, influenciam no processo de socialização. Este

processo, por não apresentar um formato intencional, não se identifica ou não substitui o processo educativo (Libâneo, 2010).

Na educação informal, os conhecimentos provêm de uma interação sociocultural e acontece de forma quase imperceptível. Por isso, na visão de Gaspar, esse formato educacional ocorre em espaços que se aproximam muito da educação formal. Esses espaços, segundo esse autor, são os centros culturais: jardins botânicos, zoológicos, museu de artes ou ciências. Pode ocorrer ao ar livre, praças, feiras, estação de metro e em vários espaços onde as pessoas possam interagir e compartilhar saber (Gaspar, 2005).

Para haver uma interação, a vivência da sala de aula, espaço da educação formal, deve estimular o aluno a pensar e manifestar-se de forma que valida os conhecimentos adquiridos nos diferentes campos do saber para exercer com sabedoria o seu papel social (Gaspar, 2005).

1.5 PERTINÊNCIA DOS CONTOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A literatura infantil na escola é tão importante para a educação quanto os professores devem estar preparados para tal. Afinal como já sabemos, as histórias e contos enriquecem o mundo imaginário das crianças e auxiliam na aprendizagem. Segundo Coelho (2002):

A história alimenta a imaginação da criança. Há quem conte histórias para enfatizar mensagens, transmitir conhecimento, disciplinar e até fazer uma espécie de chantagem: “se ficarem quietos, conto uma história.” „se isso” „se aquilo” enquanto inverso que funciona. A história aquieta, serena, prende a atenção, informa, socializa e educa. O compromisso do narrador é com a história, enquanto fonte de sofisticação de necessidades básicas das crianças. Se elas escutarem desde pequeninas, gostarão de livros vindo descobrir neles histórias como aquelas que lhes eram contadas (p. 12).

A criança terá uma infância mais completa se tiver a rica oportunidade do acesso aos contos. E o local propício a essa prática é na escola, desenvolvendo assim seus aspectos perceptivos, cognitivos, sociais e culturais. Por isso a pertinência desses momentos em sala de aula, pois é a hora que encanta as crianças e fixa sua atenção, fazendo com que elas sejam instigadas ao imaginário.

Ao fazermos a relação da literatura como apoio pedagógico, é estabelecido um nível de conexão com a realidade da criança e em consequência com a sua aprendizagem. Por isso é importante levar em consideração todo o conhecimento que a criança traz e a realidade por si vivida. Atra-

vés da leitura do conto acontece o aprimoramento do que já é conhecido juntamente com novos conhecimentos, evoluindo a cada história.

Por isso, o espaço escolar deve garantir todo o apoio para as práticas de leitura, já que para algumas crianças a escola representa o único contacto com os contos de fadas. Espaço propício a momentos variados de leitura, prática fundamental para inserir a criança na sociedade, a escola tem a missão de proporcionar esse ato de liberdade, esse prazer e conhecimento.

É muito importante para o contador de histórias viajar e levar o seu público infantil nessa viagem de "Era uma vez". Durante uma conotação de histórias, as crianças assumem diferentes papéis e diferentes níveis de participação. Quando a criança escuta histórias desde pequena, ela adquire o gosto por essa atividade, compactua emoção e imaginação e aprende a lidar com medos e fantasias (Paço, 2009, p. 27).

Percebemos até aqui, que de facto a literatura é importante na vida das crianças e deveria ser inserida desde pequena, principalmente nos primeiros anos escolares, contribuindo para o desenvolvimento de uma forma completa, tanto no desenvolvimento cognitivo como afetivo do sujeito, já que o imaginário desperta a criatividade, prazer e conhecimento.

FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A ESCOLA TENHA O COMPROMISSO DE GARANTIR UMA BIBLIOTECA CHEIA DE OBRAS PRECIOSAS, ONDE AS CRIANÇAS POSSAM DESFRUTAR DE TODA A RIQUEZA DE CONHECIMENTOS QUE UMA OBRA LITERÁRIA POSSUI. E PARA QUE ESSES CONHECIMENTOS SEJAM TRANSMITIDOS DE FORMA SATISFATÓRIA É MUITO IMPORTANTE QUE OS PROFESSORES CONHEÇAM E VALORIZEM A LITERATURA INFANTIL. E A PARTIR DAÍ SE TRABALHEM DIVERSOS GÊNEROS LITERÁRIOS, AMPLIANDO OS HORIZONTES DE CADA CRIANÇA, FORNECENDO DIVERSAS POSSIBILIDADES. MAS PARA ISSO O PROFESSOR TEM QUE CONHECER E GOSTAR MUITO DE LITERATURA, POIS SÓ ASSIM SABERÁ QUAIS LIVROS REALMENTE TRARÃO SIGNIFICADOS ÀS CRIANÇAS.

Quando o hábito de contar histórias começa na educação infantil, desperta-se nas crianças certos valores e gostos. Quando contadas, essas histórias possuem vários objetivos, e entre eles está o ensinar, o instruir, o educar e o divertir.

É nesta fase de desenvolvimento e descobertas que as crianças devem ter contacto com os livros, fazendo com que tenham a oportunidade de perceber que através deles podem aprender a imaginar, a escrever, a pensar e a descobrir o mundo de que fazem parte.

No momento em que uma história é contada, está sendo construída uma ponte entre o livro e o leitor. Neste momento cria-se um elo imaginário para a contribuição da aquisição da linguagem, onde a observação é estimulada criando ideias e desenvolvendo a capacidade cognitiva, tendo a visão do livro como um instrumento de informação.

É preciso entender como se dá a aprendizagem e o incentivo à leitura na educação infantil - e qual o papel prático da escola para que a criança desenvolva bons hábitos de leitura - pois é importante que a leitura convide à fruição e desperte a curiosidade pelo saber. Porém, infelizmente, o que percebemos no cotidiano escolar atual é que muitas escolas não utilizam a literatura como meio importante para construção de saberes. São apenas introduzidas como forma de distração e entretenimento e sem nenhuma finalidade, além de muitas vezes estarem fora de contexto.

As bibliotecas das escolas, quando compostas por obras cuidadosamente escolhidas, podem despertar um maior interesse nos alunos e compartilhar sonhos e fantasias e podem junto aos alunos trabalhar e reconhecer a realidade (Paço, 2009, p. 24).

Faz-se necessário que a escola tenha o compromisso de garantir uma biblioteca cheia de obras preciosas, onde as crianças possam desfrutar de toda a riqueza de conhecimentos que uma obra literária possui. E para que esses conhecimentos sejam transmitidos de forma satisfatória é muito importante que os professores conheçam e valorizem a literatura infantil. E a partir daí se trabalhem diversos gêneros literários, ampliando os horizontes de cada criança, fornecendo diversas possibilidades. Mas para isso o professor tem que conhecer e gostar muito de literatura, pois só assim saberá quais livros realmente trarão significados às crianças.

2. FEC, PROJETO CULTURA I NO BALUR E TOCA-TECA

2.1 FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FEC é uma organização não-governamental para desenvolvimento (ONGD) fundada em 1990 pela conferência episcopal Portuguesa, pela conferência dos institutos religiosos de Portugal (CIRP) e pela Federação Nacional dos Institutos Religioso (FNIS).

Tem como MISSÃO promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e igrejas. Numa sociedade em constante evolução e mudanças, a FEC acredita que cada pessoa pode criar futuro, ser construtora de uma nova “Pólis” e protagonista de uma sociedade mais justa. Para tal, aposta no trabalho em parceria e em rede, e dá prioridade ao acesso à educação e à saúde.

Promove igualdade de género, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental e desenvolve ações de advocacia junto dos decisores políticos, económicos e religiosos, nacionais e internacionais, em prol da justiça e da equidade social (FEC, 2019).

2.2 PROJETO CULTURA I NÔ BALUR

Como sabemos que a cultura não se desenvolve sem a sua promoção, este projeto visa promover a cultura guineense sem esquecer de incluir o público infantil.

Promove um maior conhecimento e valorização da riqueza cultural da Guiné-Bissau junto das suas populações, em particular no que respeita ao público infantil e aos seus encarregados de educação, bem como junto de países terceiros, nas áreas da literatura, da música e do artesanato. Em 2017 foi preparado o curso de Pós-graduação de especialização em educação intercultural, na universidade Católica da Guiné-Bissau, com início em Janeiro de 2018 e com o principal objetivo de proporcionar a formação de educadores e professores no domínio da educação intercultural. (FEC)

2.3 A TOCA-TECA

Toca-Teca é a biblioteca itinerante que visa promover a cultura guineense levando livros a todas as regiões da Guiné-Bissau e foi criada no âmbito do projeto *Cultura i nô balur* - um projeto que visa contribuir para a promoção da cultura guineense

“Toca-teca”, a primeira biblioteca itinerante da Guiné-Bissau, foi inaugurada no dia 28 de Fevereiro de 2019 pela FEC e a ONG Afetos com Letras no Espaço Verde, em Bissau.

Na “Toca-teca” estão disponíveis livros adequados a todas as idades, para consultas e requisição, bem como jogos pedagógicos e jogos tradicionais. Esta percorre algumas regiões da Guiné Bissau - Gabu, Tombali, Bafatá, Oio, Cacheu, Biombo e Sector Autónomo de Bissau - levando livros e dinamizando várias atividades, como leitura de poesia e horas do conto.

A biblioteca itinerante foi criada no âmbito do projeto *Cultura i nô Balur* como uma estratégia de educação para a cultura na Guiné-Bissau, que pretende contribuir para a promoção do património cultural guineense. O projeto é desenvolvido pela FEC em parceria com a ENGIM, a Universidade Católica da Guiné-Bissau, o Instituto de Educação de Lisboa, a Associação de Escritores da Guiné-Bissau (AEGUI) e a Afetos com Letras, com financiamento da União Europeia, da Misereor e do Camões-Instituto da cooperação e da Língua (FEC, 2019).

3. AFRICANIDADES NA TOCA-TECA

A Toca-Teca vem-se realizando no âmbito do projeto *Cultura i nô balur*, na promoção da cultura da leitura e no auxílio aos professores nas matérias pedagógicas de forma lúdica. A Toca-Teca teve início no ano passado, passando por diferentes regiões do nosso país no sentido de trabalhar com diferentes faixas etárias do processo educativo.

O objetivo é promover valorização cultural e o reconhecimento histórico dos povos africanos, em particular o povo guineense, por meio da riqueza de ações e aprendizados acerca da cultura da Guiné-Bissau. A metodologia parte da compreensão que a temática da africanidade convida as crianças a identificar, na sua própria vivência, traços da cultura africana e da sua história. Por meio do trabalho com livros de contos, notícias de jornais e lendas, há uma conscientização sociopolítica sobre ser africano nos dias de hoje, aguçando seu senso crítico sobre preconceito e racismo.

Contamos contos para crianças relacionados à cultura africana baseando-nos no livro intitulado *Tempu di minesa* (AEGUI, 2018).. Como resultado, o projeto tem propiciado às crianças mergulharem de forma dinâmica e acessível na cultura africana sem separação de cor ou raça.

Para concluir, consideramos que associar temáticas relevantes ao uso de estratégias lúdicas constitui uma ferramenta pedagógica com muito êxito na escola, favorecendo o aprendizado de todos de forma mais atrativa e reflexiva.

3.1 INFORMAÇÃO DESCRITIVA SOBRE O LIVRO DE CONTO TEMPU DE MININESA

O livro é uma peça fundamental para construção da identidade cultural, na Guiné Bissau as pessoas não têm hábitos da leitura, por isso, AEGUI desenvolveu ações para incentivar a prática da leitura.

Este livro, intitulado *Tempu di mininesa*, tem muitos contos. Conta com dez histórias da realidade e da cultura guineense, escrita em duas línguas distintas: crioulo e português, foi criado em 2018 pela AEGUI (Associação de escritores da Guiné-Bissau) sendo a recolha, transcrição e a tradução feitas por T. Montenegro e C. de Moraes.

A ilustração deste livro foi feita por Luís Lacerda e a revisão AEGUI, Micromedição foi da responsabilidade de *ku si mom Editora*, e impressão e acabamentos foi com europeus, foram feitas 1000 exemplares no sentido de dar as pessoas o prazer da leitura e incentivar a cultura de leitura nos guineenses.

Esta edição foi elaborada no âmbito do projeto *cultura i nô Balur* - uma estratégia de educação para cultura na Guiné-Bissau, financiado pela União Europeia, pela Misereor e pelo Camões- instituto da cooperação da língua.

3.2 ATELIERS DESENVOLVIDOS

Ao longo do nosso percurso pelas regiões desenvolvemos vários ateliers de atividades na toca-teca.

Ao longo do nosso trabalho, como animadores da Toca-Teca, desenvolvemos várias atividades nas diferentes escolas do nosso país. Estas atividades são leituras dos contos, jogos simbólicos e corte e colagem. Em diferentes áreas dos conteúdos.

Todas essas atividades são baseadas nos dez temas do livro denominado *Tempu di mininesa*. Vamos descrever algumas das atividades desenvolvidas e as escolas em que são desenvolvidas.

Numa das escolas em vila de Có, trabalhamos com 131 alunos do 2º ano, de turmas distintas. Entre eles 66 do sexo masculino e 65 do sexo feminino.

Sob tema *menino e crocodilo* tirado da página 29 do referido livro, na área de expressão motora, trabalhamos os objetivos de desenvolver a capacidade motriz dos alunos e manipular objetos cortantes. Isto, vai permitir que os alunos desenvolvam as capacidades motoras e da manipulação dos objetos cortantes.

Portanto, para alcançar estes objetivos temos que desenvolver algumas estratégias: primeiramente disponibilizamos os recursos necessários , depois tentamos organizar as turmas do nosso jeito, de seguida apresentamos o tema aos alunos e depois o animador faz a leitura do conto. Ao terminar, pedimos a um voluntário para resumir o conto.

De seguida pedimos que os alunos façam o resumo do conto através do desenho, passando para observar os trabalhos dos alunos e apoiá-los se for preciso.

Para terminar fazemos perguntas, diretas ou indiretas, para avaliá-los e por fim perguntamos se gostaram das atividades e esclarecemos eventuais dúvidas, para depois encerrar as atividades com a *canção da To-ca-teca*.

No ensino básico de Nhacra trabalhamos com 60 alunos do 4º ano, de turmas diferentes, entre eles 36 do sexo masculino e 24 do sexo feminino.

Sob o tema *a hiena, a lebre e o visco*, página 77 do mesmo livro, mas desta vez a atividade é diferente do primeiro, apesar da área do conteúdo ser a mesma. Esta atividade tem como objetivos principais desenvolver as capacidades criativas dos alunos, promover a cultura de escrever e da leitura nas crianças e produzir o resumo do conto através da banda desenhada. Com esta atividade queremos desenvolver as competências criativas dos alunos, que dominem a leitura, que desenvolvam a imaginação e que desenvolvam a coordenação motora fina.

Antes de tudo criamos os recursos necessários para o desenvolvimento das nossas estratégias, tais como: folha A4, lápis a cor, tesoura e cola. Como de costume organizamos as turmas da nossa maneira, isto permite-nos atuar tranquilamente.

De seguida fazemos a leitura do conto durante o tempo necessário e para diagnosticar a perceção dos alunos pedimos que um voluntário para fazer um resumo do conto. Depois fizemos recapitulação das partes importantes do conto para facilitar o domínio da histórias para os alunos.

A seguir pedimos que os alunos façam um resumo através do desenho das partes marcantes do conto, resumindo cada acontecimento numa folha. Quando terminam pedimos que cada um apresente o seu resumo.

Antes de terminar fizemos a avaliação de uma forma direta através de perguntas, vimos que houve muita participação dos alunos nas atividades e demos alguns feedback. Nada mais havendo a tratar, encerramos as nossas atividades com uma canção.



TORNA-SE FUNDAMENTAL FAZER COM QUE O HÁBITO DA LEITURA SEJA UM MECANISMO DE COMBATE À POBREZA E MEIO PARA ENFRENTAR O DRAMA DA FOME, DA POBREZA, DA IGNORÂNCIA, DA DELINQUÊNCIA E DA VIOLÊNCIA NA GUINÉ-BISSAU, QUE SE FAÇA DA LEITURA UM INSTRUMENTO PARA QUE CADA INDIVÍDUO EMPREENDA A CONQUISTA DA CIDADANIA.

CONCLUSÃO

Através da observação direta pode-se concluir que, desde que começamos as atividades na Toca-Teca, constatamos muitas coisas positivas e negativas. No que toca ao positivismo, quase em todas regiões que a Toca-Teca passou era bem-vinda por parte das crianças e adultos, muitas vezes elas ficaram ansiosas para saber o que está dentro do carro, muitos adultos aproveitaram para fazer fotografias do carro e fizeram requisição dos livros.

Vimos que muitos professores têm muitas dificuldades em ter acesso a bibliotecas no interior do país pois muitas escolas carecem de biblioteca. Essa dificuldade nem a Toca-Teca é capaz de abolir, mas constatamos que na zona que passamos diminuiu essa dificuldade, apesar que não satisfazemos completamente, pois alguns professores vão lá mas não conseguem os livros que querem.

Em várias atividades que realizamos houve muita participação por parte das crianças e a colaboração dos seus professores e diretores, no sentido de concretizar os objetivos traçados.

Falando da parte negativa, a primeira coisa que eu observei, é que a Toca-Teca, quando chega pela primeira vez numa zona, consegue cativar muitos públicos leitores, muitas pessoas passam lá para ver e requisitar os livros. Mas, ao voltar pela segunda vez, já não é recebida da mesma maneira. Entre os que requisitam os livros poucos os devolvem e acho que isto não ajuda a concretizar os objetivos da criação da Toca-Teca.

Observamos que sucessivas paragens não ajudam os percursos e agendas da Toca-Teca. Às vezes as datas de regresso às regiões são alteradas sem conhecimento do público e isto dificulta a devolução dos livros por parte dos leitores.

Existe, pois, um longo caminho que será preciso percorrer, no sentido de iniciar uma alteração do sistema educativo e cultural dos guineenses com vista a sua verdadeira participação no processo de emancipação social. Garantindo assim a cada cidadão o seu direito inalienável à leitura, como meio de transmissão de conhecimento, de desenvolvimento pessoal e profissional e, portanto, de cidadania.

Destaca-se deste modo, o desafio que a necessidade de mudança de atitudes e de comportamentos implica no processo de integração, sob um olhar preocupado com os efeitos da globalização.

Articulam-se com estes desafios os progressos científicos, tecnológicos e artísticos que tiveram como suporte o livro, sendo fator fundamental de promoção da ciência e da técnica, da invenção e do talento.

Torna-se fundamental fazer com que o hábito da leitura seja um mecanismo de combate à pobreza e meio para enfrentar o drama da fome, da pobreza, da ignorância, da delinquência e da violência na Guiné-Bissau, que se faça da leitura um instrumento para que cada indivíduo empreenda a conquista da cidadania.

Tornar a questão do livro e da leitura pública uma prioridade, significa também aprofundar o vínculo das ações da educação e da cultura e, sobretudo, dotar o Ministério da Educação, Ciência e Cultura, de uma estrutura administrativa (Direção Pública) com dotação orçamental capaz de atender as grandes demandas existentes.

É, pois, de estranhar que, desde os primórdios da independência até à presente data, nenhum dos governos tenha dado a devida consideração a este sector tão indispensável. Porém, começar a saldar essa dívida social para com o cidadão, tão pesada com o livro e a leitura, implica uma vontade política e o envolvimento, não só do Estado, mas também dos parceiros de desenvolvimento, da comunidade Internacional e da sociedade civil organizada.

Nesse sentido torna-se fundamental dotar todas as regiões do interior do país, no mínimo, com uma biblioteca pública, equipada para atender o cidadão dentro dos padrões mínimos internacionais: com bons e diversificados acervos de livros e outros materiais assim como pessoal qualificado e estimulado para a sua animação.

O desenvolvimento socioeconómico não se resume a simples crescimento económico ou importação de bens materiais para o consumo, mas também a aptidão da população em utilizar os instrumentos da nova tecnologia, na qual a biblioteca assume função social, capaz de garantir a participação popular no projeto de desenvolvimento, através da formação de indivíduos conscientes, aptos a exercer a sua cidadania.

**TORNAR A QUESTÃO DO LIVRO E DA LEITURA PÚBLICA
UMA PRIORIDADE, SIGNIFICA TAMBÉM APROFUNDAR
O VÍNCULO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA
E, SOBRETUDO, DOTAR O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E CULTURA, DE UMA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
(DIREÇÃO PÚBLICA) COM DOTAÇÃO ORÇAMENTAL CAPAZ
DE ATENDER AS GRANDES DEMANDAS EXISTENTES.**

Impõe-se desenvolver ações a favor do livro, criando estruturas de bibliotecas públicas em todas as zonas de capitais regionais do país, dotando-as dos meios materiais e humanos necessários. Nesse âmbito, importa dispensar competências necessárias para lançar balizas de uma política cultural viável. É evidente que os profissionais da área não atingirão progressos na sua integração plena na sociedade de informação sem apoio firme do governo. É certo que o país não atingirá os progressos desejados sem que conste na consciência dos governantes sobre a importância que este sector constitui no processo de desenvolvimento.

A Guiné-Bissau tem a cultura muito rica, mas por falta de reconhecimento os professores também deixaram de desejar um maior desenvolvimento desta no contexto escolar. A cultura africana é componente na formação da identidade do povo guineense mas não tem valor em sala de aula como em outras culturas devido à fraca colaboração do Estado.

A educação é um instrumento de formação de opiniões, consciência crítica e viabilização de mudanças na sociedade. Certamente tais mudanças não ocorrerão no curto prazo. No entanto, o conhecimento da cultura africana, quando eficientemente explorada e difundida, terá êxito no alcance dos objetivos educacionais, os quais visam a atribuição do valor devido a esta cultura, redução significativa de preconceito de qualquer natureza (principalmente os que englobam cor de pele e a religiosidade), a identificação satisfatória da influência desta cultura e formação da identidade livre de estigmas e senso de inferioridade.

O docente precisa de participar em formações continuadas e/ou outros cursos que o leve a conhecer consistentemente a História de África e a cultura africana. Não há como ensinar o que não se tem conhecimento. O educador também tem que buscar estratégias didáticas que viabilizem o ensino-aprendizagem e que otimizem o tempo para tais aplicações. O trabalho esbarra em diversos fatores que inviabilizam o ensino, como o racismo, a religiosidade e a resistência para o que é diferente. Portanto, cabe ao educador desenvolver outros papéis, que permitam alcançar os seus objetivos com eficácia. Nesse sentido, a FEC, com seu projeto *cultura i no balur*, vem reforçando esta ideia de promover e encorajar o professor e a escola em geral a promover a nossa cultura dentro da sala de aula. É lá que é o lugar de refinar a nossa cultura, evitando assim os pré-conceitos que muitas vezes são correlacionados com a nossa cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEGUI (2018). *Tempu di mininesa*. Guiné-Bissau:AEGUI
- Azevedo, I. B. O. (2001). *Prazer da produção científica: Descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos*. 12. ed.São Paulo: Hagnos.
- Araújo, P. C. de A. (2011). *Educação intercultural: encontro entre culturas, diálogo de saberes*. Paraíba: Trabalhos de Pedagogia.
- Benzinho, J. & Rosa, M. (2015). *Descoberta da Guiné-Bissau*. Revista guia turístico.
- Bull, B. P. (1989). *O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria*. Bissau: Ministério da Educação.
- Carvalho, A. M. P. et al.(2004). *Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática*. São Paulo: Thomson.
- Cervo, A. L.; Bervian, P. A. (2002). *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall.
- Coelho, B. (2002). *Contar histórias uma arte sem idade*. São Paulo: Ática,
- Decreto lei nº404/2011 de 29 de Março. Lei base do sistema educativo da Guiné-Bissau.
- Domingues, M. M. B. (2000). *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, tese de doutoramento. Embaló, Filomena. 2003. Breve resenha sobre a literatura da Guiné-Bissau". In: www.didinho.org
- FEC (2019). *Projeto cultura i nô Balur*. Consulta a 31.03.2020, em <http://www.FECongd.org>project>cultura-i-nô-balur/file:///C:/Users/Sandro/Documents/TCC%205%20PERIODO/Dissertação%20de%20mestrado/Monografia%20de%20Pós%20graduação/Monografia%20Pos.pdf>> Acesso em:26 de Março de 2020.
- Gasparin, João Luiz.(2005) *Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Krasilchik, M. (2005). *Prática de Ensino de Biologia*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,
- Libâneo, J. C. (2010) *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 12. ed. São Paulo: Cortez.
- Lisboa/Bissau: ICALP/INEP.
- Moreira, A.F.B. (2001). *Multiculturalismo, currículo e formação de professores*. In *Currículo: políticas e práticas*. Papirus, (pp. 81 – 96), Campinas, Brasil.
- Oliveira, R. I. R.; Gastal, M. L..(2009). *Educação Formal Fora da Sala de Aula - Olhares sobre o Ensino de Ciências Utilizando Espaços Não Formais*. In: VII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis. Disponível em:<<http://posgrad.fae.ufmg.br/viipec/pdfs/1674.pdf>>. Consulta em 22/08/2014.
- Paço, G. M. A. (2009). Monografia: *O encantamento da Literatura Infantil no CEMEI Carmem Montes Paixão*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mesquita, Disponível em: <
- Pereira, A. (2004). *Educação Multicultural – Teorias e Práticas*. Asa Editores, Porto.
- Silva, T. T. (2007). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Autêntica, Belo Horizonte, Brasil.
- Souta, L. (1997). *Multiculturalidade e educação*. Profedições, distribuição Odil, Setúbal.
- Trajano Filho, W. (1994). *Sociedade crioula e sociedades tradicionais da Guiné-Bissau: uma continuidade cultural*. Pápi 3,2.162-170.
- Vieira, R. (1995). Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultura. In *Revista Educação, Sociedades & Culturas*, n.º 4, (pp.127 – 147), Edições Afrontamento, Porto.
- Vieira, R. (1999). *Ser inter/multicultural*. Recolhido em 29 de Abril de 2009, de Jornal "a Página", ano 8, nº 78, (p.20).

TAMBA, BEQUEMOR MORREIRA

A INFLUÊNCIA DA ACULTURAÇÃO NOS VALORES DA SOCIEDADE GUINEENSE

Consideramos que aculturação é sempre um fenómeno de imposição cultural. Que trata-se de aculturação quando duas culturas distintas ou parecidas são absorvidas uma pela outra, formando uma nova cultura diferente. No presente artigo é desenvolvido este conceito para fundamentar a apreciação de diferentes atores, decisivos na construção e implementação da política pública de cultura na Guiné-Bissau. O artigo apresenta ainda a importância da aculturação na formação dos valores guineenses. Sob este pretexto abordam-se as diferentes fases do ciclo das políticas públicas, na Guiné-Bissau: problema, agenda, formulação, concretização e avaliação. Por fim, entre as conclusões, percebem-se benefícios e malefícios no processo de aculturação e a falta de envolvimento do Estado na promoção da cultura na Guiné-Bissau.



COM A CRESCENTE GLOBALIZAÇÃO, A ACULTURAÇÃO TEM-SE TORNADO UM DOS ASPETOS FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE, PELA PROXIMIDADE DAS CULTURAS ATRAVÉS DA RAPIDEZ DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES PAÍSES DO GLOBO. ALGUNS AUTORES SUSTENTAM QUE AS CULTURAS ESTÃO A PERDER AS SUAS IDENTIDADES, ADERINDO EM PARTE ÀS OUTRAS CULTURAS. UM EXEMPLO SÃO OS ELEMENTOS DA CULTURA OCIDENTAL QUE SÃO CADA VEZ MAIS PRESENTES EM MUITOS PAÍSES DISTINTOS.

INTRODUÇÃO

A aculturação é a interpenetração da cultura. É um termo que foi criado inicialmente por um antropólogo norte-americano para designar a mudanças que podem acontecer numa sociedade diante das suas junções com elementos culturais externos, geralmente por meio de dominação política, militar e territorial.

A maioria dos autores acredita que aculturação é sempre um fenómeno de imposição cultural e que se trata de aculturação quando duas culturas distintas ou parecidas são absorvidas uma pela outra, formando uma nova cultura diferente mas, além disso, aculturação pode ser também entendida como a absorção de uma cultura pela outra, onde essa nova cultura terá aspetos da cultura inicial e da cultura absorvida. Por exemplo o Brasil possuía originalmente a sua cultura e adquiriu posteriormente traços das culturas europeia e africana, formando-se, então a cultura brasileira pela sua forma de viver e estar.

Com a crescente globalização, a aculturação tem-se tornado um dos aspetos fundamentais da sociedade, pela proximidade das culturas através da rapidez de comunicação entre os diferentes países do globo. Alguns autores sustentam que as culturas estão a perder as suas identidades, aderindo em parte às outras culturas. Um exemplo são os elementos da cultura ocidental que são cada vez mais presentes em muitos países distintos.

Embora uma aculturação não tire totalmente a identidade social de um povo, especula-se que talvez no futuro deixe de existir uma diferença cultural tão acentuada como aquela que hoje ainda se observa entre os países, em especial entre o oriente e o ocidente.

Há diferentes tipos de aculturação, ou seja, podem acontecer de três formas: de forma livre quando não há confronto ou choque entre culturas; aculturação forçada, quando não há opção de escolha pela sociedade que tem a cultura subjugada ou desprezada, ocorre pela forma de coerção; e por outro lado a aculturação planeada, pensada e organizada para modificar a própria cultura ou mesmo outra cultura - por exemplo, as políticas públicas que tentam transformar o modo de vida dos indivíduos como no caso de uma epidemia de ébola, perante a qual podem ser planeadas medidas que modifiquem os hábitos do dia-a-dia das pessoas, como ter atenção à limpeza da casa, lavar as mãos antes e depois de cada refeição, evitar partilhar os mesmos objetos, etc.

No entanto, a aculturação é sempre um processo contínuo de mudança de uns hábitos em detrimento de outros.

Diante do exposto, acerca da aculturação, o presente artigo apresenta inicialmente a influência da cultura na formação do cidadão, a opinião

de atores decisivos no processo de construção de políticas públicas de cultura, bem como as fases do ciclo da política pública guineense de cultura. Por fim são apresentadas as principais conclusões acerca do processo de aculturação na sociedade guineense.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A cultura é um fenómeno que caracteriza determinada sociedade devido aos costumes, à música, à arte e, principalmente, ao modo de pensar e agir que fazem parte da cultura de um povo e devem ser preservados para que nunca se perca a singularidade do coletivo em questão. A palavra cultura provém do latim, “colere”, que tem como significado literal cultivar e, partindo para esse princípio, percebemos que se trata de uma herança acumulada ao longo dos anos, que deve ser preservada e que cada pessoa pertencente a uma determinada nação agrega valores culturais, os quais a levarão a fazer, ou expressar-se, de forma específica. Esse mecanismo de adaptação é um dos principais elementos da cultura e torna-se ainda importante quando se alia ao fator cumulativo. As modificações que se desenvolveram e que foram trazidas por uma geração devem ser passadas para gerações futuras.

Na nossa realidade a cultura começou a perder alguns valores devido a globalização. A inovação ao nível da tecnologia de informação e comunicação e de alguns outros sectores, fez com que muitas culturas desaparecessem, isto é, passou a valorizar-se mais a cultura de outrem, outra identidade cultural. A consciência do povo constrói-se em vários níveis, isso ocorre devido à necessidade de comunicação e aquele que comunica fá-lo por via de certos meios e formas.

Um dos objetivos a democratizar na cultura é aumentar o acesso aos bens culturais que já existem, possibilitando que as pessoas possam desenvolver o seu próprio modo de ser e participar na comunidade como um todo.

A acessibilidade à cultura depende de alguns aspetos, como sejam a distribuição dos equipamentos culturais e acessibilidade dos transportes de todas as pessoas, independentemente de onde residam (periferia, centro; tabanca); o acesso económico, que está relacionado aos custos de participar nos eventos culturais de uma cidade ou comunidade. Portanto deve-se pensar na relação custo – benefício entre a criação e o consumo do produto artístico, formando públicos e agentes culturais capazes de divulgar os valores que a sociedade vive, tanto a nível nacional como internacional.

A Guiné-Bissau é constituída por um mosaico cultural muito rico, capaz de divulgar não somente a imagem do país, mas também de contribuir como uma base de rendimento da economia nacional para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Portanto, para que a sociedade guineense possa recuperar os valores culturais é necessário apostar seriamente na educação e fazer com que seja implementada no currículo escolar. É também necessário criar vários programas radiofônicos e televisivos, que contribuirão positivamente para a auto formação da sociedade, assim como realizar atividades culturais para além do carnaval ajudaria as pessoas a conhecerem os valores de outra etnia e, respeitando-a não por quantidade, mas pela contribuição que ela pode dar para a sociedade. Então, a respeito disso, não é o Estado que deve ser o único promotor desses valores, mas sim toda a população. Um dos meios em que a nossa cultura deve ser ensinada é na família que, sendo a base da educação de qualquer povo, pode contribuir imensamente na luta de incorporação dos valores culturais nas crianças desde tenra idade. Assim, mesmo na idade adulta, será difícil desprezar os valores da sua cultura, que será antes passada às gerações vindouras.

ENTREVISTAS COM DIFERENTES ATORES CULTURAIS

Na entrevista feita com o Ex-presidente da Assembleia Nacional Popular, Francisco Benante (2020) defendeu que a aculturação face aos valores da cultura guineense é um dos problemas da atualidade na nossa esfera social e quase por toda parte. Sustentou que o homem procria de duas formas: a procriação física, quer dizer a criança ao nascer poder ter a fisionomia do pai ou da mãe, mas não é suficiente para formação duma identidade cultural consistente; e a procriação espiritual, que significa a família ensinar a criança aprender os valores que são a língua nativa, explicar o significado das palavras e as regras da convivência social. Este comparou ainda a cultura com o crescimento humano, porque conforme a criança cresce aprende muitas coisas que os mais velhos lhe ensinam - a forma de andar, comer, falar, dançar, cantar, a sua religião - portanto é também assim a aculturação de qualquer povo e salientou que a culpa não é das crianças, mas, sim daqueles que deviam passar os valores culturais.

Na sua perspetiva o Ex-governante criticou intensamente a vertente musical que está numa fase de degradação cultural. Quando um indivíduo não for ensinando sobre os valores culturais como poderiam pensar que pudesse dar contribuição para a edificação da cultura? Isso verifica-se porque até o estilo da música hoje em dia é aculturada ao estilo europeu, americano, asiático entre outros. Pensam que a sociedade acata tudo o que é divertido e não preocupam em saber quais são os valores da nossa identidade. Durante a sua análise alegou que a ideologia partidária do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde), contemplou na escola de educação do militante, desde a luta da libertação nacional, uma disciplina que fala sobretudo da nossa

cultura e isso permitia muitos militantes que não estavam durante a luta a conhecerem os valores de qualquer cultura que existia na Guiné-Bissau. Então, com a chegada do multipartidarismo em 1994, as novas formações partidárias repudiaram a ideologia do partido libertador sustentando que se continuassem iria continuar a ganhar mais margens do poder. A partir desse momento o povo começou a perder alguns valores da identidade nacional e os partidos desde então estagnaram esse processo de formação do cidadão, na sua forma espiritual.

No seu enfoque, sustentou que a nossa sociedade poderia ser melhor se alguns valores forem transmitidos integralmente e que iria permitir que as novas gerações copiassem a identidade dos heróis da libertação nacional como Pansau Na Isna, Domingos Ramos, Amílcar Cabral, Titi-na silá, entre outros que porventura mereciam a continuidade dos seus pensamentos. Alertou que qualquer sociedade sem cultura é como um barco sem leme, porque não sabe como navegar no meio da turbulência que é a confrontação com outras culturas e que o mais fraco não pode resistir à opressão. Porque qualquer indivíduo não precisa somente da alimentação, mas também da educação espiritual para que possa existir o nacionalismo, o patriotismo e a identidade nacional, ou seja, ter o espírito da "guinendadi". Durante a luta de libertação nacional a maioria da população era iletrada, mas conhecia muitos valores que dizem respeito à forma do casamento, de trajes, da gastronomia de cada etnia, da dança, forma de curar certas doenças tradicionalmente e conheciam quase todos os espaços geograficamente por sinalização natural. Alegou que qualquer indivíduo é sujeito a aprender sobretudo a língua, a dança, a forma de estar mas, quando for ensinado corretamente.

Na sua ótica, a Guiné-Bissau começou a decair culturalmente depois da chegada de vários meios de comunicação nos anos 90, que trouxeram vantagens significativas, obviamente, mas também negativas. Antigamente havia um ponto de encontro (Praça de Império) em que todas as pessoas nos fins-de-semana gostavam de ir, mas com o passar de tempo, com a invenção da rede de "internet", muitas pessoas passaram a estar conectadas num à distância reduzindo a participação social "djumbai" numa localidade. E salientou que essa rede está a criar problemas para a sociedade porque muitas pessoas ainda desconhecem os valores da internet e, para elas, a verdade hoje em dia reside nas redes sociais e não na realidade que a própria pessoa vê. Não sabem que esses órgãos às vezes carecem de informações credíveis e que, por outro lado, as pessoas passaram a confiar mais na informação dos jornais BBC News, RFI, RTP, RECORD, entre outras estações televisivas e radiofônicas estrangeiras. Isso é uma das formas de aculturação, porque a pessoa passa a não confiar na sua realidade, mas na de outros - pelas suas formas de falar, de comer, de moda, da música e do relacionamento em todos os níveis sociais.

Portanto, retomando a ideia apresentada por Dr. Francisco Benante, que defende que a solução sobre esta temática não devia iniciar pela parte da ANP (Assembleia Nacional Popular) ou do governo (secretaria de estado da cultura), mas sim dentro da família, porque quando uma criança não for alimentada ou incorporar valores espirituais consistentes, perde a sensibilidade sobre os seus valores. E como poderia na idade adulta ser possível sensibilizar aquele mesmo indivíduo, quando participa numa excursão cultural? É obvio que espiritualmente não vai estar motivado porque não é educado para tal. A construção de centros culturais daria muita vantagem porque vai permitir que as pessoas tenham um lugar adequado para a recreação cultural e contribuirão para o desenvolvimento de novos talentos.

Enaltecendo os projetos feitos pela cultura, Benante afirmou que quando era Diretor da faculdade do Direito de Bissau criaram uma disciplina chamada de direito africano, que permitiu aos estudantes conhecerem algumas origens, o desenvolvimento e valores de várias etnias ou sociedades. Isto devia ser ensinado em todos os níveis do ensino guineense porque ao ensinar a criança desde a pré-primária a ter a integridade moral e esses valores, teremos uma geração mais preparada para responderem aos novos desafios de divulgação da nossa riqueza cultural.

Numa análise feita sobre a mesma temática, pelo Diretor nacional do Museu etnográfico, Albano Mendes (2020) definiu que os “valores culturais de qualquer povo residem no conjunto de saberes ou hábitos que essa sociedade apresenta, o qual tem a probabilidade de programa-lo em todas as ações que serão desenvolvidas, em todos os níveis - social, profissional, religioso”. Por outro lado, defendeu que a aculturação dos valores guineenses pode ter aspetos positivos e negativos, depende da forma de implementação de cada sociedade. Alertou ainda que a sociedade guineense começou a perder os seus valores após a abertura democrática em 1994. A globalização trouxe uma grande vantagem à administração pública, porque permitiu que os serviços se tornassem mais eficientes, enquanto pode notar-se a sua desvantagem no campo cultural. Isto é, devido a vários meios de comunicação existentes, as pessoas passaram a utilizar ou lidar mais com aparelhos. Pode-se referir o campo musical, onde a maioria dos artistas passaram a usar mais o estilo americano (RAP) e no que tem a ver com o campo gastronómico onde os pratos tradicionais começaram a desaparecer a favor de pizzas e saladas, deixando catore, bolo de milho preto e outros. Ainda salientou que a base da não aculturação, de qualquer povo, reside na sua língua, mas quando a maioria da população não a sabe falar, como poderiam ter uma base consistente para a edificação dos valores e ensinamentos culturais dos nossos ancestrais?

No entanto, uma das soluções propostas pelo culturista Malam Camará (2020) é que o processo de incorporação dos valores culturais devia começar pela própria família, não pelas instituições culturais, mas que o Estado tem por obrigação criar meios e recursos de divulgação dos valores para diferentes zonas que têm um poderio fortemente cultural. Nessa ótica, o líder do projeto cultural "economia criativa", alegou que o principal objetivo dessa organização, parceira da Secretária de Estado da cultura, é o de contribuir para a disseminação dos valores culturais com seguintes cursos ministrados: dança, escultura, pintura, cozinha tradicional, música tradicional e teatro. Sustentou ainda que a Guiné-Bissau tem uma potencialidade muito forte de criar ou aumentar a economia criativa, ou seja, de implementar de novo valores culturais que possivelmente aumentarão o desenvolvimento da comunidade e do país em geral.

Para este culturista é necessário que as crianças sejam ensinadas a conhecerem diferentes materiais de produção musical - como "cora, bala-fon, cuco di mango (colocado no pé na dança de tina), bombolom, sikó, kansare n'tchintche (toque da etnia balanta), djimbe, cuti, cutidindim (diferentes tambores)" - pois quando a sociedade for incorporada desses valores a música já não pode ser aculturada, porque a maioria de produções vão residir essencialmente naqueles conhecimentos culturais que já estão cultivados espiritualmente. Esse projeto tem por objetivo de criar 22 centros culturais, mas ainda só foram implementados quatro, em diferentes Bairros. Realçou que o carnaval não devia ser a única manifestação cultural, mas sim criar vários eventos culturais em diferentes zonas. Realçou também que, de acordo com os seus programas, realizam dois eventos culturais a nível comunitário, para poder motivar a camada juvenil a ter o sentimento de pertença sobre os seus valores.

No ponto de vista de Camara, líder do projeto, uma das soluções para que os valores culturais possam ser recuperados é implementá-lo nas leis de ensino primário, de modo a que as crianças possam ter o conhecimento dos valores existentes e, por outro lado, o Estado elaborar esse projeto com a junção de diferentes atores de políticas públicas, de modo a que esses valores possam ser implementados a nível do ensino escolar, social, religioso, político, económico, entre outros campos de desenvolvimento.

ALERTOU QUE QUALQUER SOCIEDADE SEM CULTURA É COMO UM BARCO SEM LEME, PORQUE NÃO SABE COMO NAVEGAR NO MEIO DA TURBULÊNCIA QUE É A CONFRONTAÇÃO COM OUTRAS CULTURAS E QUE O MAIS FRACO NÃO PODE RESISTIR À OPRESSÃO.

O historiador guineense Mário Cissoko, no seu livro intitulado “Bunau, povo e cultura” publicado em Fevereiro de 1987, defendeu que além da influência de diferentes etnias em determinadas zonas, pode notar-se uma tendência neo-urbana nas manifestações. Contudo, a cultura animista da Guiné-Bissau é geralmente funcional pela sua expressão, isto é, sente-se o cruzamento do mundo material (sociedade) com o sobrenatural onde o *irã* torna-se operacional pelo desempenho do papel de conciliador, estimulador, doador e defensor contra o mal. Então é de salientar que o povo guineense é um povo difícil de aculturar-se, devido a sua ligação com crenças animistas. Ou seja, confia-se mais nos poderes de *irãs* e isso fez com que, mesmo com a influência dos colonos portugueses, tenha-se tornado difícil ser concretizado o processo de assimilação das suas culturas.

No ponto de vista dos valores culturais, o historiador guineense criticou intensamente o comportamento dos artistas, alegando que o principal problema dessa temática reside no trabalho feito por cada agente. Com os novos estilos comerciais da música, religião, trajes é uma forma de blasfemar os valores culturais das suas respetivas etnias e de mostrar o seu divórcio cultural devido a conversão ao catolicismo.

A devida função da escultura local é, por um lado, produzir o que é útil a toda sociedade, regida pelas fórmulas associando a matéria e o sobrenatural. Nada se faz, em termos de escultura sem a autorização da pessoa competente e sem cerimónia. Por outro lado, esta arte um meio de comunicação complementar, entre o mundo material (sociedade) e o imaterial (mistérios), servindo como refúgio, uma arma contra o mal, um árbitro e um objeto vivo. A pintura, outro componente artístico, serve a representação do espírito da nossa alma, mas quando a pintura não se baseia nos valores culturais, torna-se insignificativa aos olhos da sociedade. A pintura não é simplesmente uma satisfação artística, mas sim a demonstração dos valores daquele povo e luta para que isso sirva para as futuras gerações como meio de recriação para a sociedade.

Portanto na análise de Cissoko sobre a influência da aculturação nos valores da sociedade guineense assenta, sobretudo em que a educação das crianças pelas famílias é primordial, pois ela é uma das formas de garantir a sobrevivência do património histórico e cultural da sociedade. Por isso, um dos objetivos que a área da cultura devia lutar para implementar, é simplesmente sensibilizar os pais e encarregados de educação a ensinar as crianças, desde a tenra idade, os valores culturais como a forma de cumprimentar, de respeitar, falar, vestir, comer, e de praticar qualquer ação a nível social, cultural e sociopolítico. Isso foi um dos objetivos que levou à criação do INDE (instituto nacional para o desenvolvimento da educação), de estabelecer as bases duma reflexão

madura no quadro da disseminação na educação pois como sabemos, uma sociedade depende essencialmente da sua cultura.

Geni Samper Carone, professor no centro cultural José Carlos Schwarz, percussionista do grupo cultural "Netos de Bandim" e do grupo "Na nega Bedju", elemento de Bale nacional e grupo de Tina, atualmente faz parte do Batalhão da banda musical militar e é participante de vários eventos culturais na Guiné-Bissau.

No seu ponto de vista a aculturação pode ter impactos positivos e negativos, mas o seu enfoque é a vertente negativa, sustentando que antigamente a sociedade guineense estava mais organizada, em termos culturais. O povo valorizava e consumia o que era produzido culturalmente, mas quando a sociedade não disfarçar desses valores, não podem ter o espírito de patriotismo e de pertença a uma determinada nação. Salienta que atualmente não há reconhecimento de renomes da música moderna guineense como "kobiana Djaz, Orquestra Super Mama Djombo", entre outros e que a sociedade passou a identificar-se mais com o ritmo musical como do Funk, funana, rap, quizomba, entre outros.

Ressaltou também que, em tempos remotos, as ilhas dos Bijágos representavam o património cultural guineense porque a forma de vestir, andar ou cumprimentar baseavam-se essencialmente nos valores que são transmitidos pelos seus antepassados e cada zona tinha a sua forma de representar integralmente a sua cultura.

Reprovou o comportamento da área de investimento nos valores culturais, porque atualmente dispõem de grande quantia de dinheiro para trazer artistas estrangeiros, pagando-lhes o dobro do que devia dar para um artista nacional. A respeito disso pode afirmar-se que os agentes culturais não estão propriamente interessados nos valores nacionais e nas suas potencialidades. Muitas vezes sofrem muitas críticas pois nessa onda a sociedade vai estar habituado a consumir o produto estrangeiro, quando podia ser ao contrário, onde todos os artistas podiam ser promovidos para demonstrar os valores fora do país, porque a cultura é a troca de algumas ferramentas que podem contribuir para a sua consistência.

Em suma, propôs que, uma das soluções para que a sociedade guineense possa resgatar os seus valores baseia-se numa sensibilização rígida, através de programas que são feitos nos órgãos de comunicação social e não só, mas também realizar eventos teatrais nas comunidades de modo a permitir a participação da maioria da população. Isso tem a probabilidade de gerar resultados positivos, porque a sociedade vai começar a identificar alguns aspetos negativos que merecem ser afastados dentro do seu meio social.

FUNDAMENTAÇÃO NA LEI MAGNA

De acordo com o artº17. 1 Defendeu que é imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como sendo suporte da consciência e dignidade nacional e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana. No seu 2º ponto diz que serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar ativamente na sua criação e difusão.

Na minha ótica, a influência da aculturação nos valores da sociedade guineense tem aspetos positivos e negativos. Graças à globalização, dentro do campo governamental foi possível desenvolver as suas tarefas em termos de serviços, a rede de internet facilitou imensamente a pesquisa no campo científico, os meios de comunicação sofisticada e as redes sociais fizeram com que a distância entre os povos ficasse mais próxima e deu um grande avanço no campo do ensino, porque dantes era preciso estar presente num local para tirar um curso e hoje em dia há ensino mesmo a longas distâncias. Ao contrário disto, a aculturação trouxe grandes consequências menos boas para a sociedade guineense. Se vírmos bem, em vez de dedicar tempo para ter conhecimento sobre os nossos pratos tradicionais gastamos tempo na internet para ver os ingredientes que levam uma salada, uma pizza ou um bolo de chocolate. O caldo de Tcheben, Mancarra, siga, catoré, entre outros, não são divulgados para que os outros povos possam conhecer os nossos valores.

Para que isso aconteça, o Estado em junção com a sociedade civil e todos atores envolvidos da política pública deviam planear e implementar uma semana cultural onde haveria vestuários, pratos, eventos, venda de objetos de artistas plásticos e a promoção de novos talentos que estão empenhados na divulgação cultural.

**O ESTADO EM JUNÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL E TODOS
ATORES ENVOLVIDOS DA POLÍTICA PÚBLICA DEVIAM
PLANEAR E IMPLEMENTAR UMA SEMANA CULTURAL
ONDE HAVERIA VESTUÁRIOS, PRATOS, EVENTOS, VENDA
DE OBJETOS DE ARTISTAS PLÁSTICOS E A PROMOÇÃO
DE NOVOS TALENTOS QUE ESTÃO EMPENHADOS NA
DIVULGAÇÃO CULTURAL.**

FASE DO PROBLEMA

Em referência à primeira fase de políticas públicas, no que diz respeito à influência de aculturação nos valores da sociedade guineense, é de lamentar o cenário, que começou a surgir aos poucos nos anos 90, com a abertura democrática de muitos partidos que existiam na altura e não definiram as suas ideologias segundo uma educação de militante que permitiria o cidadão praticar e respeitar qualquer outra cultura, de modo a servi-lo como a base de exercício da sua cidadania e divulgador da cultura local.

Por outro lado, uma das maiores catástrofes dos nossos valores assenta, sobretudo, no que é visto nos órgãos da comunicação social. Os diferentes programas televisivos acabaram por influenciar imensamente os valores culturais e a exemplo disso há a moda, a dança, a música, entre outros fatores que estão a contribuir para a perda de valores. Outro problema com que a sociedade está a deparar-se é o ambiente de convivência em conjunto. Hoje em dia não há mais a roda de amigos em divertimento, porque a inovação de tecnologias avançadas fez com que desaparecesse aquela relação forte entre as pessoas dum determinado meio social e em geral.

Portanto, é de salientar que atualmente o Estado, em consonância com outros atores, como por exemplo os Netos de Bandim, Ussoforal, Balé nacional, entre outros que estão ligados à área da cultura, estão a redobrar imensos esforços no sentido de criar mais centros culturais, de modo a contribuir massivamente para a promoção, divulgação e criação artística, que, por sua vez, contribuirá significativamente para aumentar o nosso poderio económico. No que se refere ao processo de difusão, pode concluir-se que os grupos existentes, em colaboração com os órgãos de comunicação social, criaram programas radiofónicos como, por exemplo a Rádio sol Mansi, jovem, entre outros. Ainda assim, os esforços já realizados por outros atores continuam a ter dificuldades pois “os problemas entram e saem da agenda devido à limitação dos recursos humanos, financeiros ou materiais. A falta de tempo, de vontade política ou de pressão popular podem fazer com que os problemas fiquem pouco tempo na agenda, ou por vezes não consigam entrar na agenda”, segundo Dalmann (2019).

NÃO BASTA SOMENTE REALIZAR PROGRAMAS RADIOFÔNICOS, MAS TAMBÉM, DE VEZ EM QUANDO, ORGANIZAR PALESTRAS E EVENTOS NAS COMUNIDADES E PROMOVÊ-LOS PARA ATUAÇÃO NO ESTRANGEIRO.

Conclui-se que não basta somente realizar programas radiofônicos, mas também, de vez em quando, organizar palestras e eventos nas comunidades e promovê-los para atuação no estrangeiro. A cultura concentrada não desenvolve propriamente os seus aspetos, mas podem-se aproveitar inovações existentes em outros contextos para melhorar os nossos valores, não só em termos de dança e da música, mas também para eliminar algumas práticas que são prejudiciais para a sociedade. É preciso um investimento rigoroso para que isso possa tornar-se uma realidade nos próximos tempos, mas nota-se que não há um investimento nos produtos locais ou nos recursos que podem contribuir para a divulgação da imagem para os outros países. Vimos que é lamentável a situação da cultura guineense porque os investidores não confiam nos valores atuais e pensam que o de estrangeiro é mais qualificado, mas não. Isto é, tendo a preparação e apoio dos atores culturais, como sejam os agentes que trabalham para a divulgação dos valores, palestras culturais, realização de eventos e sensibilização através de atividades em diferentes zonas de modo a permitir acessibilidade mais quantitativa por parte da população.

FASE DE AGENDA

O problema ligado com à área de cultura é um dos maiores da atualidade, por isso o governo da Guiné-Bissau elaborou o programa de governação (PAIGC) 2015/2020 onde ressaltou que a cultura do país, com toda a sua diversidade, será destacada e promovida. Neste sentido, será organizada anualmente uma semana cultural reunindo conjuntos de povos e grupos culturais da Guiné-Bissau, para promover as culturas locais e apoiar melhor a criação cultural. Para além disso, será lançado um vasto programa de renovação do património cultural com o objetivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitetural da Guiné-Bissau (a exemplo de Bolama, a antiga capital, que pode contribuir com uma forte componente cultural para a oferta do turismo no arquipélago de Bijá-gos). Assim, o Estado guineense mobilizará o conjunto de talentos do país aí compreendidos, vários artistas e homens de cultura da diáspora guineense, e serão construídos dois novos locais de cultura: o palácio da cultura e a biblioteca nacional. É óbvio que as necessidades alteram ou diminuem tendo em conta as novas exigências, ou por motivo da globalização. Chega um momento em que a população decide pressionar para que alguma situação seja resolvida.

De acordo com o programa do PAIGC, referente aos anos 2019 a 2023, por ser um país de enorme potencial cultural, diversidade étnica e riqueza histórica, a cultura serve como fator fundamental no realce da economia e do desenvolvimento do indivíduo, de forma a poder representá-lo em todos os níveis. Proporão diferentes estratégias que pode-

rão ascender a divulgação dos valores culturais: elaborar uma política nacional da cultura que assenta as suas abordagens na inovação, para poder fazer com que essa área sirva de economia criativa sustentável; criar centros culturais com diferentes estruturas funcionais, distribuídas pelas regiões e equipadas com bibliotecas e salas de TIC (tecnologia de informação e comunicação); fazer o lançamento de um programa de renovação do património cultural para que todos os lugares históricos sejam o palco da representatividade cultural, como por exemplo (Bolama, Cacheu, Tite e entre outras cidades); promover e implementar a lei que regulará todas as atividades a nível nacional; realçar ou valorizar a escultura e o artesanato local; criar uma escola de arte que vai servir para os agentes da área não só desenvolverem as suas capacidades culturais mas também interligar-se com o mundo científico, de modo a buscar possíveis inovações que irão contribuir para uma cultura mais sofisticada e disseminada a todos os níveis.

Nessa linha planeavam a criação de centros de artes e ofícios nas regiões, isto é, pelo menos que cada região possa ter um lugar específico da excursão cultural, que permita planejar, organizar, implementar e controlar os seus projetos; construir uma biblioteca nacional com redes nas regiões; construir um palácio da cultura em Bissau e um Museu dos combatentes da liberdade da pátria; promover a produção cinematográfica e áudio visual; e organizar, pelo menos uma vez por ano, uma semana cultural que vai permitir a várias etnias apresentarem os seus valores culturais e assim poderem estimular o financiamento de vários projetos culturais, como é o exemplo dos Netos de Bandim, um dos maiores grupos culturais que hoje em dia tem a possibilidade de viajar por diferente partes do mundo para divulgar a riqueza cultural guineense.

FASE DE FORMULAÇÃO

“A formulação de soluções aos problemas, passa pelo estabelecimento de objetivos, estratégias e estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução” segundo Dalmann (2019), isto é a fase onde se elaboram as metas a serem atingidas.

De acordo com o programa político administrativo elaboraram um projeto sobre a proteção do direito do autor e, segundo Albano Mendes, diretor nacional do Museu Etnográfico, a sociedade civil e alguns atores culturais conseguiram pressionar o governo de modo a conseguir apresentá-lo na ANP (Assembleia Nacional Popular), pois os artistas produzem mas não têm forma de arrecadar recursos e beneficiar dos seus trabalhos.

Com base no Artigo 50º, a constituição da República guineense defendeu, nos pontos: 1- é livre a criação intelectual, artística e científica que não contrarie a promoção do progresso social, 2- esta liberdade compreende o direito de invenção, produção e divulgação de obras científicas, literárias ou artísticas e 3- a lei protegerá o direito do autor, então de acordo com o artigo 4º do direito do autor, os direitos que a presente lei reconhece aos autores de obras literárias, artísticas e científicas devem exercer-se em harmonia com os objetivos e os interesses superiores da República da Guiné-Bissau, dos princípios em que assenta e com a necessidade social de uma ampla difusão de obras. A respeito disso pode afirmar-se que, com a criação de novas leis, todos os produtores culturais vão poder beneficiar das suas produções ou criações.

Portanto pode concluir-se que, na presente legislatura, a Secretaria geral de cultura permitiu vários parceiros, a nível nacional e internacional, colaborarem na elaboração de políticas públicas, porque quase metade dos recursos financeiros provêm do estrangeiro. O governo, sendo agente executivo das políticas públicas, devia começar a delegar algumas tarefas aos seus parceiros, para que possa haver mais dinâmica no campo cultural. A respeito disso, pode afirmar-se que atualmente, na área da cultura, as políticas são elaboradas de uma forma horizontal, porque maioria das despesas arcadas são dos vários atores e, ainda contextualmente nesse sector, estão a ser descentralizadas devido à criação de novos centros culturais – um exemplo disso é a construção de quatro centros culturais nos diferentes Bairros e, posteriormente, a construção de mais 18 em diferentes zonas.

Entretanto é de salientar que a política de escolha dos agentes culturais baseia-se mais na tecnicidade do que na politização. Por exemplo o atual Secretário de Estado é uma personalidade que tem uma carreira na cultura consistente, o tal chamado Spencer Embaló, e ao referir sobre o grau de abertura e fecho, apresenta-se mais o aspeto de abertura, ten-

do em conta a carga que o Estado tem, acaba por abrir a mão a outros atores culturais para permitir uma dinâmica mais produtiva em termos da divulgação dos valores culturais no processo de aprendizagem das crianças. De modo a permitir terem uma visão mais ampla sobre a área da cultura, os nossos investidores deveriam apostar no que é tradicional e com isso permitir que a geração vindoura desenvolva novas tarefas para os aspetos culturais existentes.

FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

Esta fase diz respeito às ações que são concretizadas ou realizadas referentes ao programa do governo e como são executadas, não só a nível estatal, mas também com os outros atores.

Portanto, pode afirmar-se que é uma das fases mais conturbadas na realidade guineense pois, por causa do sucessivo derrube do governo, o executivo não consegue implementar o que está contido no programa de governação. Isto é, durante o período duma legislatura cada instituição elabora os seus planos de ações e como devem ser concretizados, mas com a destituição de um governo, o novo governo não irá continuar com a política optada pelo seu antecessor - isso leva muitas das vezes à instabilidade política, que é uma luta constante pelo poder.

No que diz respeito a essa temática, é de salientar que algumas ações do programa do governo já estão implementadas com a parceria dos atores. Um exemplo disso são a construção de centros culturais com bibliotecas e tudo o mais que vai ter um espaço apropriado de divulgação dos valores da sociedade guineense e estavam previstos no programa do governo. Mas, esta ação não foi executada pelo governo, sim pela ADPP (ajuda de povo para povo), com o apoio da EU (União Europeia) e outras organizações da sociedade civil. Muitas vezes o programa do governo não é implementado diretamente pelo poder executivo mas sim, o governo delega as ações a outros atores e isso permite para que haja mais desenvolvimento e eficiência nas concretizações por parte do governo e da sociedade civil.

Na minha percepção é pertinente que o Estado invista na área cultural, mas é preciso que haja essa iniciativa dentro da família, porque sabemos bem que o primeiro valor que qualquer criança começa a apreender é a sua língua, que pode ser oficial ou materna. É a obrigação dos pais lutarem para incorporar esses valores, isto é a língua, dança, música e outras riquezas que qualquer povo deve esforçar-se para preservar. Segundo Webster (2001) "a aculturação está na raiz de todos aqueles fundamentos conservadores - e dizemos 'conservadores' à medida que eles enfatizam a estabilidade, a reprodução e a emulação". Por outras palavras pode afirmar-se que a aceitação é primeiro processo da acul-

turação e é ocasionado pela apoderação de maior parte de outra cultura e pela perda da parte predominante da antiga herança cultural. Isto é, a sua assimilação não só pelos padrões das duas culturas na forma de um conjunto significativo e harmonioso para os indivíduos envolvidos, como pela retenção de uma série de atitudes e pontos de vista, mais ou menos conflitantes, capazes de se reconciliar na vida cotidiana.

Portanto se o governo na realidade quer lutar, não contra, mas sim em eliminar algumas práticas que provém da aculturação, este deve apostar seriamente na área cultural. Porque a cultura é a identidade de qualquer povo e não há uma sociedade sem cultura, mesmo que vivessem à parte, devem ter os seus hábitos e modo de viver diferente da outra, sem que isso limite a relação com outras culturas. Uma cultura enriquece quando tem uma relação forte com outra, de modo a aproveitar os seus valores e transmitir a sua. É óbvio que a cultura viaja mais rápido de que qualquer valor da sociedade e infelizmente os artistas dessa área fazem um grande esforço, mas acabam por não ganhar nada. Contudo, com a nova lei do direito autor, percebe-se que vai haver mais controle nas produções culturais.

FASE DE AVALIAÇÃO

Fazendo uma retrospectiva acerca dos resultados obtidos sobre a cultura guineense, é de lamentar que até no momento não haja um espaço adequado de recreação cultural, de realização de grandes eventos, fazendo com a cultura fique estagnada.

Houve a realização de conferências e fóruns internacionais a respeito do tema, organizada pela UNESCO (função das nações unidas para ciência, a educação e a cultura) e a ONU, no seu relatório de desenvolvimento humano de 2004, inclui o acesso à cultura como um importante indicador na avaliação da qualidade de vida na sociedade.

Sabemos que muitas das vezes as respostas a estas questões e por essa razão é pertinente e primordial falar-se de cidadania cultural e democratização do acesso à cultura em todas as suas dimensões, sem preconceitos. Seja erudita ou popular, belas artes ou não, a cultura precisa de ter espaço para manifestação nas suas diferentes formas. Um dos factos verídicos na Guiné-Bissau é que não se compreende a quantidade de dinheiro que é doado para o Estado que investe pouco e a vive bem à custa dos outros. Nessa perspectiva há exemplo concreto do Estádio Lino Coreia, onde a maioria dos concertos são realizados, deixando de servir como palco de futebol.

Então, todos indivíduos sem distinção devem ter seus direitos culturais preservados e garantidos institucionalmente. É importante valorizar e divulgar a nossa cultura e as culturas com que nos identificamos, mas

acima de tudo respeitar aquelas que nos parecem diferentes. Muitas das vezes as pessoas pensam que a diferença é um defeito, que tudo aquilo que é diferente da minha cultura é mau, um perigo para uma sociedade que tem diferentes etnias, como no caso guineense.

Um dos obstáculos da nossa cultura é a mudança sucessiva do governo, porque se notarmos bem não é que o Estado não tem condições para resolver algumas tarefas mas, o que dificulta muita das vezes, é a mudança de paradigma ao mudar o Ministro, que muda tudo na instituição. Isto incentiva sempre a luta pelo poder, porque as pessoas que muitas das vezes são digitadas para a área da cultura não conhecem, na realidade, os valores da sociedade e então como podemos esperar que aquela área tenha mais produtividade? Por isso, para que consigamos atingir os nossos objetivos, é preciso uma modernização séria no aparelho do Estado, de modo a poder implementar ou aplicar recursos no seu destino.

No meu ponto de vista, o Estado da Guiné- Bissau não previu ainda a criação duma lei que protege por exemplo os deficientes a participarem em todos os eventos a nível social, político, cultural, económico e entre outros. Por outro lado é necessário ressaltar que é a sociedade que produz cultura, o Estado possui outro papel: o de estabelecer mecanismos de preservação cultural, o que significa dispor de recursos e instrumentos criados com a participação da sociedade civil.

Então, se na realidade a cultura guineense quer chegar a um ponto alto, como o das outras realidades, é preciso investir seriamente na formação e na qualificação, isto é, ter formandos em diferentes países. Concluir os seus estudos vai permitir fazer uma análise mais ampla porque conhecem a realidade doutras culturas e, consequentemente, irá contribuir na melhoria dalguns aspetos culturais.

CONCLUSÃO

Ao analisar a temática que se refere à “influência da aculturação nos valores da sociedade guineense”, foi necessário decifrar o significado da palavra aculturação que pode ser entendida como uma adaptação a um fenómeno pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, de uma cultura definida entra em contacto permanente com uma cultura diferente e adapta-se a ela, ou dela retira elementos culturais. Por outro lado, é entendido como um processo através do qual um indivíduo adquire ou adapta-se à cultura de determinada sociedade. A aculturação pode ter as suas vantagens ou desvantagens, dependendo da forma que cada sociedade interpreta e vive um determinado contexto cultural.

Na realidade histórica guineense houve momentos em que o povo começou a perder alguns valores culturais, principalmente nos 90, com a modernização dos meios da comunicação. Isto influenciou muito a perda de alguns valores, por exemplo, o “toque de bombolom” (às vezes há pessoas que sabem interpretar aqueles toques) e o caso da gastronomia guineense onde a maioria de pratos já não se fazem, como “caldo de *mancara*, de *tcheben*, de *cucu de cadju*, *siga*, *djambo*, *cuntangu di scalada*”. Com a perda desses valores não se pode demonstrar a nossa identidade.

Na realidade há vantagens que a aculturação pode trazer para a sociedade como, por exemplo, os órgãos da comunicação permitirem reduzir a distância de enviar ou receber qualquer coisa (carta) - antes para enviar uma encomenda demorava muito tempo, mas agora é uma questão de dias - e na gastronomia, por exemplo, saladas, pizzas, e muito mais. Por outro lado, havia no passado uma diversão fantástica nos fins de semana, onde a maioria das pessoas tinha um ponto de encontro, mas agora com a chegada da internet, quase tudo mudou porque não é preciso criar a roda de amigos, basta estarem conectados à mesma rede. Mas entre todas as comparações feitas não se pode deixar o vestuário de lado, porque houve momentos em que a forma de vestuário não era vista como moda, mas sim como uma representação da identidade cultural guineense.

Nessa perspectiva, a aculturação não vigorou somente na Guiné-Bissau, mas também em países como Brasil. Com a aculturação é frequente a desintegração de uma ou várias culturas, sob a influência dos contatos que se estabelecem entre as culturas. E muito mais comum é a mudança dos elementos adquiridos que faz com que ocorra uma desorganização social que, por sua vez, pode envolver o desaparecimento total de muitas práticas vigentes antigamente, de forma total ou parcial. Isto é, depende de como a mudança for implementada por cada sociedade os hábitos que nunca desaparecerão.

E ainda, ao abordar sobre a influência da aculturação nos valores da sociedade guineense, pode concluir-se que a nossa realidade está muito avançada no processo de adaptação. Que isso não é por falta de conhecimento ou identidade, mas sim, a falta de incorporação de alguns valores da convivência humana por parte da sociedade. Mesmo os inúmeros centros culturais em toda parte não bastam, porque precisamos nascer culturalmente e espiritualmente.

Com base nos estudos feitos com diversos atores que estão à volta dessa temática é de salientar que houve uma elaboração fantástica dos planos a serem implementados. Mas devido à instabilidade política não poderíamos ter uma sociedade cultural capaz de consumir aquilo que os artistas produzem e cumprir com as suas normas legais sobre o pagamento ao autor, para que os produtores tenham condições mínimas de inovar mais os seus projetos. Se virmos bem, há um fraco apoio por parte do governo no sentido de construir locais apropriados que irão facilitar os agentes culturais na criação, produção e divulgação de valores, não só internamente, mas também no exterior.

Nessa ótica o Estado, em colaboração com a sociedade civil e organismos internacionais, deve elaborar um quadro lógico para poder mensurar os resultados, não pela quantidade, mas sim pela qualidade, e isso é imprescindível para receber todos anos apoio financeiro e material. Por outro lado, os grupos culturais como Netos de Bandim têm um forte poderio de divulgação dos nossos valores e, no meu ponto de vista, já chega o momento que a nossa cultura não deve ser promovida não só a nível nacional, mas também no estrangeiro. Também sustento que diversas etnias que existem na Guiné-Bissau acabam por servir de um ato de intercâmbio, onde os diversos grupos buscam a forma de melhorar os seus aspetos negativos.

COM BASE NOS ESTUDOS FEITOS COM DIVERSOS ATORES QUE ESTÃO À VOLTA DESSA TEMÁTICA É DE SALIENTAR QUE HOUVE UMA ELABORAÇÃO FANTÁSTICA DOS PLANOS A SEREM IMPLEMENTADOS. MAS DEVIDO À INSTABILIDADE POLÍTICA NÃO PODERÍAMOS TER UMA SOCIEDADE CULTURAL CAPAZ DE CONSUMIR AQUILO QUE OS ARTISTAS PRODUZEM E CUMPRIR COM AS SUAS NORMAS LEGAIS SOBRE O PAGAMENTO AO AUTOR

Por parte da Secretaria de Estado de cultura é pertinente elaborar um programa estratégico para a atuação de diversos grupos em diferentes zonas, porque às vezes pode haver vontade de participar, mas falta de recursos económicos acaba por limitar a maioria da população a participarem nos eventos culturais. Então o objetivo do Estado devia ser de permitir que maioria da população tenha a acessibilidade ao local e por outro lado aumentar a produção cinematográfica como um dos meios da divulgação dos nossos valores.

Portanto uma das conclusões a que cheguei a partir desse trabalho, foi o modo como funcionam as políticas públicas em torno dos atores e as formas como estas relacionam e ajustam os seus interesses. Pode concluir-se que qualquer política pública, independentemente da sua área específica, precisa de vários atores. Isto é para poderem elaborar duma forma mais organizada todos os processos ou fases da análise e desenho das políticas públicas. Por isso não é preciso que o Estado busque eliminar alguns problemas que merecem a atenção do público, mas de estudar para poder descobrir a causa dum determinado problema, lutando sempre para favorecer o público-alvo. E, como estudantes de administração e políticas públicas, o nosso objetivo primordial é o de procurar gerir os recursos que são escassos e, como a cultura é um processo dinâmico, procurar salvaguardar primeiro esses valores culturais para as futuras gerações, de quem depende a mobilização e divulgação da realidade do nosso povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benante, F. (2020). *Entrevista realizada referente a influência da aculturação nos valores da sociedade guineense*, 24.01.2020
- Carone, S.G (2020). *Entrevista realizada no âmbito da pesquisa sobre influência da aculturação nos valores da sociedade guineense*, 06.02.2020.
- Cissoko, M. (1987) et al. *Bunau. Povo e cultura*. Publicado pelo coletivo da INDE. Guiné-Bissau (Bissau). 68pg
- *Constituição da República da Guiné-Bissau*. Publicado em 1996. 5 a 48pg.
- Dalmann, E. (2019). *Apointamento sobre os ciclos das políticas públicas referente a cadeia de análise e desenho das políticas públicas*, 17.10.2019.
- Lei do autor (2020), publicado no ano 2017.
- Mamadu, C. (2020). *Entrevista realizada covista a influência da aculturação nos valores da sociedade guineense*, 06.02.2020.
- Mendes, A. (2020). *Entrevista realizada ao enfoque sobre a influência de aculturação nos valores da sociedade guineense*.
- PAIGC (2015) *Programa eleitoral do ano 2015 a 2019. Pa terra ranka mas.1 a 179 pg*
- PAIGC (2020) *Programa eleitoral do ano 2020 a 2023. Pa terra ranka mas.1 a 44 pg*

EM PARCERIA:



COM O APOIO DE:

